

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Ângela Catarina Rodrigues Machado

**A cultura material dos expostos batizados
na paróquia da Sé de Braga (1744-1763)**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Ângela Catarina Rodrigues Machado

**A cultura material dos expostos batizados
na paróquia da Sé de Braga (1744-1763)**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em História

Trabalho efetuado sob a orientação de
Isabel dos Guimarães Sá
e de
Lisbeth de Oliveira Rodrigues

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND

AGRADECIMENTOS

Gostaria de dirigir os meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que contribuíram e possibilitaram que esta investigação se realizasse.

- Às minhas professoras, Isabel dos Guimarães Sá e Lisbeth de Oliveira Rodrigues, pela disponibilidade constante e por todos os ensinamentos.

- Às minhas amigas, Inês, Maria João, Rafaela, Sara e Vanessa, pelo apoio, e por todos os momentos passados juntas.

- E à minha família, em especial aos meus pais, à Bárbara, ao Martinho e à Alice, por serem o meu suporte.

Obrigado!

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

A cultura material dos expostos batizados na paróquia da Sé de Braga (1744-1763)

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo estudar a cultura material no abandono de crianças durante o século XVIII em Portugal. Durante esse século ocorreu um aumento demográfico por toda a Europa, e um fenómeno de exposição de crianças nunca antes visto, que obrigou os estados a tomar medidas e encontrar formas de assistir as crianças abandonadas. Em Portugal, uma das instituições que ganhou peso foi a Roda dos expostos, que pretendia centralizar o abandono de crianças, e que esteve na raiz da escalada do fenómeno, ao potenciar o anonimato dos abandonos. Esta dissertação centra-se no abandono de crianças na cidade de Braga entre os anos de 1744 e 1763.

Pela Roda de Braga passaram milhares de crianças, que eram dirigidas à Sé da cidade para receber o sacramento do batismo. Aí eram registadas no livro de “Registo de batismos de expostos 1744-1771”, fonte central deste trabalho, o qual pertence ao Fundo Paroquial da Sé de Braga, à guarda do Arquivo Distrital de Braga. Estes registos, que constituíram a fonte principal deste trabalho, permitem aceder à descrição dos enxovais com os quais os expostos eram abandonados. Estes podiam conter roupas, tecidos, objetos, e eventualmente bilhetes, que constituem fontes de informação primordial para a compreensão do abandono.

Este trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro, procura-se compreender aspetos como o abandono de crianças a nível nacional e europeu, as atitudes perante a infância, as possíveis motivações para o abandono, a instituição das Rodas e a importância do batismo. No segundo capítulo é feita uma breve análise dos expostos de Braga no que respeita a sua quantidade, às características das crianças (idade, sexo, etc.) aos locais de abandono. Por fim, o terceiro capítulo centra-se nos enxovais. Analisa-se com minúcia o vestuário (tecidos, cores e tipos de peças utilizadas), os sinais (tais como têxteis com valor simbólico (fitas, por exemplo) e objetos apotropaicos) e os bilhetes, que continham informações dos abandonadores em relação aos expostos (nome, batismo, data de nascimento e nome dos padrinhos).

Palavras-chave: abandono de crianças; batismo; expostos; roda; sinais; período moderno; registos paroquiais; Braga.

A cultura material dos expostos batizados na paróquia da Sé de Braga (1744-1763)

ABSTRACT

This dissertation aims to study the material culture in child abandonment during the 18th century in Portugal. During that century there has been a population increase across Europe, and a never-before-seen phenomenon of child exposure, which forced states to act and find ways to assist abandoned children. In Portugal, one of the institutions that gained weight was the Wheel, which aimed to centralize the abandonment of children, and was at the root of the escalation of the phenomenon, by enhancing the anonymity of abandonment. This dissertation focuses on the abandoned children in the city of Braga between 1744 and 1763.

Thousands of children passed through the Braga Wheel, who were sent to the city's Cathedral to receive the sacrament of baptism. There, they were registered in the book “Livro de batismos de expostos 1744-1771”, which belongs to the Parochial Fund of the Sé de Braga, in the custody of the District Archive of Braga. These records, which constituted the main source of this work, allow access to the description of the trousseaus with which the children were abandoned. These could contain clothes, fabrics, objects, and eventually messages, which are essential sources of information for understanding abandonment.

This work is divided in three chapters. The first seeks to understand aspects such as the abandonment of children at national and European level, attitudes towards childhood, possible reasons for abandonment, the institution of the Wheel and the importance of baptism. The second chapter presents a brief analysis of the abandoned children in Braga, quantity, characteristics (age, gender, etc.) and places of abandonment. Finally, the third chapter focuses on trousseaus. Clothing (fabrics, colors, and types of pieces), tokens (such as textiles with symbolic value (ribbon, for example) and apotropaic objects) and notes, which contained information in relation to those exposed (name, baptism, date of birth and godparents' names).

Keywords: baptism; childhood history; child abandonment; wheel; tokens.

ÍNDICE

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS.....	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE.....	iv
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
Índice de Gráficos	ix
Índice de Tabelas.....	ix
Lista de siglas e abreviaturas	ix
Introdução.....	1
CAPÍTULO I - O abandono de crianças na época moderna	4
1. Afetos e atitudes em relação à criança	4
2. Um fenómeno da Europa católica	6
3. Motivações para o abandono e situações de risco.....	6
4. A exposição e a assistência às crianças abandonadas em Portugal	9
4.1. A “Roda” dos expostos.....	12
5. O batismo no período moderno	14
CAPÍTULO II - Os batismos de expostos da paróquia da Sé de Braga (1744-1763)	17
1. Braga durante a época moderna	17
1.1. A Roda de Braga.....	19
2. O batismo de expostos na paróquia da Sé de Braga (1744-1763)	20
2.1. O sexo dos expostos	24
2.2. A idade dos expostos	25
2.3. Os nomes dos expostos.....	26

2.4. Os locais de abandono.....	28
2.5. Outras informações.....	33
CAPÍTULO III - A cultura material dos expostos batizados na Sé de Braga (1744-1763)	35
1. O enxoval.....	35
1.1. O vestuário	38
1.1.1. Tipologias têxteis.....	39
1.1.2. As cores.....	41
1.1.3. Peças de vestuário.....	42
2. Os sinais dos expostos	46
2.1. Sinais têxteis.....	47
2.2. Objetos	49
2.3. Os bilhetes: pedidos e informações	52
2.3.1. O nome.....	57
2.3.2. O batismo	57
2.3.3. Os padrinhos	59
2.3.4. A idade e data de nascimento.....	61
2.3.5. Outras mensagens.....	62
Conclusões	64
Fontes e bibliografia.....	67
Fontes manuscritas.....	67
Fontes impressas.....	67
Bibliografia referenciada.....	68
Bibliografia consultada	76
Apêndices	79

Apêndice I – Glossário de termos.....	79
---------------------------------------	----

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Movimento de batismos de expostos da paróquia da Sé de Braga (1744-1763).....	21
Gráfico 2 - Sazonalidade do batismo de expostos da paróquia da Sé de Braga (1744-1763).....	23
Gráfico 3 - Rácio de masculinidade (R.M.) dos expostos da paróquia da Sé de Braga por sexo (1744-1763).....	24
Gráfico 4 - Relação entre locais de exposição dos expostos batizados na paróquia da Sé de Braga (1744-1763).....	28
Gráfico 5 – Distribuição anual da Informações dos escritos sobre o batismo (1744-1763).....	58

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Principais nomes de Batismo dos expostos batizados na paróquia da Sé de Braga (1744-1763).....	27
Tabela 2 – Cores e tonalidades presentes nos enxovais dos expostos batizados na paróquia da Sé de Braga (1744-1763).....	42
Tabela 3 – Expostos batizados com mensagens (1744-1763).....	53
Tabela 4 - Mensagens dos expostos batizados na paróquia da Sé de Braga por sexo (1744-1763).....	54
Tabela 5 - Pedidos e informações mais relevantes que acompanhavam os expostos batizados na paróquia da Sé de Braga (1744-1763).....	55
Tabela 6 - Pedidos e informações mais relevantes que acompanhavam os expostos na paróquia da Sé de Braga por sexo.....	56

Lista de siglas e abreviaturas

ADB - Arquivo Distrital de Braga
Fl./fls. - Fólio/fólios
N.º - Número
P./pp. - Página/páginas

Introdução

A sociedade portuguesa atual encara o abandono de crianças como um ato inaceitável, mas nem sempre foi assim. Na época moderna, a exposição de crianças foi banal, fazendo parte da rotina das populações, uma vez que era legal, social e politicamente aceite. Durante o século XVIII, eram abandonadas milhares de crianças em Portugal com pouco mais do que a roupa que traziam no corpo. Esta investigação tem como objetivo estudar a cultura material associada ao abandono de crianças durante esse século, tendo como foco os expostos batizados na paróquia da Sé de Braga entre os anos de 1744 e 1763.

No momento do abandono, os expostos podiam trazer consigo peças de roupa, objetos variados e bilhetes escritos, conjunto que, à falta de melhor, designaremos por “enxoval”, embora, como veremos, esta designação não faça jus à extrema pobreza que a maior parte das crianças evidenciam. Esta investigação pretende analisar esses pertences na sua materialidade e eventuais significados. Tentaremos responder a algumas questões. Entre elas, que peças de vestuário estavam presentes nos enxovais? Que cores, tecidos e formatos compunham a indumentária dos expostos? Quantas peças tinham os enxovais e qual o estado de conservação dos seus componentes? Que objetos cumpriam a função de *sinais de expostos*? Qual o conteúdo dos bilhetes, e que informações transmitiam? Estas e outras questões permitem compreender a cultura material associada ao abandono de crianças na época moderna, e podem também esclarecer alguns aspetos sobre o próprio fenómeno de abandono de crianças.

A importância conferida ao batismo de crianças levou a que os expostos de Braga fossem, na grande maioria, conduzidos à Sé da cidade para receber esse sacramento. Ao serem batizados, os expostos eram registados no livro de “Registo de batismos de expostos 1744-1771”, que hoje pertencente ao Fundo Paroquial da Sé de Braga do Arquivo Distrital de Braga. A criação destes registos de batismos de expostos, separados dos das restantes crianças, deve-se a uma decisão do Arcebispo D. José de Bragança, emanada em decreto de 1744. Esse decreto ditou que fosse entregue um livro ao pároco da Sé Primaz, no qual deviam ser registados todos os expostos que nela fossem batizados. Nele devendo constar o dia e lugar de exposição das crianças, bem como todos os sinais que trouxessem consigo no momento do abandono.

O livro de batismo de expostos constitui a principal fonte utilizada neste trabalho, tendo sido compulsados registos desde o mês de Janeiro de 1744, a data de início do livro, até dezembro de 1763, abrangendo 20 anos. Ao longo destes últimos foi possível acompanhar o aumento do abandono de

crianças em Braga, à semelhança do que acontecia por todo o reino. No total, compilou-se toda a informação contida em 2033 registos de batismo de expostos. Os expostos eram referidos de várias formas, como “foi enjeitado(a)”, “se expôs”, “foi exposto(a)”; e tratados por “menino”, “menina” ou “criança”.

O livro de batismos da paróquia da Sé não abrange a totalidade das crianças abandonadas na cidade de Braga ao longo desse período, uma vez que a criação destas se encontrava a cargo da câmara municipal da cidade, cujos registos não são coincidentes com os do pároco da Sé. Para uma análise mais completa das crianças abandonadas em Braga, seria relevante cruzar a informação desta investigação com outros estudos sobre os expostos dessa cidade. Alguns dos autores que trataram os expostos de Braga foram Isabel dos Guimarães Sá (1993) que trabalhou o abandono e a assistência às crianças, Maria de Fátima Castro (2006) que tratou os expostos dentro da ação da Santa Casa da Misericórdia de Braga, e mais recentemente André Marcos (2017) que se debruça sobre a assistência à infância abandonada na cidade.

Estudar o abandono de crianças não é tarefa fácil, uma vez que a ausência de informações sobre os seus progenitores – uma consequência do anonimato do sistema do abandono - faz com que muitas lacunas fiquem por preencher, muito especialmente as motivações das famílias. No entanto, tentaremos através dos enxovais perceber um pouco melhor o fenómeno, aventando a hipótese de que estes expostos pertenceriam aos estratos sociais mais pobres da sociedade bracarense. Embora existam numerosos trabalhos de investigação sobre o abandono de crianças em Portugal e no seu império, não existe ainda nenhum estudo sobre a sua materialidade, se excetuarmos a tese de doutoramento de Maria José Réis, mesmo que esta incida apenas sobre os sinais dos expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1790-1870), e não sobre o conjunto de bens com que as crianças eram abandonadas.

Esta investigação foi dividida em três capítulos. O primeiro capítulo contextualiza o abandono de crianças em Portugal e na Europa durante o período moderno. Começa por elaborar um esboço das principais teorias historiográficas sobre as atitudes e afetos em relação à criança no passado ocidental. Segue-se um excuro sobre o abandono de crianças em Portugal, a condição jurídica dos expostos, e o funcionamento da assistência a estas crianças. Finalmente, aborda-se importância concedida ao sacramento do batismo, aspeto que se encontra na raiz da existência da fonte abordada nesta dissertação.

No segundo capítulo, após uma breve caracterização da cidade de Braga e da sua roda de expostos na época moderna, faremos uma abordagem global aos expostos registados como tendo recebido o batismo na Sé. Entre os aspetos abordados, temos o movimento de batismo por ano, a

sazonalidade ao abandono, o rácio de masculinidade, a idade e o nome dos expostos, e os locais de abandono.

O terceiro capítulo centra-se nos enxovais dos expostos, tais como são descritos nos registos de batismo. Começaremos por abordar a sua constituição (quantidade de peças e seu estado de conservação, modos de uso). Segue-se a caracterização das roupas (tecidos, cores e tipologia das peças). Por último, trataremos os sinais, isto é, os objetos que pretendiam individualizar as crianças no conjunto dos expostos, e que se destinavam a operacionalizar uma suposta recuperação pelas famílias respetivas. Consistiam em tecidos colocados em certas partes do corpo, em bilhetes, e outros objetos, geralmente apotropaicos. Os bilhetes merecem aqui atenção especial, uma vez que o seu conteúdo podia incluir pedidos das famílias no sentido de lhes darem nomes específicos; a recomendação de escolher determinados padrinhos; informações sobre o estado em que a criança se encontrava relativamente ao batismo; ou até, a data de nascimento.

Ao longo do trabalho surgirão algumas palavras sinalizadas com asteriscos (*), os quais indicam que o leitor pode consultar, sempre que necessário, a definição do termo assinalado no glossário, o qual se encontra no Apêndice (localizado no final deste trabalho).

CAPÍTULO I - O abandono de crianças na época moderna

1. Afetos e atitudes em relação à criança

A conceção de infância foi mudando ao longo do tempo, visto que as atitudes e os afetos para com as crianças estiveram (e continuam a estar) em constante mutação. Atualmente, abandonar uma criança é considerado um ato cruel ou de desespero extremo, e, o mais das vezes, tido como inaceitável. Contudo, nem sempre foi assim. Para estudar o abandono infantil na época moderna torna-se necessário compreender como a criança era vista pelos adultos e que mudanças ocorreram. A infância é um tema clássico e bem estudado, pelo que não nos alongaremos nesta temática. Com efeito, faremos apenas uma breve contextualização para que se possa compreender melhor o fenómeno do abandono no período em estudo.

Em 1960, Phillipe Ariès foi pioneiro no debate do tema do sentimento da infância, através da obra *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime* na qual defendeu que o sentimento de infância não existia na época medieval, afirmando que “a passagem da criança pela família e pela sociedade era demasiado breve e insignificante para que houvesse tempo e motivos para a infância se gravar na memória e afetar a sensibilidade” (Ariès, 1998, p. 10). Segundo o autor, a criança começou a ser valorizada quando a esperança média de vida aumentou.

Partindo da análise de pinturas religiosas da Idade Média, o autor deduziu que o mais provável era que não existisse lugar para a infância naquela época, uma vez que a figura da criança era pouco representada, e, quando o era, surgia como se fosse uma espécie de adulto em miniatura, sendo-lhes atribuídas as expressões e a musculatura de um adulto, com apenas a escala a diferenciá-los (Ariès, 1986, p. 50). Assim, para Ariès, a ausência de representações da infância justificava-se pela pouca importância que lhes era atribuída (Ariès, 1960, como citado em Pollock, 1996, p. 2). Este argumento foi alvo de críticas por autores que procuraram compreender a infância de outros ângulos. Refutando a tese de Ariès em relação à sua ausência na arte, historiadores como Anthony Burton frisaram que nessas representações faltam muitos outros temas, como por exemplo toda a vida secular (Burton, 1989, como citado em Heywood, 2001, pp. 12-13).

A indiferença perante as crianças estava também patente nas suas roupas. Até ao século XIII, quando as crianças deixavam os cueiros* eram vestidas como homens e mulheres da sua condição, não existindo, na época medieval, diferença entre o traje da criança e o do adulto. Esta diferença só se manifesta a partir do século XVII, quando começam a ser vestidas de maneira diferente, pelo menos as

de famílias mais ricas, uma vez que a roupa demonstrava a posição na hierarquia social de quem a usava (Ariès, 1986, pp. 69-70).

Os sinais de desenvolvimento de uma nova visão de infância para Ariès só se tornam significativos a partir de finais do século XVI e durante o século XVII. Edward Shorter (1995, p. 184) concordou com esta visão, mas apenas em relação à burguesia e à nobreza; para o povo esse modelo teria persistido até o último quartel do século XVIII. No entanto, o número galopante de abandonos no século XVIII contradiz a cronologia proposta por Ariès segundo o qual o “sentimento de infância” se teria desenvolvido nos finais do século XVII e ao longo do XVIII (Sá, 1995a, p. 8).

Durante as décadas de 1970 e 1980, alguns autores deram continuidade à visão de Philippe Ariès. Entre eles, David Hunt, afirmou que as crianças eram consideradas seres inferiores, que perturbavam e incomodavam os adultos. Edward Shorter e Lawrence Stone defenderam que havia uma certa indiferença para com as crianças, desvalorizadas e tidas em baixa estima. Para M. J. Tucker as crianças não eram consideradas seres de confiança e para J. H. P. Plumb eram consideradas cruéis. Lloyd DeMause considerou que eram maltratadas e recebiam poucos cuidados. Para os autores que defendiam esta visão pessimista da criança e da infância, o infanticídio e o abandono eram o reflexo do desleixo e do desapego a que as famílias as votavam (Hunt, 1972; Plumb, 1975; Tucker, 1976; Mause, 1976; Shorter, 1976; Stone, 1977; como citados em Pollock, 1996, pp. 6-21; Oliveira, 2007, pp. 12-14).

Autores como Linda Pollock (1996) declararam-se opositores da tese de Ariès, defendendo que as crianças não teriam sido ignoradas. Jean-Louis Flandrin, por exemplo, observou que não se podem encarar os sentimentos do passado através dos parâmetros contemporâneos (Flandrin, 1964, como citado em Oliveira, 2007, p. 14). Alguns críticos apontam até que Ariès analisou as evidências na Europa medieval sob o prisma da concepção de infância do século XX, o que o levou a afirmar que não havia consciência daquela etapa da vida naquela época (Heywood, 2001, p. 13).

Maria Antónia Lopes enumerou alguns fatores que contribuíram para modificar a maneira de ver a criança e o seu quotidiano durante o século XVII. Entre eles, a consolidação da família nuclear, a influência da Igreja pós-tridentina, que responsabilizou os pais pelos filhos e propagou o culto do menino Jesus, do Anjo da Guarda e de outros santos-crianças; o aumento da preocupação com a educação dos filhos (Lopes, 2002, p. 3).

Podemos concluir que a criança foi sendo cada vez mais valorizada ao longo do período moderno, mas não a ponto de impedir o aumento do abandono de crianças. Durante o século XVIII o abandono de crianças aumentou por toda a Europa Católica, atingindo números muito elevados. Esse fenómeno

sugere que Shorter (1995, p. 184) teria razão ao afirmar que a valorização das crianças se teria verificado nos grupos sociais mais elevados, e não nas camadas populares.

2. Um fenómeno da Europa católica

Estudar o abandono infantil na época moderna em Portugal implica perceber dois aspetos importantes. Em primeiro lugar, o abandono de crianças foi uma prática comum muito antes do período moderno; em segundo, não se tratou de um fenómeno exclusivo a Portugal. Muito pelo contrário, essa prática ocorria, em maior ou menor grau, por toda a Europa, e foi um fenómeno que se expandiu um pouco por todas as regiões, começando a chamar a atenção dos governantes e a tornar-se uma preocupação social e política.

Na Europa, este fenómeno pode ser dividido em duas fases. Uma primeira fase estende-se desde a Antiguidade até ao século XVII, época em que a prática do abandono existia, mas em fraca quantidade. Numa segunda fase, compreendida entre o período iluminista e o século XIX, o abandono de crianças cresceu e alcançou números sem precedentes. Um aspeto a ter em conta é o da variabilidade do abandono segundo o contexto e local (Sá, 1998, pp. 11-15). Entre a segunda metade do século XVIII e parte do XIX, registou-se um aumento demográfico, no qual os níveis de fecundidade aumentaram e os de mortalidade diminuíram, contribuindo para o aumento de abandonos de crianças (Sá, 1989, p. 55).

Apesar do recurso ao abandono de crianças acontecer por toda a Europa, havia uma clara diferença entre as regiões católicas e as protestantes. Nas primeiras existia maior permissividade relativamente a este fenómeno, sendo adotado um sistema que promovia o anonimato dos pais: a Roda dos Expostos (Sá, 1998, pp. 13-14). Já nos países protestantes o abandono anónimo foi dificultado, existindo a tendência para averiguar a identidade das mães das crianças, e as leis favoreciam a identificação destes para compelir as famílias a pagar a criação dos filhos (Sá, 1987, p. 10; Sá, 1998, p. 14).

3. Motivações para o abandono e situações de risco

O sistema de abandono de crianças era sigiloso, o que encobre as razões da rejeição de grande parte das crianças (Sá, 2011, p. 90). É certo que os historiadores avançam com várias hipóteses, mas não é possível determinar a motivação principal do abandono, até porque não existe nenhuma resposta única que se aplique a todos os casos estudados. As motivações para o abandono variaram no tempo e

no espaço, dependendo de vários fatores e contextos. Entre as possíveis motivações para o abandono, as duas que os autores consideram ter mais peso na decisão de abandonar um filho, são a pobreza e a ilegitimidade. A primeira por falta de recursos para cuidar da criança e a segunda por necessidade de manter a reputação da mãe e da família.

Quanto à questão da pobreza como motivo para o abandono: um número significativo de expostos provinha de famílias pobres que viviam na miséria, sem possibilidades de criar mais um filho. Alguns estudos indicam que existe uma correlação entre o número de crianças abandonadas e as crises de subsistência em certos períodos, demonstrando que pode existir uma maior tendência para o abandono de crianças em períodos de crise (Fonte, 2004, p. 110). Para o caso português, Isabel Drumond Braga (2011, p. 228) observou uma correlação positiva entre o aumento do abandono de crianças em Lisboa e o aumento do preço dos cereais. O mesmo foi identificado para Meda, Setúbal, Porto e Coimbra. Contudo, segundo a autora, não se compreende a razão pela qual o abandono vitimizava sobretudo os recém-nascidos.

Quanto à ilegitimidade, o recurso ao abandono podia ser visto como uma forma de salvaguardar a honra da mãe e da família. Ao recorrer à assistência pública a mãe poupava a família a escândalos e por vezes até podia acreditar que estava a proporcionar uma vida melhor às crianças. Reprovadas pela Igreja, rejeitadas pela sociedade, sem o auxílio do pai e da família, sem recursos financeiros e sem meios para sustentar os filhos, muitas mães ficavam numa situação de grande fragilidade e não tinham alternativa a não ser recorrer ao abandono (Amorim, 1987 pp. 255-256; Sá, 2011, p. 90; Réis, 2016, pp. 8-9). O nascimento de um filho ilegítimo acarretava consequências para as famílias que recorriam ao abandono como forma de ocultar relações ilícitas e possibilitar a reposição da honra da mãe. O abandono temporário de crianças estava também associado à ilegitimidade. O exposto era abandonado enquanto a mãe esperava a consumação de um casamento prometido (Fonte, 2012, p. 253).

Isabel dos Guimarães Sá (1995b) enumera algumas teorias sobre o abandono de crianças, para além da habitual dicotomia ilegitimidade/pobreza. Uma delas sustém que o abandono substituiu o infanticídio, acusando-o de constituir uma forma indireta de eliminar as crianças, já que a sua mortalidade era elevadíssima. A autora refuta a possibilidade de comprovar esta hipótese devido à escassez de evidência sobre frequência do infanticídio no passado. Uma segunda teoria diz respeito ao “falso abandono”, segundo o qual as instituições de acolhimento foram usadas de forma fraudulenta. Os pais teriam a intenção de recuperar os filhos ou pretendiam fazê-los amamentar de forma gratuita. Estes abusos foram frequentes, mas, uma vez mais, demasiadas crianças morreram antes de os pais as reclamarem. Ainda, a autora sublinha que as instituições de expostos foram desviadas da sua função

inicial, que era a de salvar a vida de crianças indesejadas, para passarem a disponibilizar fundos públicos às populações rurais. No entanto, adverte que essas teorias lidam com efeitos e não com os objetivos do sistema de abandono (Sá, 1995a, pp. 16-20).

Outra explicação consiste em supor que a escalada do abandono foi consequência do Concílio de Trento, que colocou a ênfase na honra feminina, obrigando as mães a abandonar os filhos, e não deu à figura paterna nenhuma responsabilidade na criação dos filhos. Finalmente, a teoria da circulação de crianças defende o abandono redistribuía as crianças pelos agregados, retirando-as das famílias com excesso de filhos e herdeiros para as que estivessem em défice, constituindo uma estratégia para combater o desequilíbrio demográfico (Sá, 1995a, pp. 20-22).

Todas estas teorias evidenciam a impossibilidade de isolar uma motivação que se adegue a todos os casos em simultâneo. Talvez a solução para o problema resida em considerar estas explicações em conjunto e não como mutuamente exclusivas. São apontadas também outras razões para o abandono como, por exemplo, a morte, doença ou ausência dos pais; e situações mais circunstanciais como, por exemplo, a de falta de leite ou de espera de formalização do casamento por parte dos pais e subsequente legitimação dos filhos¹.

O ato de amamentar expostos podia incluir-se entre as estratégias familiares. Os salários das amas, ainda que baixos, constituíam um montante extra necessário para a sobrevivência da família. As amas podiam até desenvolver estratégias, como, por exemplo, expor o próprio filho para poder acolher um exposto, ou até tentar tornarem-se amas dos próprios filhos, utilizando as instituição de forma perversa. Amamentar um exposto podia ser uma forma de manter o aleitamento e de agir como método contraceutivo (Sá, 1987, p. 19; Machado, 2010, pp. 156-157).

Uma estratégia colocada em hipótese é a do abandono como método contraceutivo. No entanto, Isabel dos Guimarães Sá aponta nela algumas falhas, entre as quais, “a contraceção é intencional e é duvidoso considerar que os pais abandonavam os filhos deliberadamente para que morressem”; o abandono era uma forma de salvaguardar a vida das crianças e não de as “eliminar”. Outras estratégias passavam por abandonar crianças mortas ou quase a falecer para que recebessem um funeral gratuito (Sá, 1987, pp. 18-19).

As crianças do período moderno passavam por muitas provações, desde os primeiros dias até ao fim da infância, vivendo em constante situação de risco. Para começar, mãe e filho corriam riscos elevados durante a gravidez, mas também durante o parto e no pós-parto. Logo depois do nascimento, por vezes conturbado, muitos recém-nascidos eram abandonados. As crianças expostas eram as que

¹ Alguns autores que tratam estas e outras motivações para o abandono são Amorim (1987), Braga, (2011), Fonte (2012), Réis (2016) e Sá (2011).

corriam maior risco de vida, sendo a taxa de mortalidade superior à das crianças criadas no seio da família.

A alta taxa de mortalidade dos expostos pode ser explicada por vários fatores, tais como a mobilidade interfamilias, a mudança frequente de amas e de cuidadores, propícia ao contágio de doenças, as más condições de vida, como a negligência e os maus-tratos, o transporte e as viagens precárias até ao local de abandono ou a Roda, a alimentação deficiente, além do parto precário e da gravidez conturbada (Lebrun, 1983, p. 114; Sá, 1987, pp. 55-56, 2011, p. 91). Sebastião Matos (1995, pp. 149-152) notou, em Barcelos, nos finais do século XVIII, casos de acidentes e negligência das amas para com os expostos a seu cargo, tais como mulheres que deixavam crianças sozinhas, que as tratavam mal, deixando-as queimar-se ou sofrer outros acidentes.

4. A exposição e a assistência às crianças abandonadas em Portugal

“Eis uma classe de verdadeiros marginais - os enjeitados! Considerados a mais, imolados no altar do egoísmo, da miséria ou da vergonha social, deles se pode verdadeiramente falar em sacrifício dos inocentes” (Santos, 1978, p. 300).

Durante o século XVIII, a Europa vivenciou um aumento demográfico e o crescimento do abandono infantil numa escala nunca antes vista. Em Portugal, o crescimento demográfico ocorreu a partir dos anos 30 do século XVIII (Serrão, 1998, pp. 46-48), e contribuiu para o aumento de exposições de crianças, tendo Portugal registado números muito elevados em comparação com os restantes países da Europa (Sá, 1996, p. 39).

Antes de abordar o sistema assistencial português é essencial entender o estatuto jurídico do exposto, distinguindo-o das demais crianças. No século XIX, o jurista António Joaquim de Gouveia Pinto (1828, p. 16) diferenciou exposto ou enjeitado de abandonado. Segundo o autor, enquanto o exposto podia ser legítimo ou ilegítimo por se desconhecerem os pais, os pais da criança abandonada eram conhecidos. Além disso, o exposto não tinha nem família, nem qualquer filiação, sendo considerado o primeiro da sua árvore genealógica, podendo herdar por doação ou testamento, e ser promovido a ordens sem necessitar da dispensa papal (Pinto, 1828, pp. 242-243). O autor é taxativo:

O estado civil de hum exposto he hum estado negativo; pois que este menino nem he filho legítimo, nem ilegítimo, nem natural, nem adulterino: seu nascimento nem he honroso, nem ignominioso, pois que a Lei civil o trata, e considera como tirando a sua vida do acaso, e como se não tivesse tido pai, ou mãe (Pinto, 1828, p. 242).

A situação do exposto era considerada mais vantajosa do que a de uma criança abandonada. Os expostos eram considerados como filhos legítimos e ficavam sob tutela e proteção dos hospitais, Rodas ou Misericórdias, que lhes fornecia alimento (Pinto, 1828, p. 243). Contudo, a sua condição era transitória, durando apenas o tempo em que estivesse sob tutela institucional. A partir dos sete anos as crianças passavam a ter o estatuto de órfãs, com exceção da idade de emancipação, que era mais precoce (o exposto era emancipado aos 20 anos, e os órfãos aos 25). Ademais, o exposto era tido como legítimo e como tal possuía os mesmos direitos. A localidade de origem do exposto era o local de abandono, podendo herdar bens e ser considerado livre, mesmo se filho de escravizados (Lopes, 1985, pp. 122-123; Sá, 1998, p. 88).

A criação de crianças abandonadas era entendida como uma transferência (temporária ou definitiva) da responsabilização dos pais para o domínio coletivo (Fonte, 2012, p. 242). Não era possível abandonar crianças sem uma extensa rede de cumplicidades, em que estavam envolvidas inúmeras pessoas, entre os membros da família, pais ou parentes próximos, vizinhos e conhecidos. Também as parteiras ou as mulheres que assistiram ao parto, as pessoas que escreviam os bilhetes, os que transportavam a criança à Roda, quem as criava, e os funcionários responsáveis pelo processo administrativo estavam envolvidos no processo (Sá, 1998, p. 17).

Em Portugal, a assistência institucional às crianças enjeitadas recua à Idade Média, data em que surgiram alguns hospitais destinados a acolhê-las, como em Lisboa e Santarém (Sá, 1995b, p. 222). Em Lisboa, o monumental Hospital de Todos os Santos previa o acolhimento aos expostos, regulamentado no seu regimento de 1504 (Lopes, 1985, pp. 124-125, Sá, 1995b, p. 222; Abreu, 2008, p. 31).

Em 1446, as *Ordenações Afonsinas* determinavam que os pais de crianças ilegítimas estavam obrigados a pagar a sua criação, e as mães tinham o dever de as criar durante os três anos correspondentes ao aleitamento, podendo cobrar despesas do pai. Deixavam-se, no entanto, muitas questões em aberto, como as situações que impediam o cumprimento da lei. As *Ordenações Manuelinas* mencionam pela primeira vez os expostos na legislação portuguesa e estabelecem uma hierarquia na criação de filhos ilegítimos. Os pais são constrangidos a criar os filhos, e, na sua ausência, a responsabilidade passava para as mães; só em último recurso a sua criação passava para os estabelecimentos de assistência e concelhos, que utilizavam as suas rendas, e, em caso de necessidade, cobravam fintas (Sá, 1987, pp. 22-23).

A situação dos expostos era excepcional, como constava nas Ordenações “[...] nom poderam os Officiaes da Camara, nem o Concelho lançar finta pera cousa alguma; faluo pera a criação de meninos enjeitados [...]” (*Ordenações Manuelinas*, Livro I, Título 47). Apenas no caso dos expostos as fintas não

careciam de autorização régia e podiam ser decididas autonomamente pela vereação municipal em caso de necessidade (*Ordenações Manuelinas*, Livro I, Título 67). Em 1603, as Ordenações Filipinas não trouxeram novidades relativamente à assistência aos expostos, mas reforçaram a medida segundo a qual os concelhos podiam impor uma taxa extra, sem autorização das autoridades centrais (*Ordenações Filipinas*, Livro I, Títulos 66, 88).

A alteração mais significativa nas leis respeitantes a expostos deu-se muito depois, em 1783, quando a Intendência Geral da Polícia, chefiada por Pina Manique, emitiu uma ordem que obrigava à criação das Rodas de expostos em todas as cidade e vilas do reino. A Intendência passaria a receber uma lista anual de cada Roda, com o registo de entradas e de óbitos, tornando-se também obrigatória a existência de uma responsável (rodeira) e a proibição de identificar quem abandonava (Lopes, 1985, pp. 127-128). As rodas deviam estar convenientemente localizadas em sítios que preservassem o segredo do abandono, proporcionando assistência imediata através da presença permanente de uma rodeira (Matos, 1995, pp. 117-118; Fonte, 2004, p. 123).

Para os contemporâneos, uma das razões que justificava a criação de rodas era a necessidade de evitar o infanticídio. Contudo, importa referir que não existiam leis em Portugal que o punissem. Isabel dos Guimarães Sá (1994a, pp. 70-71) refere algumas hipóteses para essa ausência: ou era raro acontecer, o que não pressionava para a criação de leis específicas, ou era uma prática tão comum que era ignorada entre a massa das muitas crianças que morriam aparentemente de causas naturais, ou até por as autoridades não sentirem necessidade de reforçar a proibição.

Em relação à participação da Igreja, ao contrário de outros países onde ela assumiu uma posição de relevo na assistência à infância abandonada, em Portugal a sua intervenção foi residual. Conquanto não fosse a favor do abandono, a Igreja não apoiou a resolução do problema (Fonte, 2004, p. 115; Lopes, 2010, p. 84). Em contrapartida, as câmaras dos grandes centros urbanos fizeram contratos com as Misericórdias locais, as quais ficavam responsáveis pela logística da receção e criação dos expostos, competindo, no entanto, o seu financiamento às câmaras (Sá, 1998, p. 16). Em Braga, esse contrato não teve lugar e a Roda, existente muito antes da ordem de 1783 de Pina Manique, foi controlada pela câmara sem que a Misericórdia assumisse um papel relevante na criação dos enjeitados. Todavia, como adiante se verá, a arquidiocese cumpria algumas obrigações para com as crianças enjeitadas.

4.1. A “Roda” dos expostos

Segundo Maria Antónia Lopes (2010, p. 79), a palavra “roda” era utilizada em três conceções diferentes. A primeira referia-se ao mecanismo para receber crianças, a segunda, ao edifício onde este se encontrava e onde viviam as pessoas que as recebiam, como a rodeira e as amas internas, e, por último, de instituição de assistência aos expostos, englobando todo o sistema do abandono.

A roda enquanto dispositivo material consistia numa caixa cilíndrica que girava sobre um eixo central, com uma única abertura, implantada numa abertura de janela. Antes de ser associada aos expostos, era utilizada nos conventos de clausura, uma vez que impedia o contacto visual com o exterior, permitindo que as freiras recebessem alimentos, cartas e outros bens (Lopes, 1985, pp. 123-124). Na sua utilização para o abandono de enjeitados, a criança era depositada na abertura do cilindro, que era girado até que a criança ficasse voltada para o interior do edifício, onde era recolhida depois do abandonador tocar o sino ou alguém o ouvisse ou à criança (Lopes, 1985, pp. 123-124; Réis, 2016, p. 2). Este processo permitia o anonimato, o que tornava este dispositivo indispensável no acolhimento de enjeitados. O objetivo da Roda era o de acolher crianças e tentar garantir a sua sobrevivência, mas nunca foi a sua intenção acabar com o abandono.

A existência de Rodas deu origem ao transporte de crianças enjeitadas de zonas rurais para as cidades (Sá, 1998, p. 14). Devido à sua ausência em determinados lugares, as Rodas atraíam pessoas de fora. Como notou Teodoro da Fonte (2004, p. 433), nos finais do século XVIII, apenas Braga, Viana e Santiago de Compostela possuíam estruturas de acolhimento a expostos em toda a região do Minho e da Galiza. Desta forma, muitas famílias deslocavam-se a uma cidade próxima que tivesse Roda, ou pediam a alguém para o fazer, até porque abandonar crianças em cidades vizinhas ou locais distantes constituía também uma forma de garantir o anonimato. Esse transporte chegou a ser feito inclusive de forma institucional, com as câmaras de localidades mais pequenas a enviarem crianças para as Rodas das grandes cidades.

A maioria das crianças era exposta ainda na fase de aleitamento, sendo responsabilidade da Roda encontrar uma ama de leite, sem a qual não podiam sobreviver (Fonte, 2004, p. 311). Esta ocupação era imprescindível, numa altura em que não existiam alternativas artificiais que substituíssem o leite materno de forma eficaz (Sá, 1994b, p. 235).

As amas de leite não eram de uso exclusivo da criação de expostos. Largas faixas da sociedade recorriam aos seus serviços, desde os mais abastadas aos grupos intermédios, embora tivessem acesso a amas de melhor qualidade. Na época, houve quem defendesse e acreditasse que as características físicas e psicológicas da mulher influenciavam a qualidade do leite. A estabilidade emocional, a

continência conjugal, a boa alimentação, a constituição forte e robusta, a boa conduta cristã, a experiência eram condicionantes que influenciavam a escolha das amas². Existiam assim dois tipos de amas, as contratadas privadamente e as públicas, cuja contratação estava a cargo de uma instituição (câmara ou Misericórdia). As amas podiam também ser internas e externas. As amas internas podiam ser residentes, quando habitavam na casa da família contratante, ou não residentes, quando iam diariamente à casa da família contratante. As amas externas levavam as crianças para amamentar na sua própria casa (Lopes, 2002, p. 8; Santos, 1987, pp. 215-225).

As amas dos expostos eram recrutadas por instituições que criavam enjeitados, tendo como contratador uma entidade pública. No caso das amas dos expostos, havia que aceitar as mulheres que se ofereciam, e foram muitas vezes insuficientes para o número de expostos que davam entrada nas instituições. As amas de expostos preenchiam o escalão mais baixo entre quem exercia a função. Ao contrário das amas particulares, as amas de expostos não eram controladas, e os critérios de seleção acabavam por ser aplicados apenas no caso das amas privadas (Lopes, 2002, pp. 9, 15).

As amas de leite dos expostos estavam divididas em três categorias: as *amas de dentro* (amas internas), que faziam parte do pessoal de atendimento permanente da casa, habitando dentro do edifício, que amamentavam as crianças até irem para as amas definitivas. Eram as que recebiam um salário mais elevado por atenderem mais expostos (Sá, 1987, p. 96). As *amas de empréstimo* constituíam um corpo provisório utilizado em caso de necessidade, enquanto não recebiam a *ama definitiva*. As *amas de fora* (amas externas ou definitivas) ficavam com as crianças na sua residência durante a amamentação, por vezes até aos sete anos, quando estas transitavam para a responsabilidade do juiz dos órfãos. As amas que não amamentavam os expostos ou que os criavam depois do desmame eram denominadas de amas-secas, ou “de sêco” (Sá, 1994b, pp. 237-238; Lopes, 1998, pp. 429-430).

Entre os deveres das amas de leite de expostos contam-se tratar bem as crianças, dar-lhes uma boa alimentação e vestuário, e manter cuidados de higiene. Deviam também contactar as autoridades em caso de morte do exposto, e obter uma certidão do pároco da sua freguesia que comprovasse o enterramento e a causa do óbito (Fonte, 2004, pp. 313-314). No entanto, existia pouca fiscalização, pelo que muitas amas não cumpriam o estipulado, embora se chegasse a retirar crianças a algumas amas. Entre as razões para lhes retirarem os expostos incluem-se a ausência de leite, doença, gravidez, morte, negligência e maus-tratos (Machado, 2010, pp. 162-163). Estudar a atuação das amas torna-se importante para compreender os elevados níveis de mortalidade das crianças. O contacto das amas com

² Sobre critérios para escolha das amas veja-se, entre outros, Santos (1987), Grieco e Corsini (1991), Sá (2011).

muitos expostos aumentava os riscos de doença e, conseqüentemente, de as transmitir aos demais expostos, já fragilizados pelas condições do abandono.

As autoridades tentavam tornar a ocupação de ama de leite atrativa através da concessão de privilégios, numa tentativa de compensar salários baixos e atrasos nos pagamentos. Durante o reinado de D. Manuel I, em 1502, foi concedida a primeira carta de privilégios às amas e suas famílias, isentando os seus maridos de algumas obrigações concelhias e militares (Sá, 1995a, pp. 93-94). Todavia, não foram suficientes para obviar a falta de amas, problema recorrente até ao final do sistema de abandono anónimo no século XIX.

As Rodas tiveram defensores naqueles que acreditavam que podiam evitar o infanticídio e manter a honra das mães (Sá, 1998, p. 14), mas também detratores, que foram aumentando ao longo do tempo. Os efeitos desta instituição não foram os esperados, porque os índices de mortalidade eram demasiado elevados e punham em causa a eficácia da instituição. Os críticos acusavam-nas de convidar à dissolução dos costumes e estimularem os pais a abdicar dos seus deveres (Fonte, 1996, p. 72; Lopes, 2002, p. 16; Fonte, 2004, p. 108). Contudo, o decreto que as extinguiu em Portugal foi publicado apenas a 11 de novembro de 1867.

5. O batismo no período moderno

O batismo nos inícios da nova religião era administrado aos adultos. No entanto, no cristianismo moderno já há muito se tinha estabelecido como prática universal e obrigatória durante os primeiros dias de vida. Isto porque, começou a ganhar a atenção dos padres que o justificaram como necessário para limpar o pecado original das crianças (Almeida, 2014, pp. 3-4). Nos adultos, o batismo ficou associado ao método da imersão, no qual a pessoa era submergida em água, enquanto nas crianças o batismo por aspersão ganhou cada vez mais destaque.

Santo Agostinho foi quem mais contribuiu para a noção de que o batismo é essencial para que as crianças consigam alcançar a vida eterna e a salvação da sua alma (Almeida, 2014, p. 3). Antes dele, o batismo apenas era administrado a adultos. Segundo Santo Agostinho as crianças nasciam com o pecado original e só o batismo era capaz de as salvar. Jacques Le Goff (1993, pp. 84-86) dedica um capítulo a Santo Agostinho, apelidando-o de “O verdadeiro pai do Purgatório: Agostinho”. Segundo o autor, Santo Agostinho marcou o clero da Idade Média que criou o purgatório.

O Concílio de Trento, além de reafirmar a necessidade do batismo, não negou a existência do limbo das crianças, que continuou a ganhar apoiantes ao longo do século XVI (Almeida, 2012, p. 10). O

medo de que as crianças morressem com o pecado original e fossem condenadas ao *limbus puerorum* fez com que os batismos fossem administrados cada vez mais cedo. Embora a Sagrada Escritura não lhe faça referência, o limbo consistia num estado póstumo em que as almas podiam viver sem a bem-aventurança eterna (Bettencourt, 1955, pp. 7-8). O limbo tornou-se numa alternativa menos dolorosa para as crianças sem batismo, mas não deixou de ser um local votado ao esquecimento, que não lhes permitia chegar à visão de Deus (Almeida, 2014, p. 17).

Apesar de não existirem datas precisas para disseminação do batismo infantil, sabe-se que em território português já era praticado pelo menos desde o século VI, como atesta o II Concílio de Braga, em 572, com S. Martinho de Dume. No ocidente europeu, a prática já se tinha generalizado no século XIII. Em 1614, o papa Paulo V fixou alguns elementos fundamentais do batismo, presentes no Ritual Romano. No entanto, em Portugal, eram autorizados outros manuais litúrgicos, pelo que o ritual de celebração do batismo passou por um longo processo até ser completamente uniformizado (Almeida, 2014, pp. 3-5).

O batismo marcava a entrada da criança no mundo. Através dele ela ganhava existência pública e identidade individual, passando a integrar a comunidade dos crentes, podendo ser enterrada em solo sagrado. Em caso de morte, a criança deixava de correr o risco de ir para o purgatório das crianças (o limbo). Assim, através do batismo, a criança tornava-se filha de Deus, podendo ir para o céu e disfrutar da visão da Santíssima Trindade (Bettencourt, 1955, p. 6).

O sacramento era ministrado segundo um ritual que pode ser dividido em várias fases. A primeira, “de separação”, era feita à porta da igreja, onde a criança era exorcizada; a segunda, “de margem”, ocorria dentro da igreja. A criança era levada à pia batismal onde recebia diversas unções e a água batismal. A terceira e final era a de “agregação”, em que o padre colocava a criança nos braços dos padrinhos. A partir daí a criança integrava a comunidade dos crentes (Lebrun, 1983, pp. 117-118; Heywood, 2001, pp. 52-53; Almeida, 2012, p. 17). No caso dos expostos, o batismo constituía uma cerimónia simples, sem aparato, administrada pelo padre, com a presença dos padrinhos (Fonte, 2012, p. 307).

De modo a evitar que as crianças morressem sem o batismo, nos casos em que era impossível levar a criança a tempo a uma igreja, a legislação canónica desenvolveu o “batismo de extrema-necessidade” ou “batismo de emergência”. Em partos difíceis, e em caso de perigo de morte iminente, o batismo podia ser administrado por qualquer pessoa. No entanto, deveria respeitar “(...) uma hierarquia que as constituições sinodais não se esqueciam de acentuar: o clérigo era preferido ao leigo, o homem à mulher, o fiel ao infiel, ainda que todos antecedessem o pai ou a mãe (...)” (Ferreira, 2000, p. 262).

Devia proferir-se sempre a fórmula do batismo “Eu te baptizo em nome do padre e do filho e do spirito sancto. Ámen” (Almeida, 2012, p. 23).

A figura que mais se destaca no batismo emergencial de emergência é a parteira ou a comadre, assumindo mais importância do que o padre. O parto era realizado num ambiente feminino, e, quando as crianças nasciam débeis ou corriam o risco de morrer, por vezes ainda dentro da mãe, as parteiras assumiam uma posição fundamental na administração do batismo. As parteiras eram treinadas para estarem aptas a ministrar o batismo às crianças moribundas ou mesmo dentro do ventre da mãe (Sá, 1998, p. 13). Nos casos em que as crianças recebiam um batismo de emergência, existem diversas formas para o referir, entre elas, que a criança estava “enxoprada” ou até “ensopiada”. As crianças “enxopradas” deviam ser levadas o mais rapidamente possível à igreja para receberem um batismo solene (condicional ou “sub-condition”), ministrado pelo pároco, e serem devidamente registadas.

Por outro lado, na Europa protestante, o batismo era encarado de forma diferente. O batismo não era necessário em caso de risco de vida, e as parteiras não tinham permissão para o fazer (Sá, 1998, p. 13). Para os protestantes, o batismo não tinha a mesma importância que para os católicos. Segundo Lebrun (1983, p. 115), os protestantes conformavam-se em batizar no domingo as crianças nascidas durante a semana, constituindo o batismo sobretudo um rito de apresentação do recém-nascido à assembleia de fiéis. Foi a cultura do batismo católico que conduziu à elaboração da fonte que possibilitou esta investigação. A necessidade de encaminhar todas as crianças encontradas em Braga para a pia batismal da Sé e proceder ao seu batismo solene está na origem deste estudo e passaremos à sua abordagem no capítulo seguinte.

CAPÍTULO II - Os batismos de expostos da paróquia da Sé de Braga (1744-1763)

1. Braga durante a época moderna

Braga destacava-se em relação às demais cidades do reino pela grande influência do clero e pela concentração de eclesiásticos; era a sede da Arquidiocese e não estava sujeita a correição régia. Desde o século XII, a cidade era sede de um extenso território senhorial, doado aos arcebispos por D. Henrique e D. Teresa através da carta de couto de 1112. Em janeiro de 1402, em virtude da política de extinção dos senhorios eclesiásticos, a jurisdição da cidade foi retirada das mãos do Arcebispo D. Martinho Afonso, sendo posteriormente devolvida ao Arcebispo D. Luís Pires, por D. Afonso V em 1473. A extinção definitiva do senhorio deu-se apenas em 1790 (Bandeira, 2000, pp. 80-81; Milheiro, 2003, p. 93).

Criado no século XI, o cabido era uma instituição arquidiocesana poderosa, muito importante para a história da cidade. No século XVIII constituía-se como uma autoridade política com uma grande ostentação económica, tendo-se tornado no principal proprietário urbano. Os cônegos podiam possuir bens patrimoniais, bem como negociar e legar bens; viviam em casas particulares com os seus parentes e criados. Pertencer ao cabido era considerado uma honra e privilégio, atraindo membros de famílias das elites da cidade. O cabido, tal como descreve Miguel Bandeira (2000, pp. 21-22, 82-84), constituía-se como um conselho para o Arcebispo, governando em períodos de Sé *vacante* ou na ausência do prelado.

No século XVIII, a arquidiocese de Braga era governada pelo arcebispo, e administrava um vasto território. Os arcebispos, de nomeação régia, por norma provinham de estratos sociais mais elevados e possuíam formação académica (Cunha, 2001, pp. 56, 62-63). Ao arcebispo cabia, por exemplo, nomear cargos e oficiais para o governo eclesiástico e secular da diocese, presidir ao Tribunal da Relação e Auditório Eclesiástico e escolher os juizes e membros da câmara (Cunha, 2001, p. 58). A Relação e o Auditório constituíam o suporte do poder dos arcebispos. Era através deles que os arcebispos tratavam a vida civil e eclesiástica. A câmara era a instituição político-administrativa civil mais importante e, por isso, era responsável pelas questões urbanas, como o policiamento, a cobrança de impostos, a execução de obras públicas, a fiscalização e regulamentação de algumas profissões (Cunha, 2001, pp. 79-80; Ferreira, 2019b, p. 48).

Durante o período estudado (1744-1763), a diocese de Braga foi governada por três arcebispos. Entre 1741 e 1756, governou D. José de Bragança, meio-irmão do rei D. João V, filho ilegítimo do rei D. Pedro II e D. Francisca Clara da Silva. Este arcebispo mostrou interesse nos registos paroquiais, uma vez que procurou que fossem redigidos corretamente, e ordenou a elaboração do livro de batismos de

expostos que serve de fonte a esta dissertação. A partir de 1756, governou D. Frei Aleixo de Miranda Henriques até à entrada, em 1758, de D. Gaspar de Bragança (1758-1789), filho ilegítimo de D. João V e D. Madalena Máxima de Miranda. Durante os seus governos, estes arcebispos preocuparam-se com o urbanismo, patrocinando diversas obras públicas. Foram vários os conflitos entre o cabido e os arcebispos, chegando à prisão de cônegos em 1744 (Oliveira, 2011, p. 23).

O apogeu do poder senhorial dos arcebispos deu-se no século XVI, diminuindo durante o século XVIII e inícios do século XIX, devido a medidas reformistas da monarquia, que desembocariam na construção do novo Estado Liberal (Cunha, 2001, p. 276). Em Braga, o século XVIII foi um período de expansão e crescimento, de renovação urbana e florescimento artístico, resultante da ostentação do poder do senhorio temporal e eclesiástico. Foram feitas diversas obras públicas, desde a abertura de praças, construção de igrejas, nas quais os arcebispos tiveram um papel relevante em iniciativas de construção e embelezamento da cidade (Cunha, 2001, pp. 91-96).

A nível demográfico, Braga tinha uma população densa, desde o início do século XVIII. Utilizando o coeficiente de quatro habitantes por fogo, Miguel Bandeira (2000, pp. 143-144) fornece as seguintes estimativas sobre a evolução do registo de fogos ao longo do século. Em 1732 existiam 3087 fogos com 12362 habitantes, mas em 1750 aumentou para 4039 fogos, com 16156 habitantes, e em 1758, para 4635 fogos, com 18540 habitantes. Esse aumento demográfico foi interrompido apenas em 1794, ano em que foram contabilizados 4306 fogos, menos 329 do que em 1758, calculados em 17224 habitantes.

A cidade de Braga era constituída por sete freguesias: Sé, S. João do Souto, Santiago da Cividade, S. José, S. Lázaro, S. Vítor e S. Pedro de Maximinos. Em 1747, devido ao crescimento demográfico, a freguesia de São Vítor foi dividida e criada a de S. Lázaro (Oliveira, 1993, p. 25; Milheiro, 2003, p. 93). O termo rural do concelho de Braga, em 1758, aquando das *Memórias Paroquiais*, possuía 58 paróquias, e estava em grande parte sob domínio do senhorio eclesiástico. A nível demográfico, o termo rural do concelho de Braga apresentava uma densidade populacional inferior à do meio urbano (Cunha, 2001, pp. 87-89).

Além de centro religioso, militar e administrativo, Braga constituía um dos principais centros urbanos do reino do ponto de vista comercial e manufatureiro. Estava em contacto com os mercados de importação de matérias-primas e de produtos manufaturados, uma vez que era necessário abastecer a população residente e de passagem, e alimentar as indústrias e manufaturas em desenvolvimento. Constituía um centro de consumo diversificado, pela grande concentração de pessoas, e pela procura de bens pelas classes nobres e eclesiásticas, além de abastecer outras vilas como Guimarães, Barcelos e Póvoa do Lanhoso (Cunha, 2001, pp. 74-75; Vilaça, 2012, p. 329).

A cidade possuía um setor industrial forte (sinos, velas, amuletos de cera, sedas*, damascos*, ourivesaria, latoaria, curtumes, etc.), com múltiplas oficinas (de escultura, arquitetura, pintura, talha, marcenaria, etc.) (Oliveira, 1993, p. 25). Existiam muitas lojas, entre as quais as de mercadorias caras estrangeiras, mas também de “[...] fazendas de lã portuguesas vindas dos centros manufatureiros do Sul e da Serra: panos de lã, baetas de todas as cores e pretas, riços, droguetes* e damascos [...]”. Havia também lojas que vendiam “[...] fitas de seda, rendas*, lenços*, fivelas, pentes, alfinetes e agulhas [...]”, entre outros produtos. Na maioria das vezes, as atividades “industriais” ocorriam dentro de lojas, onde funcionavam pequenas oficinas (Cunha, 2001, pp. 82-84). A cidade de Braga tinha vários conventos femininos e masculinos, bem como igrejas, recolhimentos, confrarias e irmandades. A cidade era também um centro atrativo de estudantes pelas instituições de ensino de que dispunha, onde podiam usufruir tanto de uma formação eclesiástica como civil (Cunha, 2001, pp. 67, 283).

1.1. A Roda de Braga

Em Braga, a Câmara foi responsável pela assistência às crianças abandonadas. Ao contrário do que aconteceu em outras cidades, a Misericórdia não se encarregou da assistência aos expostos, apenas concedeu algumas ajudas, como, por exemplo, no que respeita a enterros de expostos (Castro, 2006, p. 272). Até finais do século XVIII, Braga foi das únicas localidades do Minho a possuir uma Roda com o intuito de acolher crianças abandonadas (Fonte, 2004, p. 433). Como referido no capítulo anterior, este facto levou a que crianças de fora da cidade fossem trazidas a Braga.

A Roda de Braga foi instalada em 1698 na vertente nascente do paço dos arcebispos, no Campo dos Touros, tendo sido mudada, em 1744, para uma das casas do arcebispado, do lado norte do mesmo Campo a pedido do arcebispo D. José de Bragança. Estas serviam inicialmente para alojar a sua família e arrumar coches (Bandeira, 2000, p. 147; Marcos, 2016, p. 166). Situava-se na atual Praça do Município, local ideal para o acolhimento de crianças, devido à sua centralidade e proximidade da Sé, o que facilitava o transporte das crianças na hora de receber o batismo. O Campo dos Touros foi construído em finais do século XVI e ocupou um lugar importante na cidade devido à posição privilegiada de frente ao Paço dos Arcebispos e à proximidade de alguns serviços públicos (mercados, tribunal, açougues); era nele que se situava o edifício da câmara, assim como o celeiro do milho (Oliveira, 1993, p. 27; Milheiro, 2003, p. 95).

A Câmara confiava a administração da Roda ao “pai dos enjeitados” (Castro, 2006, p. 269). Durante os anos analisados nesta dissertação foi possível identificar três “pais dos enjeitados”: Jerónimo

Gomes, João Ferreira e Geraldo Araújo. Nos registos de batismo escritos em 1744, João Ferreira é já referido como sendo “pai dos enjeitados”, mas, em 1745 começou a surgir o nome de Jerónimo Gomes, que surge identificado com a função no ano seguinte. Entre 1748 e cerca de metade de 1754, surge a figura de Geraldo de Araújo, altura em que João Ferreira voltou a assumir o cargo no qual se manteve até 1763.

É importante referir que estes homens desempenhavam as suas tarefas em colaboração com as suas mulheres. Apenas a mulher de Jerónimo Gomes não é referida, o que suscita dúvidas sobre o seu estado matrimonial. João Ferreira era casado com Antónia Rodrigues, e Geraldo de Araújo com Rosa Maria. Ao longo dos registos são indicadas algumas “assistentes” na Roda, sem especificar o cargo que ocupavam; entre elas, Guiomar Teresa e Luísa Gomes, esta última irmã de Jerónimo Gomes.

2. O batismo de expostos na paróquia da Sé de Braga (1744-1763)

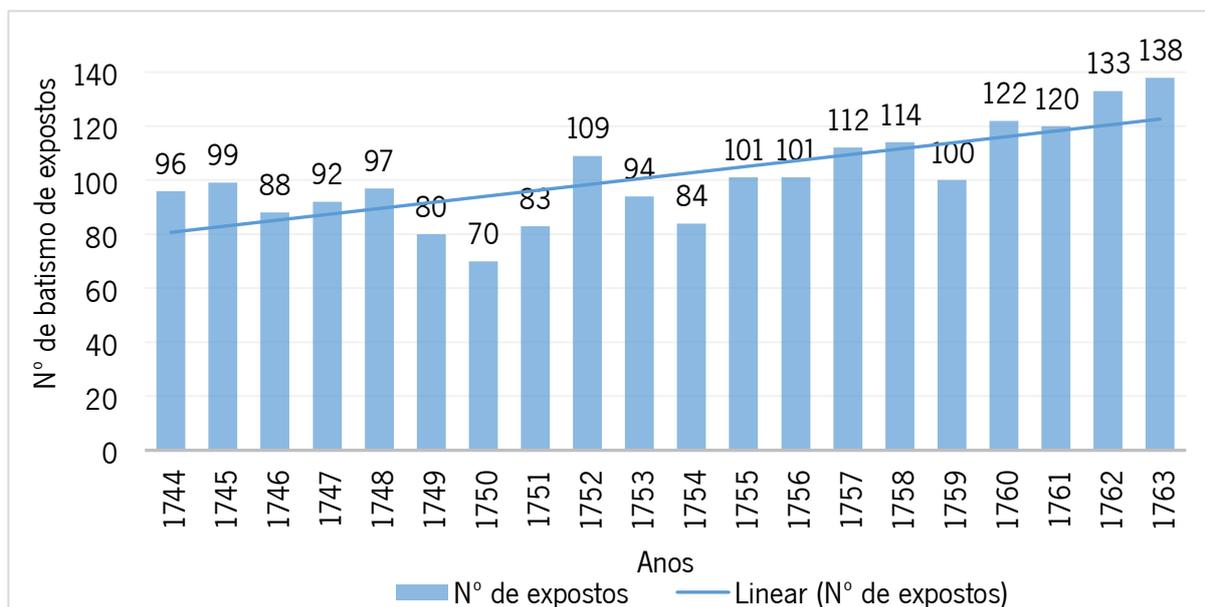
Logo depois do abandono, as crianças expostas eram direcionadas à Sé onde recebiam o batismo. Inácio de Palhares, Domingos Luís Rego, Manuel Alves da Costa, Francisco Álvares, João Pereira e Manuel de Almeida foram alguns dos padres que administraram o sacramento. Conforme foi abordado no capítulo anterior, o batismo deveria ser recebido apenas uma vez, e, como tal, por segurança, as crianças expostas deviam ser batizadas *sob condição* (*sub-condition*). No entanto, os registos de batismo analisados não são consistentes no que toca ao tipo de batismo. Em certos anos, na grande maioria dos assentos apenas é mencionado que o exposto foi “batizada(o)”. Noutros anos, porém, a maioria dos expostos teria recebido o batismo *sob condição*. Esta inconsistência dos registos dificulta perceber que batismo foi administrado. Todavia, parte-se do princípio de que o batismo *sob condição* seria o mais adequado à situação das crianças.

Como se disse, foram registados 2033 batismos de expostos na paróquia da Sé entre os anos de 1744 e 1763. Procedendo a uma análise mais detalhada do Gráfico 1, é possível determinar que o ano com maior número de registos foi o de 1763 com 138 expostos batizados. Pelo contrário, o ano de 1750 foi aquele que registou um menor número de batismos (70). O número de crianças enviadas à Sé ao longo dos 20 anos estudados acompanhou, portanto, o crescimento do abandono que se verificava em Portugal e na Europa ao longo do século XVIII.

O Gráfico 1 ainda revela duas tendências que merecem ser destacadas. Na primeira, compreendida entre os anos de 1744 e 1754, o número de batismos manteve-se estável, oscilando entre os 80 e os 100 registos anuais, apenas com uma queda em 1750 (70), seguida, em 1752, por um

aumento que atingiu os 109 batismos nesse ano. A segunda tendência ocorreu entre 1755 e 1763. Neste período, o número de batismos aumentou continuamente até 1763, salvo uma quebra em 1759 (100), rapidamente ultrapassada no ano seguinte com 122 batismos. A partir de 1763, o abandono de crianças em Braga continuou a aumentar, mantendo-se elevado ao longo do século XVIII. Por exemplo, entre 1760 e 1800 o número anual de expostos variou entre 100 e 175 (Sá, 1993, pp. 102-103).

Gráfico 1 - Movimento de batismos de expostos da paróquia da Sé de Braga (1744-1763)



Fonte: Arquivo Distrital de Braga, Fundo Paroquial da Sé de Braga, *Registo de Batismos 1744-1771*.

Os batismos dos expostos eram realizados no próprio dia em que as crianças eram acolhidas ou no seguinte, no máximo até três dias após a data assinalada como sendo a da exposição. Os registos não indicam a hora de abandono das crianças, mas o mais provável é ter ocorrido durante a noite para garantir o anonimato e dificultar o reconhecimento do abandonador. Apenas os registos dos expostos Joaquim Manuel³ e Joaquim José⁴ referem a hora do abandono (durante a noite).

Os batismos eram ministrados por um padre na Sé, excetuando alguns casos em que as crianças foram abandonadas com a saúde muito débil, o que forçou a intervenção do “pai dos enjeitados”. De modo a garantir que os expostos morressem sacramentados, este procedia a um batismo de emergência, como aconteceu, por exemplo, com uma menina chamada Rosa⁵, exposta na Roda a 5 de outubro de 1762, que por aparecer “ao que parece sem tempo e quase morrendo, a batizou logo”. Algumas dessas crianças batizadas de emergência conseguiram sobreviver a tempo de serem levadas à Sé, onde

³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Joaquim Manuel, 16 janeiro de 1758, fl. 172.

⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Joaquim José, 12 de outubro de 1762, fl. 247.

⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Rosa, 5 de outubro de 1762, fl. 246v.

receberam todas as unções necessárias. Em 1748, um menino chamado Jerónimo⁶ “por vir de perigo foi ensopiado pelo pai dos enjeitados e veio pôr os santos óleos”, e cerca de um mês depois uma menina com o nome Josefa⁷ “foi ensopiada por Geraldo de Araújo pai dos enjeitados e veio a esta Sé pôr os santos óleos”. Anos mais tarde, em 1758, António José⁸ passou pela mesma situação, sendo batizado na roda “por João Ferreira, pai dos enjeitados por estar ou parecer moribundo a quem examinei e eu lhes pus os santos óleos”. Neste último caso, refere-se que o vigário da Sé, Inácio Palhares, examinou a criança. Uma exposta chamada Vicência⁹ veio enxoprada e o padre notou: “lhe fiz os exorcismos pela ter enxoprado Guiomar solteira no mesmo dia 22 por estar em perigo e lhe disse palavras essenciais por ter exercitado mais vezes do mesmo sacramento”.

Contudo, muitas crianças expostas não conseguiram sobreviver o tempo suficiente. Em 1763, um menino, de nome Alexandre¹⁰, recebeu um batismo de emergência pelo “pai dos enjeitados”, tendo falecido logo de seguida. Não foi caso único. Antónia¹¹, exposta a 16 de junho do ano anterior, foi batizada na Roda no mesmo dia em que chegou por “vir sem tempo”, tendo falecido logo em seguida.

No livro de batismos de expostos não se registaram apenas os expostos batizados na Sé. Por exemplo, a menina Ana Maria¹² apareceu já batizada na freguesia de Adaúfe “segundo nos constou por letra do mesmo reitor da dita freguesia [...] por isso não a batizei”. Jerónimo José¹³ não foi batizado na Sé por constar que “estava batizado solenemente na freguesia de São João do Souto no mesmo dia e por isso fiz esta declaração”; sobre João¹⁴ escreveu-se “Do enjeitado João em vinte e cinco de novembro se deve procurar o seu acento na freguesia de Maximinos onde foi batizado”. No assento de Maria¹⁵ foi feita a seguinte declaração: “digo, e declaro, que esta não foi batizada por se me mostrar uma certidão do pároco da reitoria de Carvalho, cuja letra reconheceu o padre António Veloso da rua dos Chãos”; e sobre Margarida¹⁶ foi dito “não foi batizada nesta Sé por vir com certidão autêntica de que vinha batizada pelo pároco da dita freguesia”.

⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Jerónimo, 20 de fevereiro de 1748, fl.50.

⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Josefa, 29 de março de 1748, fl. 51v.

⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto António José, 16 de fevereiro de 1758, fl. 173.

⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Vicência, 21 de janeiro de 1757, fl. 157.

¹⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Alexandre, 13 de dezembro de 1763, fl. 269.

¹¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Antónia, 26 de junho de 1762, fl. 241.

¹² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Ana Maria, 23 de maio de 1752, fl. 96.

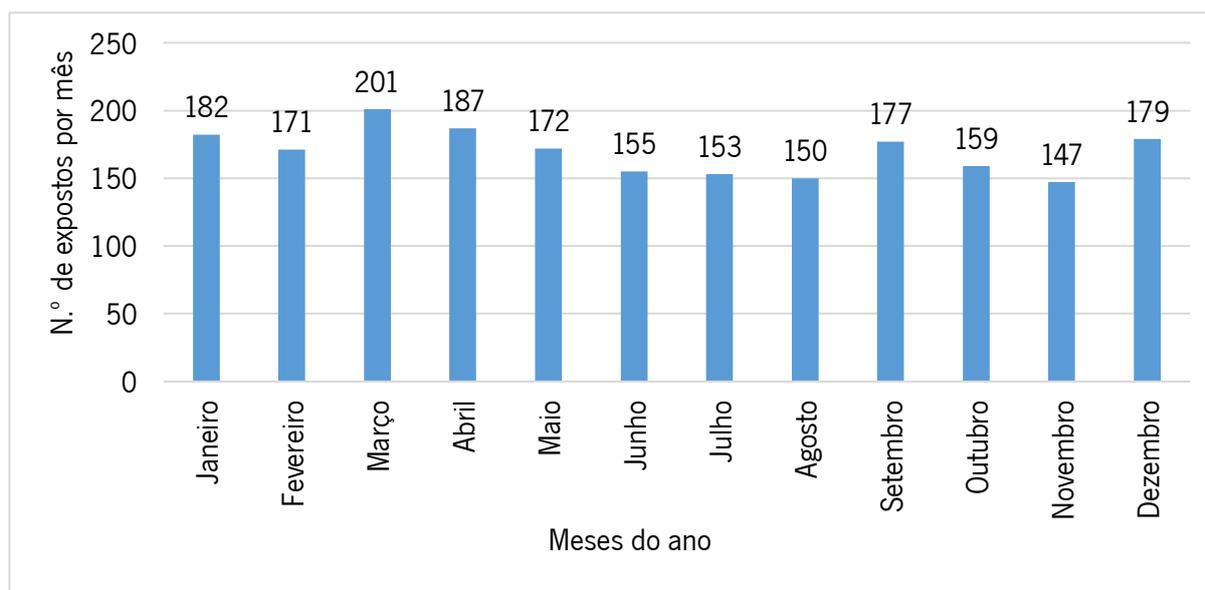
¹³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Jerónimo José, 13 de maio de 1760, fl. 207.

¹⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto João, 25 de novembro de 1761, fl. 229.

¹⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria, 10 de janeiro de 1762, fl. 232v.

¹⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Margarida, 21 de novembro de 1763, fls. 268-268v.

Gráfico 2 - Sazonalidade do batismo de expostos da paróquia da Sé de Braga (1744-1763)



Fonte: Arquivo Distrital de Braga, Fundo Paroquial da Sé de Braga, *Registo de Batismos 1744-1771*.

Em termos da sazonalidade do abandono, o Gráfico 2 revela maior incidência nos meses de inverno e primavera, e menor nos meses de verão. Esta tendência foi verificada em outras localidades, como, por exemplo, Porto, Guimarães, Góis, Barcelos e Meda¹⁷. Apenas em Meda foi detetado um pico de aumento no mês de outubro. Maria de Fátima Machado (2010, p. 136) refere vários estudos para cidades fora de Portugal, como Sevilha, Nápoles e Andújar (Jaén), onde o abandono tendia a acontecer também em meses de Inverno e Primavera, geralmente associados a dificuldades de aprovisionamento e condições favoráveis a conceção, como por exemplo, festas primaveris (Sevilha) e romarias (Andújar).

Em Braga, os meses de verão (junho, julho e agosto) apresentaram quantitativos inferiores aos restantes meses do ano. Apenas novembro apresentou um número inferior de abandonos (147), correspondendo ao mês com menos registos de batismos de expostos na Sé de Braga. Excetuando o mês de setembro, que assinala um ponto mais elevado de abandono com 177 crianças registadas, os meses do inverno e primavera foram os que registaram o número mais alto de batismos, começando a aumentar em dezembro e mantendo-se elevados até maio, sendo março o mês com maior número de abandonos (201), seguido de abril (187), janeiro (182) e dezembro (179). Partindo do pressuposto de que se está a lidar com crianças maioritariamente recém-nascidas, calcula-se que os meses de maior conceção foram os da primavera (março, abril, maio) e de verão (junho, julho), dando origem a mais nascimentos em dezembro e nos primeiros meses do ano.

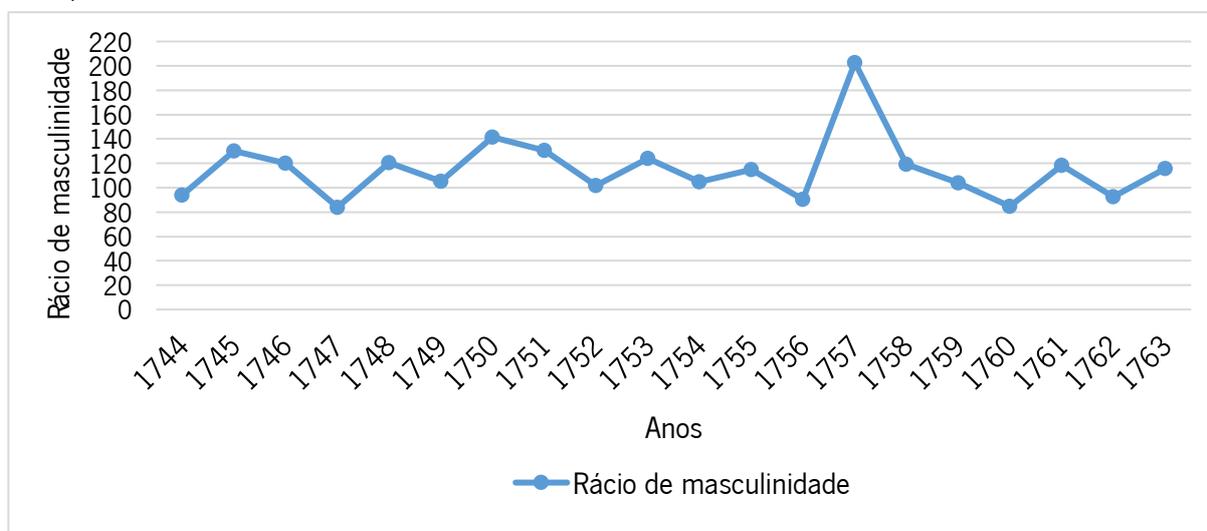
¹⁷ Alguns estudos abordam a sazonalidade do abandono e apresentam conclusões semelhantes. Cf. Lopes (1985), Amorim (1987), Matos (1995), Simões (1999) e Fonte (2004).

O abandono de crianças no inverno era prejudicial à saúde dos expostos. O frio tende a diminuir a temperatura corporal, o que deixa o organismo suscetível a doenças e infeções. O exposto João¹⁸ é um exemplo, porque foi abandonado em novembro de 1758, tendo sido batizado pelo pai dos enjeitados por vir “quase moribundo” devido ao frio. Como veremos mais à frente neste trabalho, o vestuário dos expostos não estava preparado para os proteger do frio, nem de outras condições meteorológicas.

2.1. O sexo dos expostos

Nas 2033 crianças expostas analisadas não foram detetadas disparidades significativas entre o seu género, registando-se o total de 1072 rapazes (53%) e 961 raparigas (47%). Apesar do número de rapazes ter sido superior, não é o suficiente para se poder afirmar que o sexo tenha sido determinante para a decisão do abandono. Os estudos realizados nos expostos na Roda do Porto e de Viana do Castelo chegaram à mesma conclusão (Sá & Cortes, 1992, p. 184; Fonte, 2004, p. 264). A quantidade de batismos de rapazes e raparigas foi acompanhando mais ou menos a mesma tendência. Segundo o Gráfico 3, o rácio de masculinidade¹⁹ entre 1744 e 1763, oscilou entre os 90 e os 140; apenas o ano de 1757 apresentou um rácio mais alto, na casa dos 200, e o ano de 1747, alcançou o rácio mais baixo de 84.

Gráfico 3 - Rácio de masculinidade (R.M.) dos expostos da paróquia da Sé de Braga por sexo (1744-1763)



Fonte: Arquivo Distrital de Braga, Fundo Paroquial da Sé de Braga, *Registo de Batismos 1744-1771*.

¹⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto João, 16 de novembro de 1758, fl. 184v.

¹⁹ O rácio de masculinidade foi calculado através da seguinte fórmula: $R. M. = \frac{n.º \text{ de meninos}}{n.º \text{ de meninas}} \times 100$.

Deve-se ter em consideração que o abandono de crianças era planeado ao longo da gestação, quando ainda se ignorava o sexo da criança. Quando a gravidez era descoberta e não fosse desejo da mãe e da família manter a criança, começava-se desde logo a elaborar o melhor método para ocultar a gravidez e o nascimento da criança da comunidade (Fonte, 2004, p. 265; Réis, 2016, p. 264). Esta hipótese do planeamento prévio é suportada por algumas mensagens que demonstram que o bilhete foi escrito antes do nascimento da criança, quando se desconhecia o seu sexo: “Se fosse menino se chamasse José Raimundo e se fosse menina se chamasse Serafina Josefa”²⁰; “se fosse menino se chamaria Manuel Caetano de Jesus e se fosse menina Maria Manuela de Jesus”²¹; e “nome acima se fosse menina”²². A idade ao abandono também sustenta esta hipótese, uma vez que a maioria das crianças eram abandonadas quando acabavam de nascer ou nos dias imediatamente seguintes, comprovando que o abandono constituía uma opção ponderada ao longo da gestação.

2.2. A idade dos expostos

A maioria dos registos não permite saber a idade exata dos expostos. Porém, em alguns casos, as crianças traziam escritos com essa informação, enquanto em outros eram feitas algumas suposições por parte de quem as registava. Em 1744, o menino Francisco José²³, enjeitado a 9 de janeiro, foi registado como tendo “dois meses mais ou menos” de idade, e, dias depois, a 17 de janeiro, surgiu uma menina, Maria²⁴, que, supostamente, tinha “doze ou quinze meses”. A 6 de maio, no registo de Anastácia Maria²⁵, é referido que poderia já ter idade de “ano e meio pouco mais ou menos”. No ano seguinte, em 1745, a 10 de março, supôs-se que Esperança²⁶ teria “sete meses pouco mais ou menos”. Três anos depois, em 22 de outubro de 1748, o exposto Manuel²⁷, foi registado como tendo “três meses e meio”.

Temos ainda dois expostos de idade mais avançada, uma menina chamada Maria²⁸, que teria dois anos pouco mais ou menos, que não trouxe escrito, e um menino, José Joaquim²⁹, que “parece ter dois anos”. Mesmo sendo mais velhos, estes expostos eram demasiado novos para fornecerem informações sobre si; em nenhum dos casos souberam dizer o próprio nome. É de supor, no entanto,

²⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto José Raimundo, 15 de fevereiro de 1745, fl. 20v.

²¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria Manuela de Jesus, 13 de fevereiro de 1754, fls. 118-118v.

²² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Antónia Caetana, 16 de junho de 1754, fl. 122.

²³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Francisco José da Conceição, 9 de janeiro de 1744, fl.3.

²⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria, 17 de janeiro de 1744, fl.3.

²⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Anastácia Maria, 6 de maio de 1744, fl.8.

²⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Esperança, 10 de março de 1745, fl.21v.

²⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Manuel, 22 de outubro de 1748, fls.57v-58.

²⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria, 23 de janeiro de 1758, fl.172v.

²⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto José Joaquim, 15 de novembro de 1761, fl.229.

que a maioria dos enjeitados seriam recém-nascidos. Sempre que o padre tentou calcular a idade do exposto, a idade apontava idades mais avançadas, exceto no caso de António³⁰, exposto a 5 de março de 1746, que foi indicado que “trazia dias”. Os restantes tinham, alegadamente, mais de dois meses. Coloca-se, assim, a questão: será que a maioria das crianças eram recém-nascidas e por isso indicava-se apenas a idade das mais velhas?

No caso dos recém-nascidos é provável que tivessem nascido nas redondezas. No entanto, trata-se apenas de uma suposição. A idade do abandono pode dar indícios da possível motivação que levou ao abandono. Quando as crianças eram ilegítimas a intenção era abandoná-las o mais rapidamente possível para as ocultar da comunidade. Como se disse, a decisão era tomada durante a gravidez. Porém, quando eram expostas com mais idade, a razão do abandono podia residir na pobreza, numa mudança nas condições financeiras, na situação familiar ou outra vicissitude (Fonte, 2004, p. 291). Contudo, não se pode descartar a hipótese de haver crianças ilegítimas a ser abandonadas tempos depois do seu nascimento.

2.3. Os nomes dos expostos

O nome permite distinguir as pessoas numa sociedade e individualizá-las, e os expostos não constituíam uma exceção. A legislação civil portuguesa sobre a constituição dos nomes é relativamente recente, pois tem como matriz legal o Código Civil de 1928. Até então, dada a ausência de normas legais, vigoravam em Portugal normas ditadas pelo costume (Réis, 2016, p. 209).

Os registos analisados evidenciam uma enorme variedade de nomes, com mais de 100 nomes distintos. Os mais utilizados encontram-se sistematizados na Tabela 1. Nos rapazes os quatro nomes mais relevantes foram José, António, Manuel e João; nas raparigas, Maria, Teresa, Rosa e Antónia, nessa mesma ordem. Todavia, os nomes podiam surgir isolados ou juntos. No caso dos rapazes, a combinação de nomes que mais se repetiu ao longo dos anos estudados foi a de José e António (58) e a de Manuel e José (37). Já nas raparigas, a combinação mais comum foi Maria e Teresa (43), Maria e Rosa (30) e Ana e Maria (24).

³⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto António, 5 de março de 1746, fl.30.

Tabela 1 - Principais nomes de batismo dos expostos batizados na paróquia da Sé de Braga (1744-1763)

Nomes masculinos		Nomes femininos	
Nome	N.º	Nome	N.º
José	274	Maria	285
António	181	Teresa	131
Manuel	144	Rosa	107
João	115	Antónia	107
Francisco	72	Ana	64
Joaquim	40	Luísa	52
Luís	39	Josefa	49
Inácio	32	Joaquina	40
Domingos	31	Francisca	36
Jerónimo	30	Joana	33
Bento	30	Benta	30
Pedro	25	Bernarda	18
Total	1013	Total	952

Fonte: Arquivo Distrital de Braga, Fundo Paroquial da Sé de Braga, *Registo de Batismos 1744-1771*.

Além destes nomes existiram outros que surgiram poucas vezes ou uma única vez. Alguns referem-se a santos como, por exemplo, “de Jesus”, “de São José”, “de São Pedro”, “do Espírito Santo”, “de Santo António”, “da Assunção”, “da Graça”. Outros nomes, mais raros, eram os apelidos como Amorim, Araújo, Pereira, Réis, Santos e Vieira. Alguns exemplos diferentes de nomes de expostos, que surgiram menos vezes foram, para rapaz, Bernardo, Caetano, Custódio, Félix, Filipe, Lourenço, Miguel, Narciso, Paulo e Tomás. Para rapariga, Angélica, Camila, Clara, Custódia, Gertrudes, Isabel, Leonor, Margarida, Mariana, Quitéria, Rita e Úrsula.

É possível detetar nomes coincidentes com os dos santos celebrados no dia do nascimento. Apesar das famílias não indicarem o nome, elas informam as datas de nascimento que coincidem com o nome registado. O exposto João José³¹, segundo o escrito “nascera em Dia de São José”, e Sebastião³² “nasceu em dia de São Sebastião”. Já a exposta Maria do Ó³³ possuía um nome ligado ao local de abandono, uma vez que foi abandonada na capela de Nossa Senhora do Ó.

³¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto João José, 6 de abril de 1757, fl. 161.

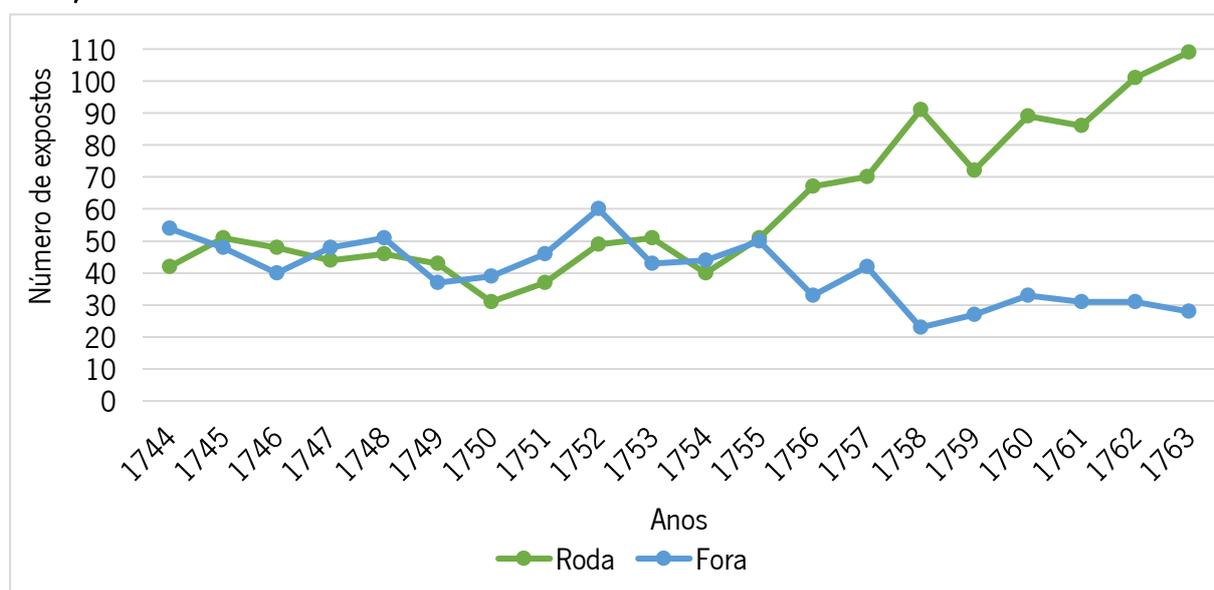
³² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Sebastião, 20 de janeiro de 1745, fl. 19v.

³³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria do Ó, 13 de julho de 1756, fl. 151.

2.4. Os locais de abandono

Entre 1744 e 1763 não existiu em Braga um local exclusivo para o abandono de crianças (Gráfico 4). Os abandonos, principalmente entre 1744 e 1755, foram feitos um pouco por toda a cidade e arredores. A partir do ano de 1755 começa a registar-se um aumento dos abandonos na Roda e uma diminuição dos abandonos pela cidade. No entanto, alguns casos suscitam dúvidas, porque os registos referem que a criança foi exposta na Roda e, ao mesmo tempo, referem o local de exposição inicial, sugerindo a existência de registos que mencionam erradamente a Roda como primeiro local de exposição. Contudo, os números deixam claro o aumento da eficácia da instituição, visto que cada vez mais abandonos eram feitos na Roda. No primeiro ano estudado, em 1744, 56% das exposições ocorreram fora da Roda e 20 anos depois, em 1763, apenas 20%. O ano de 1755 marcou o início da divergência entre locais de abandono.

Gráfico 4 - Relação entre locais de exposição dos expostos batizados na paróquia da Sé de Braga (1744-1763)



Fonte: Arquivo Distrital de Braga, Fundo Paroquial da Sé de Braga, *Registo de Batismos 1744-1771*.

Entre os anos de 1744 e 1763, foram expostas 1218 crianças dentro da Roda e 808 pela cidade e arredores, existindo sete casos para os quais se ignora o local de exposição. Dos 808 abandonos na cidade, foram abandonadas à porta de privados cerca de 554 crianças, e, em casos mais raros, à porta de alguma instituição. Cerca de 142 foram abandonas em locais não especificados, referenciados apenas pelo nome da rua, do lugar ou da freguesia, mas sem particularizar o lugar exato. Não sabemos se foram

postos à porta de uma casa ou até mesmo no meio da rua. As restantes crianças foram abandonadas em locais variados: lojas, vendas, igrejas, capelas, hospitais, tabuleiros, alpendres*, recolhimentos, quintas, pátios, entre outros. As crianças abandonadas na Roda eram imediatamente socorridas, enquanto as outras corriam mais riscos, porque podia demorar mais tempo até serem encontradas. Para além de sujeitas a condições naturais mais adversas (frio, animais, etc.), acabavam por passar pela mão de mais pessoas, aumentando o risco de contrair doenças.

2.4.1. Abandonos fora da Roda

Os abandonos fora da Roda podiam ser feitos tanto em locais públicos como privados. Os abandonos feitos à porta de privados foram os mais recorrentes; foram referenciados 554 expostos nessa situação, mas o número teria sido superior, considerando que os registos não detalham certos locais. Nos registos de batismo dos expostos refere-se que a criança apareceu “à porta de”, seguido, normalmente, da identificação do morador e da localização da casa (rua, freguesia ou algum local de referência), podendo indicar ainda que ficaria “atrás de” ou “ao lado de” alguma rua ou edifício.

Não era comum o aparecimento de mais de uma criança “à porta” das mesmas moradas. Ainda assim, alguns registos testemunham essa situação, como, por exemplo, no caso de duas meninas com o mesmo nome (Maria), abandonadas à porta da mesma casa. A primeira Maria³⁴ foi exposta a 29 de fevereiro de 1744, “à porta de José Gonçalves sapateiro” e a segunda³⁵, apenas alguns dias depois, a 6 de março. No entanto, estes casos foram esporádicos.

No momento de identificação do morador é referido o seu nome, e em alguns casos a sua ocupação e estado matrimonial. Se fosse casado, referia-se o nome do cônjuge; quando solteiros, os nomes de irmãos ou os pais. A ocupação do morador era descrita com frequência. Por exemplo, Alberto³⁶ foi deixado “à porta de José Loureiro tesoureiro do Senado da Câmara”; Ana³⁷ foi abandonada a “à porta de Miguel Vieira ourives”; Mariana³⁸ exposta “à porta de Domingos de Barros carpinteiro”; Joana³⁹ abandonada “à porta de Marcelina da Silva vendeira”; Mário⁴⁰ abandonado “à porta de Manuel Francisco cubeiro”. Um outro caso foi o de Francisco⁴¹, que em 1 de outubro de 1755, foi exposto “na rua de Gatos à porta de um ourives”, sem que fosse especificado o seu nome.

³⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria, 29 de fevereiro de 1744, fl. 5v.

³⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria, 6 de março de 1744, fl. 6.

³⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Alberto, 8 de agosto de 1744, fl. 12.

³⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Prudência Ana, 22 de maio de 1745, fl. 24.

³⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Mariana, 10 de fevereiro de 1745, fl. 20.

³⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Joana, 11 de outubro de 1745, fl. 27.

⁴⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto António Maria, 26 de maio de 1746, fl. 32v.

⁴¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Francisco, 1 de outubro de 1755, fls. 138v-139.

Muitas outras ocupações surgem nos registos como, por exemplo, ferreiro⁴², espadeiro⁴³, sombreireiro⁴⁴, droguista⁴⁵, espingardeiro⁴⁶, alfaiate⁴⁷, pedreiro⁴⁸, barbeiro⁴⁹, pedreiro⁵⁰, armador⁵¹, carpinteiro⁵², livreiro⁵³, ladrilheiro⁵⁴, armador⁵⁵ e espadeiro⁵⁶. Na cidade de Braga existia uma grande variedade de ocupações associadas ao artesanato (Cunha, 2001, p. 85). A profissão dos moradores estava ligada ao comércio, ao trabalho de metais, madeira, pedra e produção de têxteis e vestuário. Não ocorreram abandonos à porta de moradores que trabalhassem no setor primário, apenas no setor secundário e terciário, o que não surpreende, se se tiver em conta que o abandono ocorria, sobretudo, na cidade de Braga.

Além dos abandonos nas portas, algumas crianças foram expostas em tabuleiros, ou seja, espaços relativamente largos situados entre degraus e uma escada, ou entre degraus de uma fachada ou porta (Bluteau, 1712-1728, vol. 8, p. 11). Deste modo, o tabuleiro acaba por constituir uma outra forma de referir abandonos em portas. Entre essas crianças estava Manuel⁵⁷ abandonado “no tabuleiro da casa do padre Francisco”, Geraldo⁵⁸ deixado “debaixo dos alpendres do Campo dos Touros em um tabuleiro das casas das beatas”, Maria Clara⁵⁹, em 1755, e Constâncio⁶⁰, em 1757, ambos deixados “no Campo de Santa Ana no tabuleiro das casas de José António Vilaça”.

Dois outros locais de abandono foram as lojas e as vendas. As lojas tanto podiam ser locais onde se vendiam de produtos, como podiam ser casas térreas (Moraes & Bluteau, 1789, vol. 2, p. 32). No caso de serem casas térreas, o abandono em lojas também representava o mesmo que em portas. E, tal como no abandono “à porta”, havia a intenção de identificar o dono e o local da loja e da venda. Como se pode verificar no registo de batismo de Senhorinha⁶¹, uma menina exposta a 21 de agosto de 1747, na loja do “Reverendo Beneficiado Domingos José Rebelo morador da rua de Maximinos”, de Antónia⁶² exposta, no dia 16 de setembro de 1754, na loja de “Francisco Marinho, atrás da Sé”, e de

⁴² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Susana, 20 de abril de 1747, fl. 41v.

⁴³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Jerónimo, 12 de abril de 1747, fl. 41v.

⁴⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Francisco José, 6 de abril de 1747, fl. 41.

⁴⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto António, 13 de novembro de 1746, fl. 37.

⁴⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto José, 9 de novembro de 1746, fl. 36v.

⁴⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Francisco António, 11 de janeiro de 1744, fl. 3.

⁴⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Miguel, 28 de setembro de 1744, fl. 14v.

⁴⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto António, 12 de outubro de 1746, fl. 35v.

⁵⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Ana Teresa Tomásia, 13 de outubro de 1746, fl. 35v.

⁵¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Antão, 16 de janeiro de 1745, fl. 19.

⁵² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Mariana, 10 fevereiro de 1745, fl. 20.

⁵³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Domingos José, 8 de março de 1746, fl. 30v.

⁵⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto António, 6 de outubro de 1745, fl. 27.

⁵⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Antão, 16 de janeiro de 1745, fl. 19.

⁵⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Jerónimo, 12 de abril de 1747, fl. 41v.

⁵⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Manuel, 13 de fevereiro de 1744, fls. 4-4v.

⁵⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Geraldo, 3 de dezembro de 1744, fl. 17.

⁵⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria Clara, 23 de setembro de 1755, fls. 138-138v.

⁶⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Constâncio, 17 de novembro de 1757, fl. 169v.

⁶¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Senhorinha, 21 de agosto de 1747, fl. 45.

⁶² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Antónia, 16 de setembro de 1754, fl. 124v.

Maria⁶³ abandonada, a 2 de fevereiro de 1757, na loja de “Dona Mariana do Campo de São Sebastião”. Também houve abandono em lojas de instituições, como o de Clara⁶⁴ que, a 9 de junho de 1761, foi abandonada numa loja dentro da Casa da Roda, e de Dionísio⁶⁵ que, a 8 de outubro de 1763, foi deixado numa loja do hospital.

O abandono em vendas pode ser encontrado nos registos de Constantino José⁶⁶, exposto a 20 de fevereiro de 1744, e de Margarida⁶⁷, exposta três dias depois, deixados à porta da mesma venda de “Francisco de Miranda vereador do senado da Câmara”. Além dessas duas crianças, existiram três casos de abandono à porta da venda de uma senhora chamada Dona Jacinta de Melo: Aniceto Joaquim⁶⁸ e Antónia⁶⁹, abandonados respetivamente em abril e agosto de 1756; e Geraldo⁷⁰, em dezembro de 1758. De referir que estes exemplos são dos poucos casos em que se repete o local de abandono.

Nos anos estudados houve várias exposições em igrejas e capelas. Em alguns desses casos não foi especificada a localização das igrejas, talvez por não considerarem necessário, como, por exemplo, o caso da menina Josefa⁷¹, deixada dentro da igreja de Santa Cruz, de Salvador⁷², no interior da igreja de Nossa Senhora-a-Branca, e de Bento⁷³ abandonado ao Senhor de Nossa Senhora da Ajuda. Dois casos de abandono fora da cidade foram o de João⁷⁴ que, a 5 de junho de 1744, foi exposto no adro da igreja de Reboreda de Vila Nova de Cerveira da Comarca de Valença e de Teresa⁷⁵ que, a 9 de novembro de 1747, foi exposta na igreja de São João da Ponte de Guimarães. Já dentro da cidade, António⁷⁶, foi abandonado no interior da igreja do Colégio do Pópulo a 16 de junho de 1748, e Rosa⁷⁷ encontrada na escada da igreja de São Vítor a 26 de setembro de 1759.

A Sé de Braga foi palco de várias exposições, algumas realizadas dentro dos confessionários, como Benta⁷⁸ e José⁷⁹. E um outro menino, Mateus⁸⁰, exposto “à beira do altar de Santo António sito nas claustras de Santo Amaro da Sé”, outra menina, Maria Rosa⁸¹, foi deixada ao pé de Santa Bárbara. Outros

⁶³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria, 2 de fevereiro de 1757, fl. 157v.

⁶⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Clara, 9 de junho de 1761, fl. 223.

⁶⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Dionísio, 8 de outubro de 1763, fl. 265v.

⁶⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Constantino José, 20 de fevereiro de 1744, fls. 5-5v.

⁶⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Margarida, 23 de fevereiro de 1744, fl. 5.

⁶⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Aniceto Joaquim, 7 de abril de 1756, fl. 146.

⁶⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Antónia, 23 de agosto de 1756, fls. 152-152v.

⁷⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Geraldo, 9 de dezembro de 1758, fl. 185v.

⁷¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Josefa, 12 de janeiro de 1756, fl. 142v.

⁷² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Salvador, 30 de agosto de 1762, fl. 244v.

⁷³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Bento, 27 de junho de 1747, fl. 43.

⁷⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto João, 5 de junho de 1744, fls. 8v-9.

⁷⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Teresa, 9 de novembro de 1747, fl. 47.

⁷⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto António, 16 de junho de 1748, fl. 54v.

⁷⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Rosa, 26 de setembro de 1759, fl. 197.

⁷⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Benta, 19 de abril de 1746, fl. 31v.

⁷⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto José, 12 de maio de 1753, fl. 108v.

⁸⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Mateus, 21 de setembro de 1746, fl. 35.

⁸¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria Rosa, 11 de setembro de 1754, fl. 124.

abandonos ocorreram nas traseiras da Sé, como foi o caso de Bento⁸² e de Helena⁸³, abandonados dentro do nicho de Nossa Senhora do Leite, localizado no exterior na capela-mor.

Além destas igrejas, encontramos crianças abandonadas em capelas. No dia 2 de março de 1745, José⁸⁴ foi exposto junto da capela de São Sebastião da freguesia de Lamações e, a 24 de janeiro do ano seguinte, Ana⁸⁵ foi encontrada próxima de uma capela do Bom Jesus do Monte. Alguns anos mais tarde, a 23 de fevereiro de 1754, Domingos⁸⁶ foi recolhido à porta da capela de São João Marcos e Maria do Ó⁸⁷, apareceu no dia 13 de julho de 1756, na capela de Nossa Senhora do Ó de São Miguel.

Foram registados cinco abandonos no hospital da cidade, dois deles à porta, sendo eles o de Luísa⁸⁸, a 22 de novembro de 1749, e de Joaquim Narciso⁸⁹, a 24 de abril de 1759. O terceiro, de Genoveva Rita⁹⁰, que aconteceu à porta do hospital em uma das casas térreas no dia 22 de dezembro de 1760. Os dois últimos foram, Bernarda⁹¹, a 6 de setembro de 1753, exposta dentro das grades do hospital e António Luís⁹² deixado no hospital, a 12 de junho de 1758.

É referenciado, por várias vezes, o abandono de crianças debaixo de alpendres, como, por exemplo, o do exposto Geraldo, abandonado “debaixo dos alpendres do Campo dos Touros”⁹³, Custódia⁹⁴, exposta debaixo dos mesmos alpendres “junto a Nossa Senhora da Piedade”, a menina Rosa⁹⁵ exposta “de baixo dos alpendres do Campo de Santa Ana”, e Isabel⁹⁶ “nos alpendres sobre uma pedra”. Os alpendres protegiam os expostos dos fenómenos meteorológicos, como a chuva. Deste modo, o abandono no interior de um local ou com teto podia ser um fator determinante para a sobrevivência das crianças, que, no exterior, a céu aberto, ficavam ainda mais vulneráveis. Alguns abandonos aconteceram em pátios, como o de Ricardo José de Amorim⁹⁷, encontrado “na rua de São Gualdim no pátio da casa de António Leite”, ou ainda em quintas, como o de Manuel José⁹⁸, achado “na quinta de Santa Bárbara dos fidalgos da Tapada”.

⁸² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Bento, 8 de fevereiro de 1749, fl. 61v.

⁸³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Helena, 7 de setembro de 1752, fl. 100.

⁸⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto José, 2 de março de 1745, fl. 21v.

⁸⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Ana, 24 de janeiro de 1746, fl. 29.

⁸⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Domingos, 23 de fevereiro de 1754, fl. 118v.

⁸⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria do Ó, 13 de julho de 1756, fl. 151.

⁸⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Luísa, 22 de novembro de 1749, fl. 68.

⁸⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Joaquim Narciso, 24 de abril de 1759, fl. 191v.

⁹⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Genoveva Rita, 22 de dezembro de 1760, fl. 215v.

⁹¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Bernarda, 6 de setembro de 1753, fl. 112v.

⁹² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto António Luís, 12 de junho de 1758, fl. 178v.

⁹³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Geraldo, 3 de dezembro de 1744, fl. 17.

⁹⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Custódia, 2 de abril de 1763, fl. 256.

⁹⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Rosa, 16 de fevereiro de 1747, fl. 39v.

⁹⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Isabel, 13 de junho de 1759, fl. 194v.

⁹⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Ricardo José de Amorim, 12 de junho de 1744, fl. 9.

⁹⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Manuel José, 10 de agosto de 1763, fl. 263.

Também sucederam abandonos em conventos. No ano de 1753, a 8 de janeiro, José⁹⁹ foi deixado à porta do convento de São Frutuoso; a 3 de junho, uma menina chamada Clara¹⁰⁰ foi exposta no Recolhimento das Convertidas do Campo de Santa Ana, e no mesmo ano, a 23 de setembro, Jácome José¹⁰¹, foi deixado à porta do convento da Penha. A 4 de outubro de 1759, Francisca¹⁰², foi abandonada no seminário do Campo da Vinha. Os registos referem outros locais de abandono como a casa da Alfândega¹⁰³ de Braga; dentro de uma liteira¹⁰⁴ no Campo dos Touros; em cruzeiros, “no cruzeiro da freguesia de São Tiago da cidade”¹⁰⁵, e “no cruzeiro de São Jerónimo entre muros desta cidade”¹⁰⁶; e em uma “corte velha”¹⁰⁷.

Apesar da variedade de lugares de exposição, o certo é que se verificava a preocupação de abandonar as crianças em lugares de fácil acesso, quer na Roda, quer pela cidade. Excluindo os locais que não apresentam informação suficiente, todos os outros constituíam lugares onde circulavam pessoas, permitindo que a criança fosse facilmente encontrada. Se o objetivo fosse a morte da criança, estas teriam sido abandonadas em locais isolados. Como destaca Maria de Fátima Machado “(...) a sua sobrevivência [das crianças] podia depender da rapidez com que era encontrada e da proteção que o local lhe oferecia relativamente às condições atmosféricas e aos animais” (Machado, 2010, p. 126).

2.5. Outras informações

Nos registos de batismo é possível encontrar outros tópicos que permitem conhecer melhor as crianças. Um deles é o grau de parentesco. Embora os pais não estejam presentes nos registos, existem algumas referências a eles. Uma rapariga chamada Quitéria¹⁰⁸, exposta no dia 3 de setembro de 1745, tinha escrito na margem do registo que “lhe apareceram seus pais que se acham casados”. No registo de Lourenço¹⁰⁹, exposto a 11 de agosto de 1746, foi acrescentado “declaro que os pais do batizado se chamam Pedro Coutinho e sua mulher Maria Josefa que confessarão sê-lo e obrigarão no termo criá-lo como seu filho”; e a menina Francisca¹¹⁰, abandonada a 24 de agosto de 1761, foi identificada como “filha legítima de João Francisco alfaiate”. Um menino chamado Aniceto Joaquim¹¹¹ foi abandonado, a 7

⁹⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto José, 8 de janeiro de 1753, fl. 103v.

¹⁰⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Clara, 3 de junho de 1753, fl. 109v.

¹⁰¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Jácome José, 23 de setembro de 1753, fl. 113v.

¹⁰² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Francisca, 4 de outubro de 1759, fls. 197-197v.

¹⁰³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Manuel, 20 de janeiro de 1746, fl. 29.

¹⁰⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Diogo Caetano, 30 de julho de 1749, fls. 64v-65.

¹⁰⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Alexandra, 21 de abril de 1748, fl. 52.

¹⁰⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Ana Maria, 25 de junho de 1749, fl. 64v.

¹⁰⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria, 16 de fevereiro de 1744, fl. 4v.

¹⁰⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Quitéria, 3 de setembro de 1745, fl. 26.

¹⁰⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Lourenço, 11 de agosto de 1746, fl. 34.

¹¹⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Francisca, 24 de outubro de 1762, fl. 248.

¹¹¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Aniceto Joaquim, 7 de abril de 1756, fl. 146.

de abril de 1756, e, apesar de não se conhecerem os pais e não lhes fazer referência, declara-se que “dizem o deixara aí uma pobre que andava a pedir nesta cidade”.

É possível encontrar registos de crianças abandonadas juntas, sendo referido que eram irmãos ou até gémeos. O único caso em que dois expostos foram abandonados juntos, e o registo não menciona parentesco, foi o de Matias e Mateus¹¹². Nos registos de batismo é possível encontrar três pares de expostos identificados como irmãos: Maria e Teresa¹¹³, duas irmãs abandonadas na roda no dia 12 de novembro de 1746, Manuel José e António¹¹⁴, abandonados na Porta de São Francisco da freguesia da Sé de Braga a 16 de janeiro de 1755, e, por fim, António e Salvador¹¹⁵, irmãos deixados no dia 3 de dezembro de 1761 dentro de uma loja. Em relação a todos eles, não é mencionada a sua idade ou se eram gémeos. Foi possível encontrar oito pares de gémeos (“do mesmo ventre”). Excetuando o abandono de Ana Maria e Luísa¹¹⁶, a 20 de fevereiro de 1755, à porta de um particular, os restantes sete pares¹¹⁷ foram expostos na Roda. O nascimento de gémeos trazia mais encargos para as famílias e, por isso, questiona-se se poderá ter influenciado a decisão de abandono caso ainda não tivesse sido planeado. Uma família sem condições financeiras dificilmente conseguiria sustentar duas crianças.

Só em casos raros se referiu a cor de pele das crianças nos registos de batismo. Mesmo assim, existem registos que o fazem, como o de uma menina chamada Isabel dos Santos¹¹⁸, exposta a 14 de janeiro de 1755 e de Marcelina Rosa¹¹⁹, exposta a 29 de março de 1761, descritas como “mulatas”, e de uma outra, Maria¹²⁰, referida como “mulata ou parda”. Existiram ainda referências a deformidades, como, por exemplo, a de uma menina com o nome de Constância Maria¹²¹ que “vinha aleijada do pé direito”, um menino com o nome de Venâncio¹²² registado como sendo “aleijado de ambos os pés”, e uma menina com o nome de Inácia Teresa¹²³, com “seis dedos em cada mão”.

¹¹² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, expostos Matias e Mateus, 20 de setembro de 1757, fl. 166v.

¹¹³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, expostas Maria e Teresa, 12 de novembro de 1746, fl. 37.

¹¹⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, expostos Manuel José e António, 16 de janeiro de 1755, fl. 129.

¹¹⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, expostos António e Salvador, 3 de dezembro de 1761, fl. 230.

¹¹⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, expostas Ana Maria e Luísa, 20 de fevereiro de 1755, fls. 130v-131.

¹¹⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, expostas Maria e Teresa, 12 de novembro de 1746, fl. 37; expostos Luís António e João José, 20 de setembro de 1747, fl. 46; expostos João José e Camila Josefa, 25 de junho de 1758, fls. 179-179v; expostos Félix e Ana, 8 de fevereiro de 1759, fl. 188v; expostos Manuel José e Camila Rosa, 22 de fevereiro de 1759, fls. 189-189v; expostos António e Antónia, 7 de julho de 1759, fl. 195v; João e Paula, 2 de agosto de 1762, fl. 243.

¹¹⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Isabel dos Santos, 14 de janeiro de 1755, fl. 129.

¹¹⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Marcelina Rosa, 29 de março de 1761, fl. 220v.

¹²⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria, 19 de dezembro de 1763, fl. 269v.

¹²¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Constância Maria, 7 de fevereiro de 1756, fl. 143v.

¹²² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Venâncio, 7 de outubro de 1763, fl. 265.

¹²³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Inácia Teresa, 16 de agosto de 1747, fl. 45.

CAPÍTULO III - A cultura material dos expostos batizados na Sé de Braga (1744-1763)

1. O enxoval

No ano de 1744, no decreto que dita a criação de um livro de batismo de expostos na paróquia da Sé, é estabelecido que nos assentos devia constar, além das informações sobre a exposição, os “sinais que trouxeram quando qualquer se houver de batizar”¹²⁴. Este decreto, levou a que o enxoval trazido pelos expostos fosse registado no ato do batismo, o que permite o estudo da cultura material dos expostos de Braga entre os anos de 1744 e 1763. Ainda que de forma indireta, esta fonte permite estudar os objetos, têxteis, vestuário e sinais presentes nos enxovais das crianças abandonadas.

Além das mensagens transmitidas através dos materiais e cores que estavam presentes nos enxovais, os formatos e a forma como eram colocados os tecidos e roupas podiam transmitir informação e significados, daí a preocupação em registar o tipo de peça, material utilizado, a cor e outros detalhes, embora as descrições sejam, quase sempre, simples e objetivas, sem detalhes, e com muitas omissões. A palavra “enxoval” utilizada para designar o conjunto de objetos que as crianças traziam é utilizada na falta de melhor termo, uma vez que os bens dos expostos eram tão escassos que não chegavam a constituir propriamente um enxoval.

O enxoval dos expostos podia conter peças de vestuário, tecidos, objetos variados e bilhetes. Os enxovais continham peças simples que se repetiram ao longo dos 20 anos estudados, existindo, por isso, alguma uniformidade no vestuário e objetos dos expostos. As raparigas e os rapazes traziam o mesmo vestuário, objetos e cores, não existindo diferenciação entre as roupas de ambos. Tratando-se de crianças muito novas, estão ausentes peças como calças e calçado.

No registo do enxoval era indicada, com frequência, a quantidade de cada peça ou tecido e o seu estado de conservação. A referência ao grau de desgaste das indumentárias era constante; os adjetivos utilizados para indicar que o vestuário e os tecidos já não estavam novos foram, por exemplo, “velho”, “usado”, “remendado”, “emendado”, “reaproveitado”, “cosido”, “rasgado”, “em meio uso” e “roto”; no entanto, também existia vestuário “novo” e “por fazer”, ainda que surgisse de forma menos significativa. A maioria dos adjetivos remete para peças de roupa e tecidos, na sua maioria, velhas e já usadas, e, muitas vezes, remendadas.

Através do estado de conservação das roupas, é possível perceber o estatuto social e a capacidade económica de quem abandonava a criança. No caso dos expostos desta amostra, conclui-se, sem margem para dúvida, que pertenciam aos estratos mais baixos da sociedade, sendo

¹²⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, s. fl.

provavelmente filhos ilegítimos e/ou filhos de pais pobres. No entanto, apesar da sua pobreza, é possível encontrar peças novas, podendo estas coexistir com outras mais velhas.

Ao longo dos anos estudados torna-se evidente o recurso à reutilização de peças de vestuário. Esta era comum em todos os estratos sociais, mas principalmente nos mais pobres, que utilizavam as peças até não poderem mais, readaptando-as, passando de uns para os outros, e vendendo-as (Sarti, 2001, p. 320). Muitas roupas mencionadas não eram feitas com o propósito com que eram utilizadas, sendo usadas em partes do corpo para as quais não estavam destinadas. A improvisação ocupa um papel importante nestes enxovais; ao analisar os registos deparamo-nos constantemente com situações como as seguintes: camisas* na cabeça, aventais* a embrulhar e até crianças dentro de chapéus. É compreensível que tal aconteça considerando a pobreza dos enxovais. Os abandonadores utilizavam como podiam o pouco que tinham.

Como os têxteis tinham valor monetário, as peças acabavam por transitar de umas pessoas para outras. Heranças, dotes, doações, esmolos, salários, vendas e perdas em jogos, eram algumas das formas pelas quais a roupa podia mudar de mãos. A indumentária podia conter também uma componente afetiva, contribuindo para a circulação de roupa dentro das famílias (Roche, 2000, p. 266; Ferreira, 2011, pp. 22, 28). Deste modo, é compreensível a presença de roupa usada nos enxovais, pois as peças de vestuário e os têxteis eram um bem dispendioso, que devia ser usado até ao limite.

Dos 2033 expostos registados no livro de batismos, 1992 traziam alguma coisa no enxoval, ainda que sumário. Entre as 41 crianças abandonadas sem bens materiais, cinco foram registadas como estando nuas, 11 identificadas como não trazendo nada, e as restantes 25 não possuem referência ao que traziam. Em 1746, um menino é descrito da seguinte forma: “vinha nu metido em um chapéu velho”¹²⁵; em 1747, outro menino surge nu, mas “embrulhado em um pedaço de baeta* vermelha”¹²⁶, e, no mesmo ano, uma menina foi abandonada nua com um cordão de São Francisco atado à cinta¹²⁷. Estes são apenas alguns exemplos de expostos que não traziam praticamente vestuário. Não é raro encontrar casos em que as crianças abandonadas vinham pouco vestidas, ou com apenas uma peça de roupa ou tecido. Agostinho¹²⁸ e João¹²⁹ traziam apenas uma camisa, outro João¹³⁰ trazia uma rodilha*, e Maria¹³¹

¹²⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Silvestre, 30 de dezembro de 1746, fl. 38.

¹²⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Crispiniano, 5 de fevereiro de 1747, fl. 39.

¹²⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Sebastiana, 24 de maio de 1747, fl. 42v.

¹²⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Agostinho, 15 de maio de 1751, fl. 84.

¹²⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto João, 21 de setembro de 1751, fl. 88.

¹³⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto João, 2 de junho de 1751, fl. 84v.

¹³¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria, 17 de agosto de 1754, fl. 123.

trazia só uns farrapos* velhos. Os registos de Luísa¹³², Maria Josefa¹³³ e de João¹³⁴, indicam que foram embrulhados em trapos*.

Embrulhar as crianças em cueiros ou panos, à volta dos quais se enrolavam fitas ou ataduras, constituía o procedimento normal em relação a todas as crianças de tenra idade. O enfaixamento constituiu prática corrente por toda a época medieval e moderna, até que o Iluminismo a tornou controversa, acusando-a de atrofiar o desenvolvimento das crianças. Os historiadores consideraram inicialmente um sinal de desafeto, e de indiferença perante as crianças, embora se comece hoje a acreditar que garantia o seu conforto e segurança, uma vez que, ao imobilizar as crianças, podia impedir, por exemplo, que se magoassem. Os médicos e as autoridades que lidaram com os expostos durante a segunda metade do século XVIII procuraram combatê-lo, mas o costume continuou vigente nas casas da roda (Lopes, 2002, p. 8, 11; Oliveira, 2007, p. 101, Sá, 2011, p. 80). Deste modo, a prática de embrulhar e enfaixar as crianças está implícita nos registos dos expostos de Braga. Mesmo que o enfaixamento não fosse mencionado diretamente, sabe-se que se trata de uma prática enraizada na sociedade da época, que por ser tão comum, não se considerava necessário referir.

Em 1744, alguns expostos são referidos como vindo embrulhados: a 29 de janeiro, João¹³⁵ foi exposto embrulhado em um saco de serapilheira* velha; a 27 de março, Maria¹³⁶ embrulhada em um “cueiro preto velho e atada com um ourelo* de pano*”; a 14 de abril, Manuel¹³⁷ num colete*; e, a 27 de setembro, João¹³⁸ em uns trapalhões* pretos, e em outros brancos de estopa*. Qualquer peça ou tecido podia servir para embrulhar as crianças, como camisas, trapos, baetas, cueiros, branquetas*, rodilhas, aventais, toalhas*, baetões*, cobertores*, pedaços de saia* e mantas*. Para atar os embrulhos usavam-se tecidos finos e longos como atilhos*, fitas* e ourelos.

O tamanho e a qualidade dos enxovais era insuficiente para suprir as necessidades das crianças. Contudo, é possível detetar alguns expostos que trouxeram mais do que uma peça de vestuário do mesmo tipo, como por exemplo, Luísa¹³⁹, que trouxe oito camisas, e António¹⁴⁰ seis. Ainda assim, grande parte dos que trouxeram peças extras não ultrapassou duas ou três do mesmo tipo. Maria José Réis (2016) toca num ponto pertinente. À partida, um recém-nascido deveria possuir mais do que uma peça de modo a permitir lavar e secar a roupa, principalmente no inverno (Réis, 2016, pp. 143-144). A

¹³² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Luísa, 6 de janeiro de 1761, fl. 216.

¹³³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria Josefa, 29 de março de 1761, fl. 220v.

¹³⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto João, 23 de novembro de 1754, fl. 126v.

¹³⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto João, 29 de janeiro de 1744, fl. 3v.

¹³⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria, 27 de março de 1744, fl. 7.

¹³⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Manuel, 14 de abril de 1744, fl. 7v.

¹³⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto João, 27 de setembro de 1744, fl. 14v.

¹³⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Luísa, 20 de março de 1753, fl. 106v.

¹⁴⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto António, 3 de novembro de 1761, fls. 228v-229.

presença de peças extras pode sugerir que a criança provinha de uma família com uma situação financeira mais desafogada do que as outras, ainda que igualmente pobre. Qual seria, então, a razão para o abandono destes meninos que, apesar de tudo, possuíam uma situação financeira melhor do que os outros que não traziam praticamente nada?

Depois de passarem pelo processo de abandono, que já de si era debilitante, muitas crianças com pouco tempo de vida tinham ainda de lidar com os poucos agasalhos que possuíam. Lembra-se que a maior parte das crianças era abandonada nos meses de inverno. Sendo também grave quando o abandono ocorria durante a noite, quando as temperaturas desciam. Ainda, o abandono ocorria muitas vezes em espaços abertos, sem tetos ou paredes para proteger a criança de animais e de condições meteorológicas adversas.

Importa ainda destacar alguns casos inéditos em que é mencionado o umbigo, o cordão umbilical, e a higiene do exposto. Antónia¹⁴¹ e Frutuoso¹⁴² foram abandonados na Roda ainda por lavar, e Francisco¹⁴³ foi deixado à porta de um alfaiate com a “vide*” (cordão umbilical) por atar. Já a exposta Maria¹⁴⁴, abandonada em 25 de outubro de 1745, pelo contrário, foi registada como vindo com “vide atada”.

1.1. O vestuário

O uso de vestuário constitui uma necessidade básica do ser humano, protegendo das condições climáticas, dos olhares alheios, dos animais e da vegetação, além de pestes e doenças, devendo-se adaptar às circunstâncias e influência do meio. No entanto, o vestuário assume outras funções e significados, entre as quais as de ornamentar e veicular mensagens. Os alemães descreviam a roupa com *schutz*, *scham* e *schmuck*, ou seja, ela transmite proteção, modéstia e ornamento. Contudo, estas descrições alternam consoante o contexto em que estão inseridas (Ross, 2008, p. 6). Maria José Palla (1992, p. 29) afirma também que “O traje nunca é neutro; inscreve-se num sistema social que lhe determina a forma e o uso. [...] O traje afirma e engana, esconde e revela, protege e descobre”. Dependendo do contexto, a indumentária pode informar sobre a idade, o género de quem a usa, o estado matrimonial, bem como o grupo social, riqueza e nível do seu portador (Poirier, 1999, pp. 56-60; Roche, 2000, p. 258; Sarti, 2001, p. 335).

¹⁴¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Antónia, 23 de setembro de 1746, fl. 35.

¹⁴² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Frutuoso, 16 de abril de 1745, fl. 23.

¹⁴³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Francisco, 30 de janeiro de 1748, fl. 49v.

¹⁴⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria, 25 de outubro de 1745, fls. 27v-28.

Na Idade Moderna, os pobres eram identificados rapidamente através da roupa, por andarem mal vestidos, com roupas esfarrapadas, revelando o lugar que ocupavam na hierarquia social. No caso dos expostos, a função do vestuário visava proteger e agasalhar. A função estética estava associada ao prestígio social e à riqueza, uma vez que, para os ricos, a roupa era um bem de luxo, que se revelava pela variedade e quantidade.

O vestuário podia adquirir a função de signo, comunicando significados que precisavam ser decodificados. Os simbolismos podiam estar nos adornos ou na ornamentação, na posição em que determinada peça era colocada, nas cores, nos tecidos utilizados e nos feitos das peças (Poirier, 1999, pp. 74-77; Sarti, 2001, p. 344). Robert Ross (2008, p. 12) afirma “Since clothing is inescapably a demonstration of identity, wearing clothes- or for that matter not doing so- is inevitably a political act, in the widest possible sense of that word”. Não surpreende, por isso, que, pelo facto de a roupa transmitir informações sobre os indivíduos, tenha sido alvo de regulamentação por parte das autoridades. As regulamentações advinham da necessidade de estabelecer a roupa considerada moral, que permitisse distinguir as alianças políticas, e que mostrasse o lugar do portador na sociedade Ross (2008, pp. 12-13).

De seguida, serão tratados três pontos relativos à indumentária presente nos enxovais: o tipo de têxteis utilizado no vestuário, as cores, e, por último, a tipologia das peças.

1.1.1. Tipologias têxteis

Os enxovais dos expostos analisados continham uma grande variedade de têxteis, que podiam estar presentes de três formas: fazendo parte da confeção do vestuário, surgindo em quantidade, e assumindo a função de cobrir as crianças. Os têxteis permitem compreender a situação financeira do portador, uma vez que a sua qualidade e quantidade está associada à sua capacidade financeira. As famílias abastadas conseguiam aceder com facilidade a tecidos novos, mais caros e com mais qualidade, proporcionadores de mais conforto. Já as famílias pobres, apenas tinham acesso a tecidos baratos e velhos, mais fracos e, por isso, mais desconfortáveis, que geralmente reutilizavam até ao limite.

O conforto proporcionado pelos panos está relacionado com a aspereza e grossura dos fios. Os panos finos são mais confortáveis, enquanto os grossos, por serem mais espessos, são mais desconfortáveis, mas também, mais impermeáveis e estáveis a nível térmico (Ferreira, 2019b, pp. 81, 142). Os tecidos mais finos eram preferidos por serem mais suaves, no entanto menos acessíveis à maioria. No caso da lã, por exemplo, dependendo da raça da ovelha, a qualidade da matéria muda; as

ovelhas churras produzem lã grossa e as ovelhas merinas produzem uma lã fina, suave e resistente (Andrés-Gallego, 1993, pp. 48-51).

As unidades de medida utilizadas nos registos para medir os panos e indicar quantidades foram a vara, equivalente a 1,10 metros (Figueiredo, 1996, vol. 2, p. 2572; Moraes & Bluteau, 1789, vol. 2, p. 509) e o côvado, que equivale a 66 centímetros (Figueiredo, 1996, vol. 1, p. 725; Moraes & Bluteau, 1789, vol. 1, p. 343). É também possível encontrar peças medidas em dedos e em palmos; um palmo teria 22 centímetros, sendo que uma vara equivalia a cinco palmos e um côvado a três palmos (Barroca, 1992, pp. 54-55). O valor das peças e dos tecidos era apresentado em réis, como, por exemplo, “fitas vermelhas de cinco réis”¹⁴⁵, “uma vara de nastro* de cinco réis a vara”¹⁴⁶ e “uma vara de fita de seda azul branca de vinte e cinco réis”¹⁴⁷. Todavia, a indicação do preço das peças ou tecidos não era comum.

As principais tipologias têxteis que se destacam nos enxovais são as baetas, as branquetas, os baetões, os panos e os paninhos*. Os três primeiros referem-se a têxteis de fibra de lã, bastante utilizados, por exemplo, na confecção de cueiros. A baeta surge em 631 registos, o baetão em 211 e a branqueta em 300. Depois destes, os panos e paninhos foram os mais significativos em termos numéricos (601 registos). Relativamente aos panos, segundo Bluteau (1712-1728, vol. 6, pp. 224-225), podiam existir várias tipologias, consoante a largura e a terra de origem. Houveram tecidos de várias fibras destacando-se a lã, o linho*, e a seda.

A descrição dos panos e paninhos não é muito detalhada, indicando-se, geralmente, apenas a cor e a quantidade trazida. O material do pano raramente é mencionado, salvo raras exceções, como as menções a panos de estopa, chita* e linho. Surgem também referências a panos feitos de lençol, toalha, touca*, entre outros. Esses panos podiam surgir de várias formas, desde panos a cobrir o corpo e a cabeça, a vestuário feito de pano (camisas, cueiros, ourelos).

Considerando as principais tipologias de têxteis, baeta, branqueta, baetão, observa-se uma forte presença de fibras de lã, maioritariamente grossa. Esta fibra era usada em outras tipologias como, por exemplo, serafina*, saragoça*, estamenha*, serguilha* e burel*. A lã surge como a fibra mais utilizada na confecção de têxteis e indumentária dos expostos de Braga no período em análise. Algumas das características da lã são a “elasticidade, proteção contra o frio e o calor, resistência e facilidade de absorção dos tintes” (Cabanas, 2001, p. 87). A nível de espessura, destacaram-se os têxteis grossos como o burel, a estopa, a baeta e a saragoça. Além da lã, é possível encontrar várias referências a tecidos de linho como a estopa, holandilha* e cambraia*.

¹⁴⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Domingos, 17 de julho de 1744, fl. 10v.

¹⁴⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Mariana, 10 de fevereiro de 1745, fl. 20.

¹⁴⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto João António, 30 de maio de 1745, fl. 24.

A seda, mesmo sendo um material mais caro, associada a estratos sociais mais elevados, por ser fina e bastante confortável, surge várias vezes nos registos dos expostos. No entanto, surge associada maioritariamente a fitas, mas também a bolsas e manguitos*, a forrar baetas e em alguns casos em galões. É raro encontrar seda em peças maiores. Contudo, encontrou-se cueiros e coletes deste material, que não seria adequado à função das peças, uma vez que não é impermeável ou quente. Alguns tecidos presentes nos enxovais que originam da seda são crepe*, tafetá*, primavera*, cetim, damasco e veludo*, muito usados em tiras e bolsas. Além disso, o veludo foi usado para forrar outros tecidos, e em cueiros e tiras; já o crepe foi utilizado em cueiros, capotilhos* e faixas*; o tafetá foi usado para forrar e debruar*. Os tecidos considerados como sendo de luxo eram, então, usados maioritariamente em peças mais pequenas. Em expostos tão pobres não surpreende a ausência de peças de materiais mais caros. As opções pelos tecidos e adornos era fechada, não havendo muita escolha. Contudo, alguns tecidos como, por exemplo, a renda, que possui várias larguras e desenhos, e a sarja, que é um tecido entrançado, foram utilizados para guarnecer peças de vestuário, servindo como adorno.

Alguns tecidos que surgiram de outras fibras foram o camelão*, inicialmente de pelo de camelo, mas substituído por pelo de cabra ou outros materiais, e o algodão, mencionado uma vez nos registos, nomeadamente no de uma menina abandonada “embrulhada em um chambre* de mulher velho e preto cheio de algodão”¹⁴⁸. Como se pode observar em diversas definições de tecidos feitas por Bluteau (1712-1728), alguns têxteis podiam ser produzidos a partir de mais do que uma fibra, como, por exemplo, a droga* e a alcatifa*, feitas de seda ou de lã, e a sarja*, que podia ser de lã, seda ou algodão. Deste modo, não é possível determinar com exatidão certas fibras utilizadas.

1.1.2. As cores

Nos enxovais dos expostos batizados na Sé de Braga existia uma vasta gama de cores. Estas não diferiam entre rapazes e raparigas e não estavam presentes em todos os registos. Nesta investigação, as cores dos enxovais foram contabilizadas pelo número de vezes que apareceram nos diferentes registos de expostos. Do mesmo modo que um registo poderia não referir cores, podia conter mais do que um objeto, têxtil ou vestuário da mesma cor. Além das cores, há referências ocasionais a padrões, estampados e motivos florais, como riscas e chita; e tecidos salpicados e pintados de determinada cor.

Como se pode observar na Tabela 2, as principais cores presentes nos enxovais foram a branca, citada em 800 registos, a azul (657), a descrição “de cores” ou “de cor” (647), vermelho (520) e o preto

¹⁴⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Inês, 3 de Junho de 1745, fl. 24v.

(496). Em menor quantidade, encontramos o verde (221), a menção “escura” ou “escuro” (156), a cor parda (145), o amarelo (84) e o roxo (54). Os registos evidenciam a presença de cores escuras e claras. O amarelo, azul, branco, preto, roxo, vermelho e verde foram também as principais cores encontradas por Maria José Réis (2016, p. 148) no enxoval dos expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entre 1790 e 1870. Já em Braga, a cor rosa não foi muito comum.

Tabela 2 – Cores e tonalidades presentes nos enxovais dos expostos batizados na paróquia da Sé de Braga (1744-1763)

Cores e tonalidades	N.º
Branco	800
Azul	657
“De cores”, “às cores”	647
Vermelho	520
Preto	496
Verde	221
“Escuro”	156
“Outras”	154
Pardo*	145
Amarelo	84
Roxo	54
Total	3934

Fonte: Arquivo Distrital de Braga, Fundo Paroquial da Sé de Braga, *Registo de Batismos 1744-1771*.

A categoria “outras”, presente na Tabela 2, engloba 154 cores ou formas de as descrever que surgiram nos registos de batismos, como cinza e cinzento, e algumas maneiras diferentes de referir cores comuns, como, por exemplo, rosado, rosa seco, amarelado, avermelhado e encarnado. Nos registos era comum indicar a cor através de outras designações como: “cor de enxofre”, “cor de esponja”, “cor de limão”, “cor de mel”, “cor de ouro”, “cor de telha”, “verde-mar”, “verde-gaio”, “cor de chumbo”, “cor de flor de pessegueiro”, “cor de lima”, “cor de fogo”, “cor de loureiro”, “cor de mar”, “cor de pinhão” e “cor de vinho”.

1.1.3. Peças de vestuário

A descrição do vestuário no registo dos expostos era bastante simples. Por norma, referiam-se as peças de roupa e a sua quantidade, sem muitos detalhes e sem registar os tecidos de que eram feitas. No entanto, alguns registos mencionam o estado de conservação, o material e a cor. A tipologia do

vestuário não variou muito, e as diferentes peças de roupa eram usadas por rapazes e raparigas indistintamente. A tipologia também não variou ao longo dos 20 anos observados. Um aspeto a ter em conta é que as peças de vestuário podiam adquirir funções diferentes do propósito para que foram feitas, sendo sobretudo usadas para embrulhar as crianças.

Nos registos não há identificação do género atribuído à indumentária. Os únicos casos em que tal aconteceu referem-se a camisas, coletes, chambres, capotes* e capotilhos. Por exemplo, é possível encontrar referências a vestuário de homem em enxovais, como, por exemplo, “um colete azul de homem” no enxoval de Manuel¹⁴⁹, e “um colete de linho velho de homem”, no de José¹⁵⁰. Já ao vestuário feminino, encontram-se referências nos registos de Maria¹⁵¹, que trazia um “capotilho vermelho de mulher”, de Silvestre José¹⁵², que vinha embrulhado num capote de mulher, de Sebastiana que trazia um chambre de mulher e de Teresa¹⁵³, que trazia “uma camisa de mulher velha”.

No enxoval dos expostos destacam-se duas peças de indumentária: as camisas (1455 registos (72%)) e os cueiros, mencionados em 1247 (61%). A frequência destas duas peças foi significativa quando comparada com as demais. Em termos numéricos, a única peça que se encontra comparação é a liga, que aparece registada em 952 enxovais (47%). No entanto, importa referir que as ligas não são roupas, tão-só um complemento. De resto, todas as peças de vestuário aparecem em números relativamente baixos, o que comprova, uma vez mais, a extrema pobreza dos expostos.

As camisas não foram descritas com detalhe, sendo referido apenas o estado de conservação. Uma camisa é, segundo Moraes e Bluteau (1789, vol. 1, p. 222), uma roupa de homem e mulher que se veste logo a seguir ao corpo por baixo de outras vestimentas. Em algumas situações refere-se que as camisas estavam “por fazer”, como, por exemplo, no registo de um menino chamado Bento, que trouxe “três camisas por fazer de pano de linho velho”¹⁵⁴; de uma menina, Maria Teresa de Jesus¹⁵⁵, que trouxe “quatro camisas velhas, duas por fazer e duas feitas”, e de um menino chamado Manuel¹⁵⁶, que trouxe três camisas, uma delas por acabar. Narciso José¹⁵⁷ e António¹⁵⁸ traziam camisas de homem. A ausência de camisa podia ser registada, como no caso de Luís Guilherme¹⁵⁹ e Jerónimo¹⁶⁰.

¹⁴⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Manuel, 14 de abril de 1744, fl. 7v.

¹⁵⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto José, 27 de maio de 1757, fl. 163.

¹⁵¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria, 25 de novembro de 1744, fl. 16v.

¹⁵² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Silvestre José, 9 de fevereiro de 1745, fl. 20.

¹⁵³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Teresa, 22 de julho de 1753, fl. 111.

¹⁵⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Bento, 7 de abril de 1750, fl. 72.

¹⁵⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria Teresa de Jesus, 14 de março de 1751, fl. 81v.

¹⁵⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Manuel, 7 de janeiro de 1746, fl. 28v.

¹⁵⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Narciso José, 14 de outubro de 1747, fl. 46.

¹⁵⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto António, 26 de novembro de 1757, fl. 170.

¹⁵⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Luís Guilherme, 28 de agosto de 1746, fl. 34v.

¹⁶⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Jerónimo, 5 de setembro de 1746, fl. 34v.

É possível observar que algumas camisas traziam fitas, como a de Custódio¹⁶¹, que tinha “fitas de seda pretas no pescoço”, e a de Maria Geraldês¹⁶² que tinha “fitas nas mãos e no pescoço velhas”. Outras camisas eram rendadas como a de António José¹⁶³, que tinha “sua renda ao pescoço”, e até nastros, como as do menino António¹⁶⁴, que trazia duas camisas com nastros vermelhos. Por vezes são mencionados os punhos: um enxoval tinha “duas camisas uma com renda que trazia fita de cores nos colarinhos das mãos”¹⁶⁵, outro tinha “punhos bordados velhos”¹⁶⁶ e ainda outro “punhos com faixa preta”¹⁶⁷.

Os cueiros são panos de envolver as crianças de colo, principalmente as nádegas, sendo uma espécie de fralda na época (Moraes & Bluteau, 1789, vol. 1, p. 353; Figueiredo, 1996, vol. 1, p. 747). Qualquer tecido podia ser usado na sua confeção, por isso, encontram-se em praticamente todas as tipologias de tecidos mencionados. Muitos eram feitos de peças de roupa, como de “metade de um capote”¹⁶⁸, de “um cobertor”¹⁶⁹, de “uma saia roxa velha”¹⁷⁰, “de alcatifa”¹⁷¹, de “cobertor ou manta velho”¹⁷², ou de um “capotilho velho”¹⁷³. Isabel Drumond Braga (2011, p. 236) também detetou o predomínio de camisas e cueiros nos expostos da Casa da Roda da Misericórdia de Lisboa (1780-1807). Também Maria Antónia Lopes (2000, p. 300) notou a forte presença destas peças nos expostos de Coimbra.

Outras peças de vestuário presentes nos enxovais, mas sem grande impacto, foram, por exemplo, os manguitos, ou seja, mangas de pele ou até meia manga para aquecer as mãos, vestidas por cima da camisas, ou para não sujar os punhos da camisa (Moraes, 1813, vol. 2, p. 260). Nos expostos, os manguitos serviriam para aquecer as crianças do frio; há referência a manguitos forrados e de várias fibras, lã, seda e linho. De acordo com Maria Antónia Lopes (2000, p. 300), os “[...] manguitos permitiam mudar o bebé sem ter que o despir totalmente, retirando apenas as peças que mais se sujavam [...]”. Nos nossos registos, os manguitos apareceram sobretudo em crianças abandonadas nos meses de inverno e de primavera, quando as temperaturas eram mais baixas. Ainda assim, é possível encontrar de forma esporádica referências a manguitos em crianças abandonadas nos meses de verão.

¹⁶¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Custódio, 30 de setembro de 1745, fl. 27.

¹⁶² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria Geraldês, 27 de março de 1748, fl. 51v.

¹⁶³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto António José, 19 de junho de 1745, fl. 24v.

¹⁶⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Antónia Maria, 6 de novembro de 1757, fl. 169.

¹⁶⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Rosa Maria, 19 de março de 1748, fl. 51.

¹⁶⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Antónia Maria, 6 de novembro de 1757, fl. 169.

¹⁶⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto João, 9 de maio de 1757, fl. 162v.

¹⁶⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Pedro, 18 de outubro de 1744, fl. 15.

¹⁶⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Paulo Bernardo, 20 de novembro de 1745, fl. 28.

¹⁷⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto João, 23 de abril de 1762, fl. 238v.

¹⁷¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Constância, 11 de novembro de 1758, fl. 184v.

¹⁷² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Joana, 25 de fevereiro de 1755, fl. 131.

¹⁷³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Félix, 2 de outubro de 1755, fls.138v-139.

Uma vez que estamos perante enxovais pobres e velhos, a presença de trapos e fragmentos de roupas é constante. Trapalhões, panetes* e farrapos eram usados para cobrir os expostos, assim como toalhas, cobertores, mantas e lençóis. Os trapos correspondiam à última etapa de degradação dos tecidos a partir da qual não era possível reutilizá-los.

A presença de peças de tecidos estreitos e compridos para atar e ligar a indumentária foi constante em todos os registos. Estas peças podiam servir para ligar os panos, tecidos e peças de roupa à volta dos expostos ou do vestuário, sendo descritas como “atado com”. Como se referiu, a forte presença destas peças deve-se ao facto de serem fundamentais para enfaixamento dos expostos, isto é, para atar os cueiros ao redor dos expostos. Algumas das peças usadas com essa finalidade foram ligas, tiras*, fitas, faixas, ataduras*, franjas*, cingidouros*, ourelas, nistros e atilhos, podendo ter diversas cores e ser de inúmeros materiais. Das peças mais frequentes nos enxovais, seja para atar, ou para outra função, foram as ligas, que surgiram, como já foi referido, em 47% dos registos de expostos, sendo que os ourelas apareceram em 492 crianças (24%), os cingidouros em 303 (15%), e as fitas e fitinhas em 204 (10%). Estes números poderão ter sido superiores, já que muitas ataduras podem não ter sido registadas ou passado despercebidas.

Estas peças eram, por vezes, acompanhadas da descrição do feitio, sobretudo no que toca à sua largura, como, por exemplo, um “orelo de pano de cores largo”¹⁷⁴, uma “vara de liga* larga”¹⁷⁵, uma “fita larga de seda branca velha”¹⁷⁶, uma “faixa de chita larga”¹⁷⁷. Também se eram estreitos, como um “orelo estreito”¹⁷⁸, “duas camisas com suas fitas estreitas”¹⁷⁹, e uma “liga vermelha estreita”¹⁸⁰. Referia-se também a sua espessura, como “um ourela de pano fino”¹⁸¹, “uma faixa grossa vermelha”¹⁸². Além da função prática, podiam adquirir uma função estética, e a de diferenciar os expostos. Maria José Réis (2016, pp. 147-148) refere o uso deste tipo de material para proteger o umbigo, embora não se encontrem no caso de Braga.

Os expostos, por vezes, traziam peças de vestuário para cobrir a cabeça. São descritas em duas variedades: peças fabricadas para exercer essa função como as toucas, os toucados*, as coifas*, as escofias*, os lenços e os lencinhos. E peças e tecidos colocados na cabeça de forma improvisada, como camisas, panos e panetes. As peças de cabeça eram importantes porque protegiam e aqueciam o crânio

¹⁷⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Francisca, 17 de setembro de 1744, fl. 14.

¹⁷⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Luísa, 21 de julho de 1747, fl. 44.

¹⁷⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Teresa Maria, 26 de agosto de 1753, fl. 112.

¹⁷⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Guiomar Gertrudes de Santo António, 3 de março de 1761, fl. 219.

¹⁷⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Jerónimo, 27 de maio de 1745, fl. 24.

¹⁷⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Jerónimo, 14 de abril de 1745, fls. 22v-23.

¹⁸⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Luís Manuel, 14 de março de 1747, fl. 40.

¹⁸¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Anacleto, 18 de maio de 1746, fl. 32v.

¹⁸² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Luísa, 20 de dezembro de 1746, fl. 37v.

frágil das crianças. Porém, as referências a essas peças de cobrir a cabeça não chegam aos 10% do número total de expostos, o que dá conta, uma vez mais, da extrema pobreza dos seus abandonadores.

As peças interiores, encostadas à pele, acabavam por ser as mais numerosas. Também em menor número se encontram algumas peças consideradas exteriores, para serem usadas por cima de outras roupas, como os capotes, capotinhos, capotilhos, mantos, mantéus*, saias, mantéus, chambres, coletes e aventais. Apesar de habitualmente ser utilizadas por cima da roupa interior, na maioria das vezes serviam para cobrir as crianças, pelo que, uma vez mais, o seu uso não coincidia com a sua função inicial.

Algumas peças de roupa surgiram partidas em metades, “uma metade de um capote de baeta preta velho”¹⁸³, e partidos, “uma touca partida em duas”¹⁸⁴, “um capote verde de mulher partido em duas metades”¹⁸⁵ e “um capotilho preto partido em duas metades”¹⁸⁶. Alguns exemplos de peças que surgiram apenas uma única vez foram um “escapulário do Carmo”¹⁸⁷, um “véu preto pela cara”¹⁸⁸ e “dois babeiros* de linho”¹⁸⁹. Outras peças eram debruadas e guarnecidas com rendas, fitas e nastros. Os detalhes das peças são escassos e, como tal, não avançam com muitas informações sobre a parte estética da roupa. No entanto, as fitas são um acessório muito versátil, que serviam para atar a indumentária, mas também assumiam a função de adorno. Elas surgiram principalmente em camisas e eram de diversas cores e têxteis (seda, nastro, tafetá, etc.), contudo a menção a este último era rara.

Importa mencionar a presença das bolsas, referidas em 98 enxovais; elas podiam ser feitas de vários têxteis, entre eles, seda, primavera, veludo, damasco, pano, estopa e cetim. As bolsas eram geralmente usadas para conter objetos, como os sinais de expostos, que abordaremos em seguida.

2. Os sinais dos expostos

Os sinais dos expostos representavam um elo de ligação entre a criança e a família, servindo para ajudar a identificar o exposto ou para comprovar a sua pertença a uma família. Por vezes, os sinais constituem também uma manifestação de perda e de sofrimento (Sá, 2001, p. 9; Fonte, 2004, p. 289; Fonte, 2012, p. 247). Se o sinal não fosse utilizado para a recuperação da criança, adquiria o estatuto de recordação, sendo guardado para prolongar a memória da existência das crianças (Sá, 2001, p. 9).

¹⁸³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Paula, 26 de janeiro de 1745, fl. 19v.

¹⁸⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Gregória Maria, 12 de março de 1747, fl. 40.

¹⁸⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Jerónima, 22 de outubro de 1745, fl. 27v.

¹⁸⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Úrsula, 30 de maio de 1747, fl. 43.

¹⁸⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria Josefa, 19 de janeiro de 1754, fl. 117.

¹⁸⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria, 13 de setembro de 1744, fl. 13-13v.

¹⁸⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto António, 15 de fevereiro de 1748, fl. 50.

Deste modo, os sinais individualizavam e permitiam reconhecer o exposto, evitando que fosse trocado ou confundido, possibilitando que a família o recuperasse, e ainda impedindo, mais tarde, a ocorrência de incestos (Réis, 2016, p. 81). Será que as crianças sinalizadas eram apenas as de nascimento legítimo ou o sentimento de perda levava a sinalizar também os filhos ilegítimos?

Os autores dividem-se acerca da validade dos bilhetes. Se, por um lado, uns acreditam que os pais sofreram com a perda dos filhos, outros defendem que o objetivo era comover quem recebia a criança na instituição (Sá, 1987, p. 17). Uma vez mais, a alta taxa de mortalidade, mesmo nos casos em que pudesse existir interesse em recuperar o exposto, impossibilita conclusões seguras. Importa sublinhar um outro aspeto em relação aos sinais: o seu significado. Como notou Isabel dos Guimarães Sá (2001, p. 9) é difícil perceber o significado dos objetos, uma vez que “[...] o código que os permitia interpretar (se é que existiu) desapareceu”. Poderiam existir mensagens subliminares compreendidas apenas por quem abandonava ou as recebia, mas a chave que as descodificava desapareceu, e não é possível hoje descortinar o seu significado.

Os expostos batizados na paróquia da Sé de Braga traziam uma variedade de sinais que chegaram a nós de forma indireta, através da descrição simples e sem detalhes. Dividimos os sinais em três categorias. A primeira, inclui os têxteis que se destacam pela forma como foram colocados; a segunda, objetos variados; e a terceira categoria, os bilhetes, ou seja, os escritos que as crianças traziam com pedidos do expositor, ou com informações que estes julgavam pertinentes.

2.1. Sinais têxteis

Fitas, linhas e atilhos presos em certas partes do corpo serviam como sinais. As partes do corpo mais utilizados para colocar foram cinco. Em primeiro lugar, o pescoço, como a exposta Jerónima¹⁹⁰, que foi deixada na Roda com “uma fita estreita preta no pescoço, e nela o escrito” e o exposto Ângelo Estêvão¹⁹¹, que trouxe “uma fitinha verde”. Uma menina chamada Joana Rosa¹⁹², trazia “atilhão no pescoço”, e um menino chamado José¹⁹³ um “cordão preto de retrós ao pescoço”.

A segunda parte do corpo, os braços, podendo ser indicado o lado que ficava, como Maria Galdes¹⁹⁴, que trouxe “uma fita de seda vermelha atada no braço direito”, ou apenas referir que é um

¹⁹⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Jerónima, 20 de setembro de 1748, fl. 57.

¹⁹¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Ângelo Estêvão, 1 de maio de 1757, fl. 162.

¹⁹² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Joana Rosa, 27 de agosto de 1760, fl. 211.

¹⁹³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto José, 2 de junho de 1755, fl. 135.

¹⁹⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria Galdes, 27 de março de 1748, fl. 51v.

braço, sem especificação, como Anacleto¹⁹⁵, que aparece com “uma fita e seda azul estreita com uma conta cor de mel atada em um braço”. Este menino além da fita trazia uma conta, ou seja, possuía uma dupla sinalização. Além das fitas, uma exposta trazia “um atilho atado em um braço”¹⁹⁶ e outro “uma linha branca atada em um braço”¹⁹⁷. A terceira parte do corpo, as mãos e pulsos, a exposta Benta Maria¹⁹⁸, apareceu com “uma fita vermelha atada em uma mão”, e Maria¹⁹⁹, com “umas fitinhas pretas nas mãos”, já Francisco²⁰⁰, possuía uma “fita vermelha no pulso”.

A quarta parte, as pernas. A exposta Luísa²⁰¹ apareceu com “um bocado de liga vermelha atada em uma perna”, Francisco²⁰² surgiu com “um atilho atado a uma perna” e José António²⁰³ com “uma fita verde atada em uma perna”. A última parte do corpo, os pés, como Rosa Maria²⁰⁴ que trazia “um atilho atado no pé esquerdo”, e um outro menino chamado José Miguel²⁰⁵ tinha “no pé direito uma fita rosada” e que não foi encontrada, ou Gonçalo²⁰⁶, que trazia “uma linha branca atada em um pé”. Uma outra menina, chamada Maria Josefa, trouxe “uma fitinha azul atada a um dedo do pé”²⁰⁷.

O corpo das crianças expostas tornava-se, assim, num veículo de mensagens, e daí o cuidado em mencionar com cuidado as partes em que as fitas se colocavam. Esta forma de sinalização era a mais acessível, pois constituía um ato simples, rápido e sem custos, numa época em que a maioria dos indivíduos não sabia escrever. No caso de dois gémeos, António e Salvador²⁰⁸, o uso de uma fita vermelha serviu para sinalizar qual dos dois era o menino com o nome de Manuel. Outros traziam pequenos pedaços de tecido, como Teresa que apareceu com “pedaço pequeno de cetim rosado”²⁰⁹.

É possível encontrar alguns tecidos com bordados que se destacam, tais como cruces. Em 1746, Inácio trouxe “um cueiro verde com uma cruz”²¹⁰, em 1760, Carlos José “uma branqueta branca com duas cruces feitas de seda vermelha em cada ponta da branqueta”²¹¹. Em 1761, Maria Teresa de Jesus²¹² trazia “uma baeta verde nova, com uma cruz branca nela de sinal”. Também é possível detetar a presença de nós que sobressaem, como, por exemplo, a exposta Ana Joaquina²¹³ trouxe “duas varas de

¹⁹⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Anacleto, 1 de dezembro de 1748, fl. 59.

¹⁹⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Joana Francisca, 24 de maio de 1759, fl. 192v.

¹⁹⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Carlos, 4 de novembro de 1763, fl. 267.

¹⁹⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Benta Maria, 12 de março de 1756, fls. 145-145v.

¹⁹⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria, 2 de fevereiro de 1757, fl. 157v.

²⁰⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Francisco, 3 de março de 1758, fl. 173v.

²⁰¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Luísa, 14 de setembro de 1746, fl. 35.

²⁰² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Francisco, 11 de outubro de 1758, fl. 183v.

²⁰³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto José António, 5 de junho de 1761, fls. 222v-223.

²⁰⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Rosa Maria, 21 de abril de 1751, fl. 83.

²⁰⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto José Miguel, 26 de setembro de 1753, fl. 114.

²⁰⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Gonçalo, 12 de fevereiro de 1747, fls. 39-39v.

²⁰⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria Josefa, 14 de setembro de 1744, fl. 13v.

²⁰⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, expostos António e Salvador, 3 de dezembro de 1761, fl. 230.

²⁰⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Teresa, 15 de outubro de 1755, fl. 140v.

²¹⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Inácio, 6 de março de 1746, fl. 30.

²¹¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Carlos José, 5 de novembro de 1760, fl. 213.

²¹² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria Teresa de Jesus, 29 de agosto de 1761, fl. 226.

²¹³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Ana Joaquina, 19 de janeiro de 1750, fl. 70.

galão* de seda branca usada com três nós em uma ponta” e o exposto Anacleto²¹⁴ um “ourela de pano fino vermelho largo com fitas de nastros brancas com nós nas pontas”.

Alguns sinais têxteis, pelo contrário, em vez de serem colocados no corpo, vinham dentro dos escritos, como o de João Joaquim²¹⁵, que trazia um pedaço de pano vermelho cosido, e o de Quitéria²¹⁶, que trazia dentro dois bocados de fita. Apareciam também nos enxovais, bocados de indumentária e de tecidos, como “um bocado de um ourela velho”²¹⁷, e “um bocado de baeta vermelha de largura de dois dedos”²¹⁸.

2.2. Objetos

As crianças abandonadas vinham acompanhadas de diversos objetos que as distinguiam dos demais expostos, alguns com valor simbólico. As suas descrições eram pouco detalhadas e podiam aparecer dentro de bolsas, presos em ligas, ou até cosidos em algum tecido ou peça de vestuário. Podiam conter uma conotação religiosa ou pagã “(...) os símbolos religiosos protegem e dão sentido à vida espiritual, outros, os objetos pagãos, protegem dos males físicos e de uma existência precária e difícil” (Réis, 2016, p. 85). Importa referir que o mesmo exposto podia apresentar objetos religiosos e profanos. Com conotação religiosa temos referência a verónicas*, bentinhas*, rosários*, cruces, santos, santinhos e breves. O exposto Felicíssimo José²¹⁹, abandonado a 5 de fevereiro de 1762, por exemplo, trouxe consigo “umas contas* brancas, uma verónica, um crucifixo de latão, tudo atado a uma liga”. As verónicas, imagens do rosto ou corpo de um santo impresso em algum objeto, não eram raras (Moraes & Bluteau, 1789, vol. 2, p. 521). Em 1747, Jerónimo²²⁰ foi registado com “uma verónica de São Bento de latão”, e em 1755, José²²¹ trouxe “uma verónica de Santa Quitéria”. Havia quem trouxesse duas como Geraldo²²² em 1752, e podiam ser de vários materiais, entre eles, o estanho, como a de António José²²³, e a prata, como a trazida por José²²⁴. Podiam surgir de várias formas, em ligas²²⁵, atadas no braço²²⁶, ou até ao pescoço²²⁷.

²¹⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Anacleto, 18 de maio de 1746, fl. 32v.

²¹⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto José Joaquim, 21 de novembro de 1763, fl. 268.

²¹⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Quitéria, 28 de novembro de 1753, fl. 116.

²¹⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Manuel, 29 de fevereiro de 1744, fl. 5v.

²¹⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Frutuoso, 16 de abril de 1745, fl. 23.

²¹⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Felicíssimo José, 5 de fevereiro de 1762, fl. 233v.

²²⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Jerónimo, 20 de setembro de 1747, fl. 46.

²²¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto José, 23 de janeiro de 1755, fl. 129v.

²²² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Geraldo, 7 de setembro de 1752, fl. 100.

²²³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto António José, 29 de dezembro de 1760, fls. 215v-216.

²²⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto José, 1 de julho de 1763, fl. 261.

²²⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Leonarda Maria, 21 de maio de 1744, fls. 8-8v.

²²⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto João, 8 de agosto de 1758, fls. 181-181v.

²²⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto António, 16 de agosto de 1758, fl. 181v.

Surtem outras referências a santos. Em 1744, Joana²²⁸ trazia “um Santiago de azeviche”, e apenas dois anos depois, José²²⁹ trazia um “Santiago de prata”, entre outros, como, por exemplo, uma Senhora da Conceição de Prata²³⁰, “um Santo António e uma Pomba do Espírito Santo de chumbo”²³¹, e “um Santo António cosido na bolsa”²³². Para além dos santos, os expostos eram acompanhados por objetos próprios para rezar, como os rosários e as contas. Em 1747, Maria²³³ trouxe um “rosário branco ao pescoço”, e, em 1748, Hilário José²³⁴, trouxe consigo “um rosário de contas brancas com os extremos pretos”. Alguns anos depois, em 1762, Antónia²³⁵ trazia uma “continha pequena de rezar”. As contas podiam ser de várias cores e materiais, como a prata²³⁶ e serem trazidas ao pescoço²³⁷. Entre os objetos de cunho cristão constam “Bentinhos de Nossa Senhora do Carmo”²³⁸, “um relicário* de vidro preso à liga”²³⁹, “um Livro de Santa Bárbara”²⁴⁰, “uma coroa de Nossa Senhora”²⁴¹, “duas varas de liga azul com uns evangelhos”²⁴² e “um crucifixo de latão”²⁴³.

É possível identificar 42 crianças com objetos de azeviche, uma pedra mineral negra (Moraes & Bluteau, 1789, vol. 1, p. 155). No seu dicionário, Bluteau (1712-1728, vol. 1, p. 694) relembra que segundo S. Agostinho “[...] o perfume do Azeviche afugenta os demónios, e trazido desata, e desfaz o quebranto, ligaduras, encantamentos, e todos os fantasmas tristes, e melancolias”. Apenas em 13 registos os objetos de azeviche não são descritos; os Santiagos, como trouxe a menina Gertrudes²⁴⁴, em 1748, e Joana²⁴⁵, em 1744, que trouxe um “Santiago de Azeviche atado ao ourelo”; a cruz, como a “cruz de azeviche” que trazia Rosa Joaquina²⁴⁶, em 1760, e Vicente²⁴⁷, em 1761; as contas, como as de Tomásio²⁴⁸ (“umas contas de azeviche ao pescoço”); e em formato de coração, como a que Gertrudes²⁴⁹ (“liga de cores com seu coração de azeviche”).

²²⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Joana, 16 de julho de 1744, fl. 10v.

²²⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto José, 4 de março de 1747, fl. 40.

²³⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Vicente, 21 de janeiro de 1761, fls. 217-217v.

²³¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Gil, 10 de setembro de 1749, fl. 66v.

²³² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto António, 26 de outubro de 1757, fls. 168v.

²³³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria, 3 de fevereiro de 1747, fl. 39.

²³⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Hilário José, 13 de maio de 1748, fls. 53v-54.

²³⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Antónia, 14 de fevereiro de 1762, fl. 234.

²³⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Remígio, 29 de junho de 1757, fl. 164v.

²³⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Antónia Bernarda, 15 de setembro de 1757, fl. 166.

²³⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Joaquim José, 9 de setembro de 1757, fl. 166.

²³⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Bernardo, 21 de dezembro de 1763, fl. 269v.

²⁴⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Benta, 20 de março de 1759, fl. 190.

²⁴¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria Quitéria, 31 de agosto de 1745, fls. 25v-26.

²⁴² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Leonarda, 1 de novembro de 1749, fl. 67v.

²⁴³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Felicíssimo José, 5 de fevereiro de 1762, fl. 233v.

²⁴⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Gertrudes, 26 de julho de 1748, fl. 55.

²⁴⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Joana, 16 de julho de 1744, fl. 10v.

²⁴⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Rosa Joaquina, 28 de maio de 1760, fl. 207v.

²⁴⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Vicente, 21 de janeiro de 1761, fls. 217-217v.

²⁴⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Tomásia, 10 de março de 1745, fl. 21v.

²⁴⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Gertrudes, 26 de julho de 1748, fl. 55.

Dois objetos apotropaicos que surgiram diversas vezes foram as figas e os Sinos de Salomão. As figas foram o objeto de azeviche mais presente nos enxovais e representam uma mão fechada com o dedo polegar entre o dedo do meio e o indicador, usado como amuleto contra doenças e outros malefícios (Bluteau, 1712-1728, vol. 2, p. 110; Figueiredo, 1996, vol. 1, p. 1161). Apareceram em 23 registos, geralmente presas em ligas e fitas, dentro de bolsas ou também em manguitos e ourelas. Os Sinos de Salomão, um símbolo de dois triângulos sobrepostos de forma invertida, estiveram presentes em vários expostos, sendo referidos em 17 registos; alguns deles eram de chumbo e foram atados em ligas, fitas ou ourelas.

Além destes, as crianças expostas eram acompanhadas por objetos que as diferenciavam das demais. A 25 de janeiro de 1745, Paulo José²⁵⁰ veio com “uma chave de ferro ao pescoço”; a 30 de maio do mesmo ano, João António²⁵¹ trouxe “uma corda de viola” em uma fita; a 30 de julho de 1747, Maria Teresa²⁵² trazia uma “medalha de chumbo”; a 1 de dezembro de 1748, Anacleto²⁵³ trouxe “uma conta cor de mel atada em um braço”; Bernarda²⁵⁴, a 6 de setembro de 1753, “uma cesta velha”; a 3 de julho de 1759, Joana Maria²⁵⁵ trazia “uma avelã”; a 26 de maio de 1752, Joana Rosa²⁵⁶ trazia um “coração de chumbo”; e, a 14 de fevereiro de 1762, Joaquina Isabel²⁵⁷, um “coração de metal cosido na bolsa”.

Alguns expostos eram abandonados com ornamentos. Luísa Maria, exposta a 20 de abril de 1761, veio com “uma argola de prata na orelha esquerda”²⁵⁸, e Tomásio²⁵⁹, abandonado a 10 de março de 1745, trouxe “dois fios de contas azuis e um branco”. Foram também registados anéis, como o “anel preto de real” de Manuel²⁶⁰, a 25 de outubro de 1745, o de Serafina²⁶¹, a 12 de abril de 1753, de “vidro amarelo” e de José Joaquim²⁶², a 27 de janeiro de 1763, “de vidro verde atado em um braço”.

Há registos de crianças abandonadas com alimentos, como Anacleto²⁶³, abandonado a 11 de setembro de 1746, que trazia uma “malga fina cheia de doce”; Sebastiana²⁶⁴, a 19 de janeiro de 1747, uma caixa de doce; Gertrudes²⁶⁵, 26 de julho de 1748, uma caixa de marmelada; e Rosa Maria²⁶⁶ (26 de setembro de 1755) “uma malguinha de barro de doce”. Outras foram abandonadas com alho e

²⁵⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Paulo José, 25 de janeiro de 1745, fl. 19v.

²⁵¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto João António, 30 de maio de 1745, fl. 24.

²⁵² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria Teresa, 30 de julho de 1747, fl. 44v.

²⁵³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Anacleto, 1 de dezembro de 1748, fl. 59.

²⁵⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Bernarda, 6 de setembro de 1753, fl. 112v.

²⁵⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Joana Maria, 3 de julho de 1759, fl. 195.

²⁵⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Joana Rosa, 26 de maio de 1752, fl. 96.

²⁵⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Joaquina Isabel, 11 de fevereiro de 1762, fls. 233v-234.

²⁵⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Luísa Maria, 20 de abril de 1761, fl. 221.

²⁵⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Tomásia, 10 de março de 1745, fl. 21v.

²⁶⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Manuel, 25 de outubro de 1745, fl. 27v.

²⁶¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Serafina, 12 de abril de 1753, fl. 107v.

²⁶² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto José Joaquim, 27 de janeiro de 1763, fl. 254.

²⁶³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Anacleto, 11 de setembro de 1746, fl. 34v.

²⁶⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Sebastiana, 19 de janeiro de 1747, fl. 38v.

²⁶⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Gertrudes, 26 de julho de 1748, fl. 55.

²⁶⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Rosa Maria, 26 de setembro de 1755, fl. 138v.

mostarda: Benta²⁶⁷, em 1744, trazia uma bolsa cheia de mostarda, Maria Lourença²⁶⁸ (1749) e Maria²⁶⁹ (1757), traziam uma cabeça de alho, e Maria²⁷⁰, em 1746, trazia as duas coisas, “uma bolsa cheia de mostarda e um dente de alho”. Seriam estes alimentos uma forma de gratificação e de cair nas boas graças da pessoa que recolhesse o exposto?

Algumas crianças eram abandonadas com vinténs*, como foi o caso, por exemplo, de Joana Maria²⁷¹, exposta a 24 de fevereiro de 1761, acompanhada de “um vintém de prata”. Por vezes, a moeda vinha presa numa liga, como aconteceu com José²⁷², exposto a 23 de janeiro de 1755. Outros traziam a moeda dentro de um escrito, como no caso de Maria Rosa²⁷³, que trouxe “seis vinténs no escrito para sinal” e de António²⁷⁴ que “para sinal leva uma moeda de três vinténs dentro do escrito”. Um outro foi Narciso António²⁷⁵, exposto a 30 de junho de 1744, que trouxe “para sinal um caramujo grande”, ou Nicolau²⁷⁶, exposto a 5 de dezembro de 1757, com “um bocado de fita, e nela um sinal branco de prata ou de estanho”.

2.3. Os bilhetes: pedidos e informações

No momento da exposição muitas crianças vinham acompanhadas de mensagens escritas que transmitiam informações e pedidos que a família considerava importantes. Estas mensagens constituíram outra forma de sinalizar o exposto e eram, por norma, designadas por “bilhetes” e “escritos”. Muitos escritos continham apenas o nome da criança, ao contrário, por exemplo, dos bilhetes dos expostos de Lisboa, que continham várias informações (Réis, 2016, p. 135).

Antes de analisar os escritos, importa referir que alguns bilhetes poderão ter sido extraviados, ou efetuadas recomendações transmitidas oralmente. Os bilhetes podiam servir como meio de pressão e de impressão, para dar a entender que as crianças não eram ilegítimas e serem mais protegidas (Réis, 2016, p. 84). É importante referir que os pedidos contidos nos escritos nem sempre eram respeitados, e, na maioria das vezes, não são explicados os motivos para tal.

Como se observa na Tabela 3, das 2033 crianças abandonadas batizadas na Sé de Braga, 913, ou seja, 45%, trouxeram alguma mensagem enquanto as restantes 1120 (55%) nada diziam. O ano de

²⁶⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Benta, 11 de julho de 1744, fl. 10v.

²⁶⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria Lourença, 18 de agosto de 1749, fl. 65v.

²⁶⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria, 15 de novembro de 1757, fl. 169.

²⁷⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria, 12 de novembro de 1746, fl. 37.

²⁷¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Joana Maria, 24 de fevereiro de 1761, fl. 219.

²⁷² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto José, 23 de janeiro de 1755, fl. 129v.

²⁷³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria Rosa, 25 de março de 1758, fl. 174.

²⁷⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto António, 25 de julho de 1758, fl. 181.

²⁷⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Narciso António, 30 de junho de 1744, fl. 10.

²⁷⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Nicolau, 5 de dezembro de 1757, fl. 170v.

1760 foi o que registou o maior número de crianças com informações, alcançando os 60%. A média dos expostos com mensagens foi de 30 por ano. Estes bilhetes eram quase todos simples com uma ou duas informações.

Tabela 3 – Expostos batizados com mensagens (1744-1763)

Ano	N.º de expostos batizados	N.º de expostos com mensagens	% de número de expostos com mensagens
1744	96	33	34
1745	99	41	40
1746	88	30	34
1747	92	42	45
1748	97	51	53
1749	80	30	38
1750	70	34	49
1751	83	38	46
1752	109	42	39
1753	94	40	43
1754	84	36	43
1755	101	38	38
1756	101	43	43
1757	112	48	43
1758	114	69	61
1759	100	48	48
1760	122	73	60
1761	120	47	39
1762	133	58	44
1763	138	72	52
Total	2033	913	45

Fonte: Arquivo Distrital de Braga, Fundo Paroquial da Sé de Braga, *Registo de Batismos 1744-1771*.

Ao analisar a quantidade de bilhetes que acompanhavam os expostos (Tabela 4), conclui-se que mesmo que os rapazes trouxessem mais mensagens, a diferença não é conclusiva, uma vez que também foram abandonados mais meninos do que meninas. No total, ao longo dos 20 anos aqui analisados, 431 meninas traziam escritos (47%), enquanto 482 meninos (57%) os traziam.

Tabela 4 - Mensagens dos expostos batizados na paróquia da Sé de Braga por sexo (1744-1763)

Ano	Raparigas	Rapazes
1744	17	16
1745	22	19
1746	15	15
1747	22	20
1748	18	33
1749	14	16
1750	15	19
1751	14	24
1752	22	20
1753	19	21
1754	18	18
1755	16	22
1756	23	20
1757	20	28
1758	30	39
1759	24	24
1760	40	33
1761	19	28
1762	31	27
1763	32	40
Total	431	482

Fonte: Arquivo Distrital de Braga, Fundo Paroquial da Sé de Braga, *Registo de Batismos 1744-1771*.

Os registos de batismos de expostos focam apenas o conteúdo dos bilhetes e não os descrevem quanto ao material ou morfologia, o tipo de letra ou a caligrafia. No entanto, existiram exceções, como, por exemplo, no registo de dois rapazes, João José²⁷⁷, exposto a 27 de junho de 1744, e Manuel²⁷⁸, exposto a 17 de abril de 1758, que traziam escritos em verso. No registo de Manuel Simão²⁷⁹, abandonado a 29 de abril de 1760, foi dito que trazia uma carta, e não “bilhete” ou “escrito” como era costume. O mesmo no caso de João²⁸⁰, deixado a 2 de março de 1760, que trouxe “um papel” com um nome.

Dois casos únicos foram os do menino António José²⁸¹, cujo registo mencionava que o escrito estava fechado, e de José António²⁸², o único exposto com dois bilhetes, um que dizia “fora batizado na freguesia do Salvador de Briteiros” e o outro “que tivessem conta dele”. Fizeram-se ainda duas

²⁷⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto João José, 27 de junho de 1744, fls. 9v-10.

²⁷⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Manuel, 17 de abril de 1758, fl. 175.

²⁷⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Manuel Simão, 29 de abril de 1760, fl. 206v.

²⁸⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto João, 2 de março de 1760, fl. 203.

²⁸¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto António José, 6 de julho de 1763, fl. 261v.

²⁸² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto José António, 26 de julho de 1763, fl. 262.

referências ao tipo de letra em que estava escrito o bilhete; em 1745, “um escrito de letra redonda Santa Isabel Rainha de Portugal”²⁸³ e, dois anos depois, um “escrito com letra redonda”²⁸⁴.

Estes bilhetes podiam aparecer presos ou cosidos em tecido e peças de vestuário ou ser colocados dentro de algo. A maioria dos registos não refere onde vinham os escritos, embora o de Tomásia²⁸⁵ estivesse “pegado nos ditos manguitos com alfinetes”, o de Violante Angélica²⁸⁶ preso em uma fita do manto, o de Jerónima²⁸⁷ que trouxe uma “fita estreita no pescoço e nela o escrito”, e o de Antónia Josefa²⁸⁸ cujo bilhete vinha atado a um braço.

O conteúdo das mensagens dos expostos foi sistematizado na Tabela 5, que elimina mensagens de conteúdo esporádico. O nome foi a informação mais comum: 791 expostos traziam assinalado o nome pretendido, seguido pelas informações relativas ao batismo. Duas outras informações transmitidas foram a idade das crianças e o nome dos padrinhos pretendidos. De todos os escritos, apenas os que acompanhavam Simão²⁸⁹ e Ricardo²⁹⁰ não tiveram o conteúdo revelado no registo de batismo, sendo apenas referido que possuíam um bilhete. O conteúdo dos bilhetes encontra semelhanças com outros estudos para Lisboa. Maria José Réis (2016, p. 82) afirma que “É surpreendente como os mesmos valores, atitudes e preocupações são comuns e percorrem estes documentos independentemente da sua origem geográfica e cronológica”.

Tabela 5 - Pedidos e informações mais relevantes que acompanhavam os expostos batizados na paróquia da Sé de Braga (1744-1763)

Pedidos e informações	Nº
Nome	792
Batizado	257
Enxoprado	118
Padrinhos	106
Por batizar	75
Idade/data de nascimento	29
Total	1377

Fonte: Arquivo Distrital de Braga, Fundo Paroquial da Sé de Braga, *Registo de Batismos 1744-1771*.

²⁸³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Sebastiana, 19 de janeiro de 1745, fl. 19.

²⁸⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Bernardino, 7 de junho de 1757, fl. 163.

²⁸⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Tomásia, 10 de março de 1745, fl. 21v.

²⁸⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Violante Angélica, 17 de julho de 1745, fl. 25.

²⁸⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Jerónima, 20 de setembro de 1748, fl. 57.

²⁸⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Antónia Josefa, 2 de julho de 1752, fl. 98.

²⁸⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Simão, 20 de abril de 1756, fl. 146v.

²⁹⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Ricardo José de Amorim, 12 de junho de 1744, fl. 9.

A Tabela 6 revela que não havia diferença relevante entre as mensagens trazidas por rapazes e raparigas. As diferenças que se observam aparentam ser aleatórias e sem grande significado. Das 1395 mensagens 654 pertenciam a meninas e 721 a meninos. Apesar dos rapazes virem acompanhados de mais mensagens, a diferença não é suficiente para o sexo ser tido como fator de influência.

Tabela 6 - Pedidos e informações mais relevantes que acompanhavam os expostos na paróquia da Sé de Braga por sexo

Pedidos e informações	Raparigas	Rapazes
Nome	372	420
Batizado	117	140
Enxoprado	65	53
Padrinhos	55	51
Por batizar	35	40
Idade/data de nascimento	12	17
Total	656	721

Fonte: Arquivo Distrital de Braga, Fundo Paroquial da Sé de Braga, *Registo de Batismos 1744-1771*.

As mensagens, além de conterem informações e pedidos, podiam incluir promessas de uma futura recuperação, como as de Pedro António²⁹¹, em que se afirmava que “dentro de um mês se havia de pedir conta”, de Félix António²⁹² e de António Luís²⁹³, que haviam de ser procurados um ano depois. Em outros casos, a promessa de recuperação vinha acompanhada pelo pedido de que lhes fosse proporcionada uma boa criação. Temos o exemplo de Francisco José da Conceição²⁹⁴, cujo escrito dizia que “Se havia de procurar, dando-lhe a ama boa criação, e se lhe havia de pagar de todo o trabalho”, e Polidónio José²⁹⁵, que dizia “Estime-se, que é de boa gente, e se há de procurar a seu tempo”. Um menino chamado Caetano²⁹⁶, em 1755, foi o único registado como tendo trazido “um escrito de recomendação”.

A dificuldade nas promessas está em saber se seriam verdadeiras, ou seja, se existia mesmo a intenção de as cumprir. Caso o objetivo fosse recuperar a criança, surgia o problema da alta taxa de mortalidade. Como fizemos notar, muitas crianças não sobreviviam tempo suficiente para serem recuperadas e a promessa constituía antes uma forma de desculpabilizar os pais pelo abandono (Réis,

²⁹¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Pedro António, 20 de janeiro de 1755, fls. 129-129v.

²⁹² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Félix António, 12 de outubro de 1757, fls. 167v-168.

²⁹³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto António Luís, 12 de junho de 1758, fl. 178v.

²⁹⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Francisco José da Conceição, 9 de janeiro de 1744, fl. 3.

²⁹⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Polidónio José, 5 de julho de 1746, fl. 33.

²⁹⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Caetano, 12 de abril de 1755, fl. 132v.

2006, p. 83). Apesar de não se saber nada sobre o passado dos expostos, existem registos como o de Manuel José²⁹⁷, datado 1744, que dizia que foi a mãe que pediu o nome; o de Gregória²⁹⁸, em 1755, que revelava que “tinha[m] os seus pais gosto se lhe pusessem o nome declarado”; e o de Félix António²⁹⁹, em 1756, que informava que o nome foi pedido pelo pai para “se procurar”.

2.3.1. O nome

A indicação do nome a colocar à criança foi a principal preocupação de todas as mensagens, o que não é de estranhar. Maria José Réis (2016, p. 136) concluiu o mesmo para os expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Dar um nome era, tal como hoje, uma maneira de individualizar a criança no meio de tantas outras e, para além de facilitar uma possível recuperação, permitia conservar uma ligação à família, ainda que ténue.

Os nomes, apesar de constituírem um dado importante para a futura recuperação dos expostos, estavam sujeitos à aprovação dos responsáveis da instituição, de modo que não foram sempre aceites, como o de Rosa Teresa³⁰⁰, por não se compreender bem o nome, ou o de Catarina Custódia³⁰¹, que “trazia um escrito que se chamasse Páscoa Custódia, o que se não fez por não ser Páscoa nome de santo”. Também Maria³⁰², que “trazia um escrito que lhe pusesse o nome de Clemência Maria e se lhe não pôs o de Clemência, mas sim o de Maria”. Alguns nomes de crianças, como Lizardo e Erbelinha³⁰³, não foram aprovados por não constarem no Martirológio³⁰⁴. Tal como já se referiu, alguns escritos foram produzidos antes do nascimento, de modo que, em alguns escritos, os abandonadores indicavam possíveis nomes para os expostos, um para caso fosse rapariga, outro caso fosse rapaz.

2.3.2. O batismo

O sacramento do batismo era considerado essencial para as crianças, e por isso, não é de estranhar que constitua uma das informações predominantes nos bilhetes. As famílias preocupavam-se em deixar claro três situações: informar caso a criança já estivesse batizada, referir um batismo de

²⁹⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Manuel José, 31 de julho de 1744, fl. 11v.

²⁹⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Gregória, 13 de maio de 1755, fls. 134-134v.

²⁹⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Félix António, 23 de novembro de 1756, fl. 154v.

³⁰⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Rosa Teresa, 7 de fevereiro de 1760, fl. 202.

³⁰¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Catarina Custódia, 29 de março de 1750, fl. 71v.

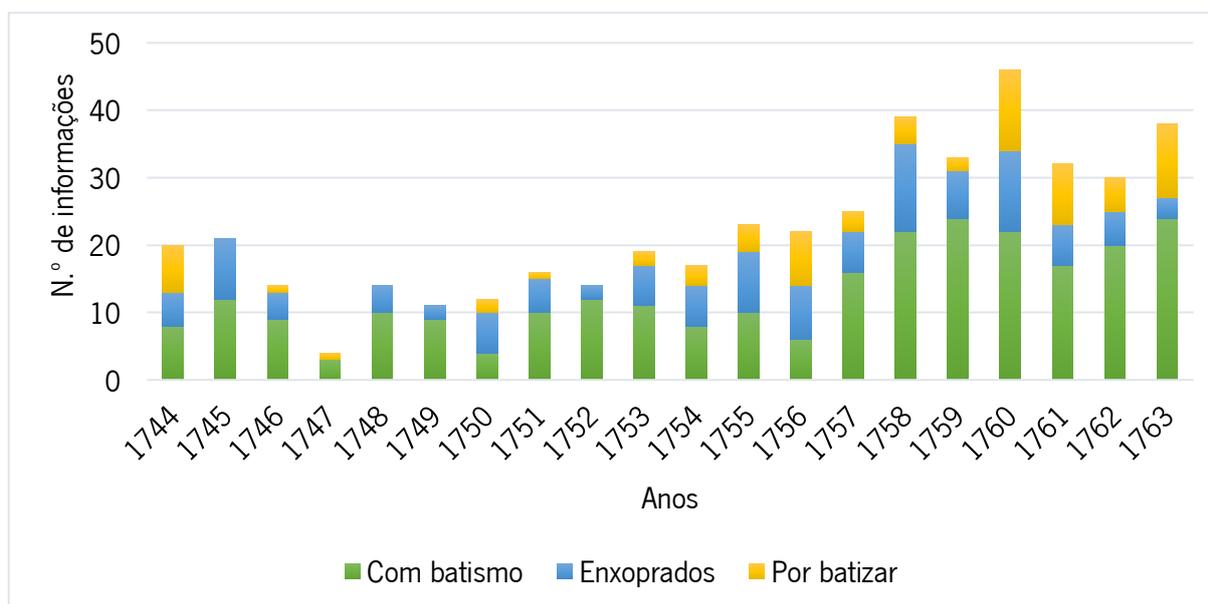
³⁰² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria, 16 de setembro de 1745, fl. 26v.

³⁰³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, expostos Ricardo, 2 de outubro de 1749, fls. 67-67v; Alexandre José, 13 de março de 1750, fl. 71; e exposta Rosa, 6 de maio de 1757, fl. 162v.

³⁰⁴ O livro que contém a história dos mártires e a narração dos seus tormentos (Moraes & Bluteau, 1789, vol. 2, p. 61).

emergência, e, por fim, declarar que ainda não tinha recebido o sacramento. No total, foram registados 450 pedidos e informações relacionados com o batismo, sendo que 257 expostos vinham com escritos que afirmavam já terem recebido o sacramento, 118 de que foram batizados de emergência (enxoprados) e 75 com pedidos para que fossem batizados. O ano de 1760 foi o que apresentou mais mensagens relativas ao batismo, com um total de 46 em 73 expostos, e 1747 o ano que registou os quantitativos mais baixos (4).

Gráfico 5 – Distribuição anual da Informações dos escritos sobre o batismo (1744-1763)



Fonte: Arquivo Distrital de Braga, Fundo Paroquial da Sé de Braga, *Registo de Batismos 1744-1771*.

Relativamente aos expostos que já tinham recebido o batismo solene, foram deixadas informações mais complexas em casos esporádicos. Duas irmãs, Maria e Teresa³⁰⁵ indicavam terem recebido o batismo pelo pároco da freguesia onde nasceram, sem declarar o local. Também António José³⁰⁶, em 1758, não referia com precisão o local, dizendo apenas, “batizado em certa igreja matriz”. Uma outra menina, com o nome de Ana Maria³⁰⁷, exposta em 1762, “trouxe um escrito do reverendo vigário de Gondizalves, que foi o que a batizou”, fornecendo assim informação mais detalhada.

Em determinados registos de batismo era indicada a data em que foi administrado, como, por exemplo, Pedro José do Desterro³⁰⁸, exposto a 25 de janeiro de 1749, foi “batizado a seis de novembro

³⁰⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria e Teresa, 12 de novembro de 1746, fl. 37.

³⁰⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto António José, 22 de maio de 1758, fls. 177v-178.

³⁰⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Ana Maria, 1 de setembro de 1762, fl. 244v.

³⁰⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Pedro José do Desterro, 25 de janeiro de 1749, fl. 61.

de 1748”; Carlos³⁰⁹, abandonado a 1 de novembro de 1748, foi “batizado no mês de setembro”; e Inácio³¹⁰, exposto a 8 de janeiro de 1752, foi “batizado em os 25 dias de dezembro de 1751”. Esta informação permite-nos ter indicações mais seguras sobre a idade das crianças. Pedro José do Desterro teria de ter pelo menos dois meses de idade quando foi abandonado; já Inácio seria mais pequeno, com apenas alguns dias de diferença entre o batismo e a exposição.

Em alguns escritos, por exemplo, afirmava-se que a criança “vinha batizada com todos os sacramentos”³¹¹, e fazia-se referência aos “santos óleos” e à “água”. Por exemplo, “trazia água, mas não os santos óleos”³¹², “falta os santos óleos”³¹³, ou “apenas traz água”³¹⁴. Certos escritos mencionavam o batismo de emergência, e entre eles existiu quem especificasse: Francisco³¹⁵ “trazia um escrito que dizia, vinha enxoprado por mão de mulher”; Manuel José³¹⁶ “vinha batizado por mão de mulher”; Guiomar Gertrudes de Santo António³¹⁷ fora “batizada pela parteira”, e Antónia³¹⁸ “vinha enxoprada por mão de mulher com as palavras”.

2.3.3. Os padrinhos

Em 106 mensagens indica-se o padrinho, madrinha ou ambos que pretendiam dar à criança exposta. A mensagem de Maria Manuela de Jesus³¹⁹ foi a única a referir que apenas se queria para padrinho um homem de bem, sem indicar uma pessoa em concreto. Este tipo de pedido foi por norma o mais recusado de todos, por razões nem sempre referidas. Entre os principais motivos para a recusa contam-se a não comparência da pessoa indicada, o facto de não ter sido localizada, a impossibilidade de esta comparecer ou o facto de não ser permitido que aquela pessoa apadrinhasse o exposto.

O padrinho solicitado para Anacleto³²⁰ não foi concretizado, porque a pessoa indicada, “o filho de José de Oliveira”, não possuía a idade necessária. Alguns padrinhos não foram encontrados, como a madrinha pedida para Rosa³²¹ e o padrinho de Luísa Maria³²² que “se não achou”. Em outros casos, os

³⁰⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Carlos, 1 de novembro de 1748, fl. 58.

³¹⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Inácio, 8 de janeiro de 1752, fl. 90v.

³¹¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto José Manuel, 11 de junho de 1761, fls. 223-223v.

³¹² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Francisca Clara, 26 de maio de 1744, fl. 8v.

³¹³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Florinda Maria, 28 de abril de 1745, fl. 23v.

³¹⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Domingos José, 4 de novembro de 1759, fl. 198.

³¹⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Francisco, 3 de janeiro de 1745, fl. 18.

³¹⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Manuel José, 24 de outubro de 1754, fls. 125-125v.

³¹⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Guiomar Gertrudes de Santo António, 3 de março de 1761, fl. 219.

³¹⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Antónia, 26 de julho de 1762, fl. 241.

³¹⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria Manuela de Jesus, 13 de Fevereiro de 1754, fls. 118-118v.

³²⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Anacleto, 1 de dezembro de 1748, fl. 59.

³²¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Rosa, 24 de dezembro de 1752, fl. 103v.

³²² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Luísa Maria, 20 de abril de 1761, fl. 221.

padrinhos não apareciam, como foi o caso do exposto João³²³, que possuía um escrito para “que fosse padrinho Pedro de Afonseca, que não apareceu”; o de Maria Teresa de Jesus³²⁴, que o escrito pedia “fosse padrinho João Ferreira que não apareceu”; e de Bernardo³²⁵, que solicitava “fosse padrinho o reverendo cônego Alexandre Carlos [...] o qual não apareceu”. Existiram casos como o do exposto chamado João³²⁶, em que o padrinho solicitado se recusou a assumir esse papel.

A exposta Antónia Bernarda³²⁷, abandonada em 1757, constituiu caso raro uma vez que se justificava a ausência do padrinho, “que não foi por estar ausente”. Já a mensagem de José António³²⁸, pedia que fosse padrinho João Manuel filho de António Carlos, o qual não compareceu, e para madrinha Guiomar Teresa, assistente na Roda, que esteve presente. Contudo, havia pedidos aceites, como o da exposta Teresa Maria³²⁹, cujo escrito pedia que fossem padrinhos Pedro Pereira da Silva e sua filha, Teresa Maria, ambos da rua dos Açougues Velhos da freguesia da Sé. E do exposto António³³⁰, que trazia um escrito que pedia que “fossem padrinhos os sobreditos”, nesse caso o Reverendo António Barbosa da Cunha, capelão-mor da Misericórdia, e sua filha solteira, Brígida, moradores atrás dos Açougues da cidade.

Os pedidos para que Nossa Senhora fosse a madrinha eram recorrentes, podendo surgir escritos que apenas pediam Nossa Senhora, enquanto outros especificavam a Nossa Senhora pretendida, como Nossa Senhora da Piedade, Nossa Senhora da Torre, Nossa Senhora da Lapa, Nossa Senhora-a-Branca, Nossa Senhora da Boa Memória, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora do Desterro dos claustros, e “fosse madrinha a coroa de Nossa Senhora do Presépio de São Tiago”³³¹. Eram também pedidos outros santos, como Santo António³³², Santa Rita do Pópulo³³³, Santa Rosa³³⁴, São José³³⁵ e Santa Ana³³⁶. No entanto, algumas crianças foram batizadas por devoção a Nossa Senhora, como o exposto João³³⁷, que foi batizado por devoção a Nossa Senhora do Rosário da Sé, e os expostos José e Maria³³⁸, que foram batizados no mesmo dia por devoção a Nossa Senhora. Estes pedidos, obviamente impossíveis de

³²³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto João, 2 de janeiro de 1749, fl. 60v.

³²⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria Teresa de Jesus, 29 de agosto de 1761, fl. 226.

³²⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Bernardo, 23 de julho de 1749, fl. 64v.

³²⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto João, 29 de março de 1752, fl. 93v.

³²⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Antónia Bernarda, 15 de setembro de 1757, fl. 166.

³²⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto José António, 19 de setembro de 1761, fl. 227.

³²⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Teresa Maria, 25 de novembro de 1747, fl. 47.

³³⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto António, 30 de novembro de 1748, fl. 59.

³³¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Hilário José, 13 de maio de 1748, fls. 53v-54; exposto José Joaquim, 3 de abril de 1757, fl. 160v; exposta Antónia Maria, 6 de novembro de 1757, fl. 169; exposto José Narciso, 23 de maio de 1758, fls. 177v-178; exposto José Manuel, 10 de maio de 1763, fl. 259; exposta Inácia Antónia, 29 de julho de 1756, fls. 151v-152; exposto Bernardo, 23 de julho de 1749, fl. 64v; exposta Maria, 31 de julho de 1760, fl. 210; exposta Ana Joaquina, 19 de janeiro de 1750, fl. 70.

³³² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto António, 21 de dezembro de 1750, fl. 79.

³³³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Rita Maria, 10 de julho de 1756, fl. 150v.

³³⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Joaquina Rosa, 28 de setembro de 1757, fl. 167.

³³⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria, 31 de julho de 1760, fl. 210.

³³⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto José Narciso, 24 de julho de 1760, fls. 209v-210.

³³⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto João, 24 de novembro de 1749, fl. 68.

³³⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, expostos José e Maria, 29 de agosto de 1758, fl. 182.

concretizar, revelavam que invocar a proteção de santos substituía os padrinho em carne e osso, e faz pensar que os abandonadores eram demasiado pobres para constituir redes de solidariedade dentro das comunidades a que pertenciam.

O exposto Manuel José³³⁹ trazia consigo um bilhete a solicitar que o padre cura Manuel de Almeida fosse seu padrinho, o que veio a acontecer. São ainda de destacar outros exemplos, os pedidos para padrinhos do Reverendo Padre Manuel de Matos³⁴⁰; o Reverendo vigário da Sé Inácio Palhares³⁴¹ e “fosse o padre sacristão da Sé, António Maria da rua do Paço³⁴². Na ausência de recomendações, por norma, os padrinhos eram o padre ou alguém ligado à Roda, como o pai dos enjeitados, e a mulher deste. Alguns padrinhos de expostos estavam conectados com a Roda. É possível encontrar registos em que a filha, a mãe e a irmã do pai dos enjeitados Jerónimo Gomes foram madrinhas, assim como a sobrinha e a criada de Geraldo Araújo. Alguns padrinhos repetem-se, mas sem se registar qualquer conexão à Roda.

Acontecia, por vezes, que o padrinho ou madrinha fosse alguém associado ao local de abandono. O exposto Pedro José³⁴³ teve como madrinha a mulher do homem identificado como morador na porta onde foi abandonado, e a madrinha de Ana Teresa³⁴⁴ foi a dona da porta onde foi abandonada. Outros padrinhos surgem de forma isolada, batizando apenas um ou até dois expostos, não voltando a surgir nos registos. Importa notar que, geralmente, a pessoa que apadrinhava um exposto costumava apadrinhar todos os batizados no mesmo dia.

É de supor que os pais que recomendavam os padrinhos os conheciam direta ou indiretamente. Podiam ter essas pessoas em consideração ou acharem que podiam ajudar as crianças. A repetição de padrinhos e o baixo estatuto social deste revela, uma vez mais, a pertença destas crianças a grupos desfavorecidos.

2.3.4. A idade e data de nascimento

Nos anos analisados foram abandonadas 29 crianças com a informação sobre a idade. É possível encontrar registos de batismo com referência a recém-nascidos, dois rapazes, José³⁴⁵, a 17 de setembro de 1756 e Manuel³⁴⁶, a 1 de outubro de 1760, que traziam escritos com a informação de que “nascera

³³⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Manuel José, 9 de fevereiro de 1748, fl. 49v.

³⁴⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto José, 21 de agosto de 1751, fl. 87.

³⁴¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Manuel, 15 de maio de 1754, fl. 121.

³⁴² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto José Luis, 18 de fevereiro de 1756, fl. 144.

³⁴³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Pedro José, 5 de novembro de 1748, fl. 58v.

³⁴⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Ana Teresa, 13 de abril de 1752, fl. 94.

³⁴⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Manuel José, 17 de setembro de 1756, fl. 153v.

³⁴⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Manuel, 1 de outubro de 1760, fl. 212.

no mesmo dia”. Também Pedro³⁴⁷, em 1744, vinha com a informação de que “nascera no dito dia acima”, ou seja, no dia do seu abandono. O abandono feito logo após o parto não dava tempo para muitos cuidados.

Encontram-se também abandonos em idade mais avançada: “tinha de idade seis meses”³⁴⁸; “três meses”³⁴⁹; “tinha de idade um ano”³⁵⁰; “tinha cinco meses”³⁵¹. Um dos registos além de informar a idade, também mencionava o dia de nascimento, “a quinze deste mês fizera dois meses”³⁵². Tal como este último, muitos expostos eram abandonados com data de nascimento, como se pode verificar nas seguintes crianças: Paulo José³⁵³ “nasceu em 25 do dito mês”; António³⁵⁴ “nascera aos onze deste mês, a segunda-feira”; Flávia Quitéria³⁵⁵ “nascera a doze dias deste mês”; Baltazar³⁵⁶ “nascera aos 14 dias de fevereiro”; Juliana Maria³⁵⁷ “nasceu no primeiro de março”, e Teresa³⁵⁸ “nascera em os quinze deste mês”.

Em alguns casos era utilizado o santo ou mártir festejado no dia para indicar o dia em que o exposto nasceu. Sebastião³⁵⁹, abandonado no dia 20 de janeiro de 1745, trazia um escrito que dizia “nasceu em dia de São Sebastião”, João José³⁶⁰, exposto a 6 de abril de 1757, “nascera em Dia de São José”, e, alguns anos mais tarde, em 1763, Custódia³⁶¹ trazia a informação que “nascera em vinte e cinco de março, dia da Senhora da Graça”.

2.3.5. Outras mensagens

A informação sobre o estado de saúde apareceu várias vezes ao longo dos anos, mas é importante ressaltar casos como o de Jerónimo³⁶², abandonado a 6 de setembro de 1747, cujo escrito afirmava que “vinha com pouca saúde”. No que toca à saúde das crianças, a alimentação constituía uma preocupação, o que levou a que duas meninas, Antónia Maria³⁶³ e Antónia Teresa³⁶⁴, trouxessem a

³⁴⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Pedro, 18 de outubro de 1744, fl. 15.

³⁴⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Leonarda Maria, 21 de maio de 1744, fls. 8-8v.

³⁴⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Silvestre José, 9 de fevereiro de 1745, fl. 20.

³⁵⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Ana Teresa Romaria, 13 de outubro de 1746, fl. 35v.

³⁵¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Pedro, 24 de junho de 1763, fl. 261.

³⁵² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Antónia Josefa, 16 de setembro de 1755, fl. 138.

³⁵³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Paulo José, 25 de janeiro de 1745, fl. 19v.

³⁵⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto António, 12 de outubro de 1746, fl. 35v.

³⁵⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Flávia Quitéria, 25 de setembro de 1749, fl. 67.

³⁵⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Baltazar, 3 de março de 1747, fl. 39v.

³⁵⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Juliana Maria, 2 de março de 1755, fl. 131.

³⁵⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Teresa, 15 de outubro de 1755, fl. 140v.

³⁵⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Sebastião, 20 de janeiro de 1745, fl. 19v.

³⁶⁰ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto João José, 6 de abril de 1757, fl. 161.

³⁶¹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Custódia, 2 de abril de 1763, fl. 256.

³⁶² ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto Jerónimo, 6 de setembro de 1747, fl. 45v.

³⁶³ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Antónia Maria, 5 de julho de 1745, fl. 24v.

³⁶⁴ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Antónia Teresa, 5 de julho de 1745, fl. 24v.

informação de que já não mamavam. Nesses casos, a instituição não precisava de se preocupar em arranjar uma ama de leite, podendo contratar de imediato uma ama seca, mais fácil de arranjar.

Como já referimos na primeira parte desta dissertação, nada se sabe sobre as origens das crianças e as razões que conduziam ao abandono. Nos registos analisados, apenas três expostos referiram a sua origem. Foram eles, Maria³⁶⁵, em 1744, que “vinha do hospital da mão de uma pobre que está para morrer”, João José³⁶⁶, em 1755, que teve a sua mãe identificada, sendo ela “Inês Maria Sousa da rua de Santo António desta cidade, freguesia de São Tiago”, e Josefa³⁶⁷, que em 1761, “se enfeitava por lhe morrer sua mãe”, e que teria de idade 18 meses mais ou menos. Uma outra menina, Maria Teresa³⁶⁸ trazia a afirmação de que “nascera há poucos dias na freguesia de Moimenta por sinal em casa de Teresa Luís da fraga do lugar da Pesqueiras”.

A exposta Porfina³⁶⁹ constitui caso único. No dia 26 de agosto de 1759, apareceu na Roda moribunda e com um escrito a dizer que já vinha batizada, pedindo que a enterrassem “em sagrado”. Este tipo de abandono estava associado a uma forma de obter um enterro grátis (Sá, 1987, p. 18). Ao abandonar a criança morta ou prestes a falecer, o abandonador sabia que as instituições de caridade se encarregariam de custear e organizar o enterramento.

³⁶⁵ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria, 4 de dezembro de 1744, fl. 17.

³⁶⁶ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposto João José, 14 de janeiro de 1755, fl. 129.

³⁶⁷ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Josefa, 25 de julho de 1761, fl. 224v.

³⁶⁸ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Maria Teresa, 30 de junho de 1758, fl. 180.

³⁶⁹ ADB, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007, exposta Porfina, 26 de agosto de 1759, fl. 196v.

Conclusões

A cidade de Braga, à semelhança do resto do reino, registou um aumento progressivo do abandono de crianças entre os anos 1744 e 1763, período de observação desta dissertação. As crianças eram expostas tanto à porta de casas particulares, como em locais públicos (igrejas, capelas, hospital, conventos, etc.), tendo, com o passar dos anos, começado a concentrar-se na roda dos expostos. Se inicialmente existia a tendência de abandonar crianças pela cidade, essa tendência inverteu-se, o que demonstra o aumento da capacidade de atração da Roda, constando-se a preocupação de abandonar as crianças em locais onde fossem rapidamente encontradas. Verifica-se ainda uma concentração de abandonos nos meses de inverno e da primavera.

Depois de recolhidos pelo pai e mãe dos enjeitados, os expostos iam a batizar à pia batismal da Sé. O batismo constituía prioridade dado que, sem ele, as crianças estariam condenadas a passar a eternidade no limbo, sem acesso à visão divina. Daí que os leigos ministrassem batismos de emergência, sendo as crianças nessa situação designadas por “enxopradas” ou “ensopiadas”. O livro do registo de batismo da Sé, cuja feitura foi ordenada pelo bispo, serviu de base a esta dissertação. O facto de se registarem os objetos que as crianças traziam (que designámos por “enxovais”, embora seja um nome pomposo para tão escassos espólios) torna estes assentos importantes para estudar a cultura material do abandono de crianças em Braga.

O vestuário, além da função de proteger o corpo, tem a capacidade de transmitir informações sobre o seu portador, e a sua posição na hierarquia social. No caso dos expostos, a qualidade e desgaste dos tecidos, a morfologia das peças, a forma como eram utilizadas revelam muito acerca do nível de riqueza dos abandonadores. Chega-se à conclusão de que estamos perante um mundo de suma pobreza. A quantidade e a diversidade de peças de vestuário que traziam era sempre em número reduzido. Em vários casos, os expostos eram abandonados sem nada, aparecendo nus ou embrulhados em panos velhos, e eram poucos os enxovais que apresentavam peças de roupa extra, no máximo duas ou três. As camisas e os cueiros foram as peças mais frequentes, e as restantes não surgiram em quantidades relevantes. As peças de colocar na cabeça, por exemplo, que seriam, à partida, essenciais para proteger o crânio das crianças, foram poucas, assim como os capotes e mantos. Assim, podemos dizer que o vestuário dos expostos nem sequer os protegia das condições climatéricas.

Apenas os tecidos utilizados para atar (ataduras, atilhos, faixas, fitas, franjas, cingidouros, ligas, nistros, ourelas, tiras), ocuparam um lugar de destaque, o que não surpreende, já que eram essenciais para enfaixar os expostos, já que o embrulho que envolvia as crianças acabava por constituir o essencial do seu vestuário. Estes pedaços de tecido, que podiam ser mais estreitos ou mais largos, surgiram em

grande número, e eram, assim, utilizados para atar os cueiros das crianças, embora alguns pudessem ser usados como sinal os expostos. De referir também que não existiu diferença nos enxovais consoante o sexo; e as roupas, longe de serem pardas ou incolores, utilizaram uma vasta gama de cores, sobressaindo o branco, o azul, o vermelho e o preto. Outras peças tinham a indicação de terem várias cores (“de cores”, ou “às cores”).

Por vezes foram referidos alguns detalhes, como o uso de fitas em camisas, por exemplo, e de peças debruadas e guarnecidas com rendas. Ou seja, o vestuário dos expostos seria simples, sem grandes detalhes e pouco ornamentado. A suma pobreza dos abandonadores levava-os a improvisar, agasalhando os expostos com o que tinham, pelo que encontramos peças de roupa a ocupar funções diferentes daquelas para que foram criadas, levando a que capotes de homem ou de mulher fossem rasgados em metades para embrulhar os expostos.

Quanto ao grau de desgaste, as roupas e tecidos eram na sua maior parte velhos, desgastados, remendados, reutilizados e registou-se a presença de muitos trapos, e roupa esfarrapada. Ao longo da sua vida útil, as peças passavam de pessoa para pessoa, e eram adaptadas às necessidades do portador, utilizando-se umas peças para fabricar outras. O último aspeto a reportar centra-se na qualidade e valor monetário dos tecidos. Destacam-se as baetas, branquetas e baetões em lã. Esta fibra foi a mais utilizada fazendo parte dos tecidos de burel, estamenha, saragoça, serafina, serguilha, enquanto os têxteis de seda (cetim, crepe, damasco, primavera, tafetá, veludo,) e de linho (estopa, holandilha, cambraia) surgiam em menor quantidade. Tudo indica que os tecidos mais grosseiros e ásperos fossem mais acessíveis e utilizados em peças de corpo, ao passo que os de seda, mais caros, foram usados sobretudo em ataduras.

O que esta investigação mostrou, mesmo que os registos não forneçam as informações que porventura desejaríamos, é a pobreza que acompanha o sistema do abandono. Os expostos de Braga eram na sua esmagadora maioria oriundos de famílias pobres e muito pobres, que não lhes conseguiam proporcionar o vestuário necessário para os proteger e agasalhar. O enxoval era inadequado e não respondia às necessidades de crianças recém-nascidas. Não havia distinção entre as roupas inverniais e as dos meses quentes, e sabemos que a maior parte das crianças foi abandonada no inverno e durante a noite.

Os objetos que acompanharam estas crianças, destinados a servir de sinal em caso de recuperação pela família, foram essencialmente de três tipos diferentes. Em primeiro lugar, os têxteis, já que quem abandonava prendia um pedaço de tecido, como uma fita ou um atilho, em uma parte do corpo da criança (braço, pulso, pescoço, perna). Houve também quem colocasse pedaços de tecido

dentro de bilhetes, lhes bordasse cruces, ou desse nós na roupa. O segundo tipo de sinal é constituído pelos objetos, desde os de cunho cristão aos apotropaicos, ornamentos, alimentos e moedas. Teriam a função de sinalizar as crianças, mas alguns deles também serviam como forma de proteção (objetos de azeviche e de cariz religioso), e para gratificar as pessoas que os acolhiam (marmelada).

Os bilhetes constituem o terceiro tipo de sinal, e também o mais informativo. Indicavam sobretudo o nome pretendido para a criança e a sua situação relativamente ao batismo. O pedido de nome foi geralmente aceite, salvo algumas exceções. Em relação ao batismo existiu a preocupação de que o exposto o recebesse; o abandonador indicava se já o possuía, se tinha recebido um batismo de emergência ou se era necessário ministrar-lhe um batismo solene. Quem escrevia os bilhetes também podia indicar os padrinhos, quase sempre sem sucesso, uma vez que as crianças acabavam por ter padrinhos diferentes. Outras informações foram mais raras, como declarar a idade da criança, o seu estado de saúde, amamentação, razão de abandono, etc.

Assim, os bilhetes traziam algumas informações sobre o expostos, e demonstram alguma preocupação dos abandonadores em relação às crianças, embora nunca exprimam afetos. Ficará sempre a incógnita sobre quais seriam as verdadeiras intenções das famílias, uma vez que a morte de muitos expostos impossibilitou a sua recuperação.

Esta investigação apenas representa uma pequena parcela do que pode ser feito no estudo da cultura material no abandono de crianças durante a época moderna. O livro de batismo de expostos da Sé mostrou constituir uma fonte muita rica para estudar a cultura material do abandono de crianças, e por extensão, a das famílias pobres. Apesar das incógnitas que a documentação nunca resolverá de forma cabal, sobretudo as que dizem respeito à filiação legítima e às motivações do abandono, o estudo deste tema ainda tem muito para dar no futuro.

Fontes e bibliografia

Fontes manuscritas

Arquivo Distrital de Braga, Fundo Paroquial da Sé de Braga, *Registo de Batismos de expostos 1744-1771*, PT/UM-ADB/PRQ/PBRG52/001/0007.

Fontes impressas

Bluteau, R. (1712-1728). *Vocabulário Português e Latino...*, 8 vols. Lisboa: Oficina de Páscoal da Silva Impressor de Sua Majestade.

Moraes, A., & Bluteau, R. (1789). *Diccionario da Língua Portuguesa*, 2 vols. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira.

Moraes, A. (1813). *Dicionário da Língua Portuguesa*, 2 vols. Lisboa: Typographia Lacerdina.

Ordenações Manuelinas ([1521]1984). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Ordenações Filipinas ([1603]1985). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Pinto, A. J. G. (1828). *Exame Crítico e Histórico sobre os direitos estabelecidos pela legislação antiga e moderna, tanto pátria como subsidiária, e das nações mais vizinhas, e cultas, relativamente aos expostos, ou enjeitados (...)*. Lisboa: Tipografia Real das Ciências.

Bibliografia referenciada

- Abreu, L. (2008). As crianças abandonadas no contexto da institucionalização das práticas de caridade e assistência, em Portugal, no século XVI. Em M. M. L. Araújo & F. M. Ferreira (orgs.), *A infância no universo assistencial Ibérica (sécs. XVI-XIX)* (pp. 31-49). Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Almeida, F. M. (2012). *O batismo em Portugal entre a Idade Média e o século XVIII*, Dissertação de mestrado, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Almeida, F. P. (2014). O ritual do batismo em Portugal na Baixa Idade Média e nos inícios do século XVI. *Medievalista*, (16). Consultado em 26 de agosto de 2021, em <https://journals.openedition.org/medievalista/1423>
- Amorim, M. N. (1987). *Guimarães 1580-1819: Estudo demográfico*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Andrés-Gallego, J. (1993). *História da gente pouco importante*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Araújo, M. M. L. (2010). “Casar raparigas pobres na confraria de S. Vicente de Braga (século XVIII-XIX)”. Em M. M. L. Araújo, F. M. Ferreira, & A. Esteves (orgs.), *Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI-XX)* (pp. 272-315). Braga: CITCEM.
- Ariès, P. (1986). *História social da criança e da família*. (2.^a edição). Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

Bandeira, M. S. M. (2000). *O espaço urbano de Braga em meados do séc. XVIII*. Porto: Edições Afrontamento.

Barroca, M. (1992). Medidas-Padrão Medievais Portuguesas. *Revista da Faculdade de Letras - História*, 9, 53-85.

Bettencourt, D. E. (1955). O limbo das crianças. *A Ordem*, 53(1), 6-23.

Braga, I. D. (2011). Fugindo dos “Grilhões do cativoiro”: os expostos pretos e pardos na Casa da Roda da Misericórdia de Lisboa (1780-1807). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 11, 223-248.

Cabanas, M. I. M. (2001). *Traje, gentileza e poesia: moda e vestimenta no Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. Lisboa: Editorial Estampa.

Castro, M. F. (2006). *A Misericórdia de Braga: assistência material e espiritual*. (vol. 3). Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga.

Ferreira, A. G. (2000). *Gerar, criar, educar: a criança no Portugal do Antigo Regime*. Coimbra: Quarteto Editora.

Ferreira, L. G. (2019b). *Estava nu e vestiste-me: indumentária, pobreza e poder nas casas portuguesas a partir da misericórdia de Braga (1650-1750)*. Dissertação de mestrado, Universidade do Minho, Braga, Portugal.

Ferreira, L. G. (2021). Para além de cetins e damascos em seda. Indumentária dos pobres durante o período barroco em Portugal. Em Y. Guasch Mari, R. López Guzmán, & I. Panduro (eds.), *Identities y redes culturales. V Congreso Internacional de Barroco Iberoamericano Granada* (pp. 659-665). Granada: Editorial Universidade de Granada.

Ferreira, M. J. P. (2011). A conversão e reutilização de peças têxteis. Uma prática comum da sociedade quinhentista portuguesa. *Revista de Artes Decorativas*, 5, 11-37.

Figueiredo, C. (1996). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. (2 vols., 25.ª edição). Venda Nova: Bertrand Editora.

Fonte, T. A. (1996). *O abandono de crianças em Ponto de Lima (1625-1910)*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Ponte de Lima, Centro de Estudos Regionais.

Fonte, T. A. (2004). *No limiar da honra e da pobreza. A infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*. Tese de doutoramento, Universidade do Minho, Braga, Portugal.

Fonte, T. A. (2012). A mobilidade dos expostos nos séculos XVIII e XIX. Da concentração urbana nas Rodas à dispersão rural pelas amas. Em A. Ferreira, J. Abreu, I. Pinho, & J. Costa (coords.), / *Congresso Histórico Internacional. As cidades na História: população* (pp. 241-258). Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.

Goff, J. L. (1993). *O nascimento do purgatório*. Lisboa: Editorial Estampa.

Grieco, S. M., & Corsini, C. A. (1991). *Historical Perspectives on Breastfeeding: Second Essay*. Italy: UNICEF International Child Development Centre.

Heywood, C. (2001). *A History of Childhood: Children and Childhood in West from Medieval to Modern Times*. Cambridge: Polity Press.

Lebrun, F. (1983). *A vida conjugal no Antigo Regime*. Lisboa: Edições Rolim.

Lopes, M. A. (1985). Os expostos no concelho da Meda em meados do século XIX (1838-1866). Subsídios para o seu estudo. *Revista Portuguesa de História*, 21, 119-176.

Lopes, M. A. (1998). Os pobres e a assistência pública. Em J. Mattoso (dir.), *História de Portugal: O liberalismo (1807-1890)* (vol. 5, pp. 427-437). Lisboa: Editorial Estampa.

Lopes, M. A. (2000). *Pobreza, assistência e controle social em Coimbra (1750-1850)*. (vol. 1). Viseu: Palimage Editores.

Lopes, M. A. (2002). Crianças e jovens em risco nos séculos XVIII e XIX. O caso português no contexto europeu. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 2(2), 155-184.

Lopes, M. A. (2010). *Proteção social em Portugal na Idade Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Machado, M. F. (2010). *Os órfãos e os enjeitados da cidade e do termo do Porto (1500-1580)*. Tese de doutoramento, Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Marcos, A. F. M. (2016). A assistência aos expostos em meados do século XVIII em Braga. Estudo preliminar. Em J. V. Capela, M. M. L. Araújo, A. Esteves, & S. Castro (coords.), *Da caridade à solidariedade: políticas públicas e práticas particulares no mundo ibérico* (pp. 163-172). Universidade do Minho: Laboratório de Paisagens, Património e Território.

Matos, S. (1995). *Os expostos da Roda de Barcelos (1783-1835)*. Barcelos: Associação Cultural e Recreativa de Areias de Vilar.

Milheiro, M. M. C. (2003). *Braga. A cidade e a festa no século XVIII*. Guimarães: Núcleo de Estudos de População e Sociedade.

Oliveira, A. R. (2007). *A criança na sociedade medieval portuguesa*. Lisboa: Editorial Teorema.

Oliveira, E. P. (1993). *Estudos sobre o século XVIII em Braga*. Braga: APPACDM Distrital de Braga.

Oliveira, E. P. (2011). André Soares e o Rococó do Minho. Tese de doutoramento, Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Palla, M. J. (1992). *Do essencial e do supérfluo: estudo lexical do traje e adornos em Gil Vicente*. Lisboa: Editorial Estampa.

Poirier, J. (dir.). (1999). *História dos costumes: O Homem e o objeto*. (vol. 3). Lisboa: Editorial Estampa.

Pollock, L. A. (1996). *Forgotten Children: Parent-Child Relations from 1500 to 1900*. New York: Cambridge University Press.

Réis, M. J. C. P. (2016). *Ler sinais: os sinais dos expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1790-1870)*. Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Roche, D. (2000). *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Rio de Janeiro: Rocco.

Ross, R. (2008). *Clothing: A Global History, or the Imperialists' New Clothes*. Cambridge: Polity Press.

Sá, I. G. (1987). *A assistência aos expostos no Porto. Aspectos institucionais (1519-1838)*. Dissertação de mestrado, Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Sá, I. G. (1989). Expostos, História das populações e informática. *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, 7(3), 55-64.

Sá, I. G. (1993). Assistance to Children in North-West Portugal: The Case of Pre-industrial Braga. *Cadernos do Noroeste*, 6(1-2), 95-116.

- Sá, I. G. (1994a). Child Abandonment in Portugal: Legislation and Institutional Care. *Continuity and Change*, 9, 69-89.
- Sá, I. G. (1994b). Trabalho de mulheres e economia familiar: o caso das amas de expostos da Roda do Porto no século XVIII. *Boletín de la Asociación de demografía Histórica*, 12 (2-3), 233-250.
- Sá, I. G. (1995a). *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sá, I. G. (1995b). Igreja e assistência em Portugal no século XV. *Separata do Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira*, 53, 219-236.
- Sá, I. G. (1996). Abandono de crianças, ilegitimidade e conceções pré-nupciais em Portugal. Estudos recentes e perspectivas. Em V. P. Moreda (coord.), *Expostos e ilegítimos na realidade ibérica do século XVI ao presente. Atas do III Congresso da ADEH (Associação Ibérica de Demografia Histórica)* (vol. 3, pp. 37-58). Porto: Edições Afrontamento.
- Sá, I. G. (1998). Abandono de crianças, identidade e lotaria: reflexões em torno de um inventário. Em F. d'Orey Manuel (coord.), *Inventário da criação dos expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa* (pp. 9-22). Lisboa: Santa Casa da Misericórdia.
- Sá, I. G. (2001). Segredos de família: os sinais de expostos entre as práticas de identidade e a construção de memória. Em E. Brandão, & M. H. Oliveira (coords.). *Os expostos da Roda da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa* (p. 9). Lisboa: Santa Casa da Misericórdia.

- Sá, I. G. (2011). As crianças e as idades da vida. Em J. Mattoso (dir.), N. G. Monteiro (coord.), *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna* (vol. 2, pp. 72-95). Lisboa: Círculo dos Leitores.
- Sá, I. G., & Cortes, O. C. (1992). A assistência à infância no Porto do século XIX: expostos e lactados. *Cadernos do Noroeste*, 5, 179-190.
- Santos, C. (1978). A população do Porto de 1700 a 1820: contribuição para o estudo da demografia urbana. *Revista de História*, 1, 281-349.
- Santos, M. J. M. (1987). A ama de leite na sociedade tradicional- uma leitura de folhetos de cordel. *Revista de História*, (vol. 4), 213-225.
- Sarti, R. (2001). *Casa e família. Habitar, comer e vestir na Europa Moderna*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Serrão, J. V. (1998). O quadro humano. Em J. Mattoso (dir.), *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)* (vol. 4, pp. 43-65). Lisboa: Editorial Estampa.
- Shorter, E. (1995). *A formação da família moderna*. Lisboa: Terramar.
- Simões, J. A. (1999). *Os expostos da Roda de Góis 1784-1841*. Dissertação de mestrado, Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Vilaça, O. B. (2012). *Cultura material e património móvel no mundo rural do Baixo Minho em finais do Antigo Regime*. Tese de doutoramento, Universidade do Minho, Braga, Portugal.

Bibliografia consultada

Abreu, L. (2003). The Évora Foundlings Between the 16th and the 19th Century: The Portuguese Public Welfare System Under Analysis, *Dynamis*. 23, 37-60.

Araújo, M. M. L. (2008). Pequenos e pobres: a assistência à infância nas Misericórdias portuguesas da Idade Moderna. Em M. M. L. Araújo, & F. M. Ferreira (orgs.), *A infância no universo assistencial da Península Ibérica (sécs. XVI-XIX)* (pp. 135-144). Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Araújo, M. M. L. (2011). Niños pobres en Portugal: representaciones y prácticas de asistencia (siglos XVI-XIX). Em F. Núñez Roldán (ed.), *La infancia en España y Portugal siglos XVI-XIX* (pp. 29-42). Madrid: Sílex.

Badinter, E. (1980). *O amor incerto. História do amor maternal (do séc. XVII ao séc. XX)*. Lisboa: Relógio d'Água.

Capela, J. V. (1988). Braga, um Município Fidalgo- as lutas pelo controle da câmara entre 1750 e 1810. Em *Arqueologia do Estado. Primeiras Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul (séculos XIII-XVIII)* (vol. 1, pp. 171-190). Lisboa: História & Crítica.

Capela, J. V. & Araújo, M. M. L. (2013). *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga.

Casey, J. (1992). *A história da família*. São Paulo: Editora Ática S.A.

Dias, A. R. (2007). *O abandono de crianças na Roda dos expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no século XVIII e XIX*. Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa, Portugal.

Ferreira, L. G. (2019). “Estava nu e vestiste-me”: poder, pobreza e indumentária na Santa Casa da Misericórdia de Braga (1650-1750). *Revista de cultura do Alto Minho*, 13, 41-60.

Gélis, J. (1990). A individualização da criança. Em P. Ariès & G. Duby (dirs.), *História da Vida Privada* (vol. 3, pp. 311-328). S.L.: Edições Afrontamento.

Lopes, M. A. (2013). As mulheres e as famílias na assistência aos expostos. Região de Coimbra (Portugal), 1708-1839. *Caderno Espaço Feminino*, 26(2), 290-322.

Marcos, A. F. M. (2017). Políticas sociais à infância abandonada. O caso de Braga em meados do século XVIII. Em A. Esteves, A. Fernandes, A. Barbosa, S. Fernandes, & T. N. Ferraz (orgs.), *Políticas Sociais em perspectiva, séculos XVII-XX* (pp. 21-32). Braga: Laboratório de Paisagens, Património e Território.

Oliveira, A. R. (2011). A criança. Em J. Mattoso (dir.), B. V. Sousa (coord.), *História da vida privada em Portugal: a Idade Média* (vol. 1, pp. 260-297). Lisboa: Temas e Debates.

Réis, M. F. (2001). *Os expostos em Santarém: a ação social da Misericórdia (1691-1710)*. Lisboa: Edições Cosmos.

Rey Castelao, O. (2014). Apadrinar a un pobre en la diócesis de Santiago de Compostela, siglos XVII-XIX. Em M. J. P. Álvarez, & M. M. L. Araújo (coords.), *La respuesta social a la pobreza en la Península Ibérica durante la Edad Moderna* (pp. 209-238). Universidade de León: Área de Publicaciones.

Apêndices

Apêndice I – Glossário de termos

Alcatifa - Pano de lã ou seda de várias cores e feitios que se utiliza para cobrir o chão ou a assoalhada de uma casa (Bluteau, 1712-1728, vol. 1, p. 222).

Alpendre - Uma espécie de teto sustentado com colunas ou pilares, diante da porta de algum edifício (Moraes, 1813, vol. 1, p. 104).

Atadura - Tira de qualquer pano, que serve para atar, com que se liga a sangria e outras feridas ou chagas (Bluteau, 1712-1728, vol. 1, p. 623; Moraes & Bluteau, 1789, vol. 1, p. 136).

Atilho - Qualquer cordel ou coisa semelhante com que se ata um saco (Bluteau, 1712-1728, vol. 1, p. 633).

Avental - Pano de estopa que poem as mulheres, pasteleiros, cozinheiros e outros oficiais mecânicos, para evitar que a roupa se suje (Bluteau, 1712-1728, vol. 1, p. 654).

Azeviche - Pedra mineral negra, leve, frágil e brilhante (Moraes & Bluteau, 1789, vol. 1, p. 155). “No livro *De Civitate Dei*, cap. 9 diz S. Agostinho que o perfume do *Azeviche* afugenta os demónios, e trazido desata, e desfaz o quebranto, ligaduras, encantamentos, e todos os fantasmas tristes, e melancolias.” (Bluteau, 1712-1728, vol. 1, p. 694).

Babeiro - De babadouro; pedaço de pano que se coloca ao pescoço dos meninos para não sujar a roupa (Moraes & Bluteau, 1789, p. 156).

Baeta - Tecido de lã ou algodão, grosseiro e felpudo. Segundo Bluteau (1712-1728, vol. 2, p. 11) existem vários tipos de baeta e com diferentes nomeações (conta nova, barca, cacheira, imperial, entre outros). A baeta podia ser nomeada consoante a terra onde foi fabricada (Moraes & Bluteau, 1789, vol. 1, p. 157).

Baetão - Baeta grossa (Figueiredo, 1996, vol. 1, p. 350).

Bentinho - Insígnia que se traz por devoção (Bluteau, 1712-1728, vol. 2, p. 105).

Branqueta - Pano de lã usado pelos camponeses ou pano de baeta que serve para agasalhar crianças de colo (Bluteau, 1712-1728, vol. 2, p. 185; Figueiredo, 1996, vol. 1, p. 433).

Burel - Pano de lã, grosso e áspero que ordinariamente se faz de lã (Bluteau, 1712-1728, vol. 2, pp. 209-210).

Cambraia - Pano de linho fino, inventado e fabricado em Cambrai (Moraes & Bluteau, 1789, p. 221).

Camelão - Pano de pelo de cabra inicialmente feito em pelo de camelo (Figueiredo, 1996, vol. 1, p. 494).

Camisa - Roupa de homem e de mulher que se veste por baixo dos outros vestidos, logo a seguir ao corpo (Moraes & Bluteau, 1789, vol. 1, p. 222).

Capote - Espécie de manto que cobre os homens do pescoço até ao calcanhar, ou mais curto, com cabeção (Moraes, 1813, vol. 1, p. 343).

Capotilho - Capote pequeno (Figueiredo, 1996, vol. 1, p. 519).

Chambre - Vestido caseiro, fraldado até abaixo (Moraes, 1813, vol. 1, p. 381).

Chita - Lençaria estampada e pintada de flores e/ou aves (Moraes, 1813, vol. 1, p. 389).

Cingidouro - Cinto ou faixa de cingir (Moraes & Bluteau, 1789, vol. 1, 273).

Cobertor - Pano de cobrir a cama por cima dos lençóis (Moraes & Bluteau, 1789, vol. 1, p. 280).

Coifa - Cobertura de cabeça em formato de rede, dentro da qual as mulheres colocam o cabelo; pode ser de linho ou seda (Bluteau, 1712-1728, vol. 2, p. 363).

Colete - Espécie de gibão sem mangas (Bluteau, 1712-1728, vol. 2, p. 369).

Contas - Bola pequena furada que serve para colocar em colares, rosários e outros objetos (Figueiredo, 1996, vol. 1, p. 688).

Côvado - Antiga medida de três palmos (66 centímetros), usada para medir panos (Figueiredo, 1996, vol. 1, p. 725; Moraes & Bluteau, 1789, vol. 1, p. 343).

Crepe - Pano muito leve e transparente, feito de seda crua e engomada (Bluteau, 1712-1728, vol. 2, p. 606).

Cueiro - Pano de cobrir e envolver os meninos, especialmente as nádegas (Figueiredo, 1996, vol. 1, p. 747; Moraes & Bluteau, 1789, vol. 1, p. 353).

Damasco - Tecido de seda com tafetá e desenhos acetinados em fundo baço. Tecido que imita o toque de damasco (Figueiredo, 1996, vol. 1, p. 768).

Debruar - Forrar, guarnecer a borda de uma roupa ou tecido com uma espécie de cairel, fita ou galão para ornar ou dar segurança (Bluteau, 1712-1728, vol. 3, p. 21; Moraes, 1813, vol. 1, p. 513).

Droga - Tecido leve de seda ou lã (Figueiredo, 1996, vol. 1, p. 896).

Droguete - Tecido de lã estreito e pouco encorpado (Moraes, 1813, vol. 1, p. 642).

Escofia - Coifa de cabeça (Moraes, 1813, vol. 1, p. 740).

Estamenha - Tecido de lã fiada ao fuso (Bluteau, 1712-1728, vol. 3, p. 306).

Estopa - A parte mais grossa do linho (Moraes & Bluteau, 1789, vol. 1, p. 566).

Faixa ou fxa - Cinta de enfaixar; tira de pano comprida e estreita (Bluteau, 1712-1728, vol. 4, p. 47; Moraes, 1813, vol. 2, p. 5).

Farrapos - Pedaco de qualquer pano velho, rasgado; trapos (Bluteau, 1712-1728, vol. 4, p. 37; Moraes, 1813, vol. 2, p. 13).

Figa - Pequeno objeto de uma mão fechada com o dedo polegar entre o dedo do meio e o indicador, usado contra doenças e malefícios, funcionando como amuleto, “que se põe no ombro dos meninos contra o quebranto” (Figueiredo, 1996, vol. 1, p. 1161; Bluteau, 1712-1728, vol. 2, p. 110).

Fita - Tecido mais ou menos estreito e, comprido que serve para ligar ou ornamentar (Figueiredo, 1996, vol. 1, p. 1172).

Franja - Cadilhos de linha, seda, fio de ouro ou prata para guarnecer (Moraes, 1813, vol. 2, p. 56).

Galão - Cairel de fio de linho, seda, prata, ouro ou lã (Moraes, 1813, vol. 2., p. 74).

Holandilha ou olandilha - Pano de linho grosso, engomado ou encerado, com que se costumam forrar vestidos (Bluteau, 1712-1728, vol. 6, p. 53; Moraes, 1813, vol. 2, p. 362; Figueiredo, 1996, vol. 1, p. 1360).

Lenço - Pedaco de pano de linho ou algodão usado para limpar o rosto, que se traz na algibeira; as mulheres usam-no à cabeça e ao pescoço (Moraes & Bluteau, 1789, vol. 2, p. 15).

Liga - Fita, atilho ou qualquer coisa com que se atam as meias; banda de tafetá atada ao pescoço para descansar o braço; fita de calções (Bluteau, 1712-1728, vol. 5, p. 123; Moraes, 1813, vol. 2, p. 224).

Linho - Planta de folhas triangulares, cuja casca tem muitos fios, com que se faz o pano de linho (Bluteau, 1712-1728, vol. 5, p. 148).

Loja - Oficina ou casa de vender; casa térrea (Moraes & Bluteau, 1789, vol. 2, p. 32).

Manguito - Mangas de pele para aquecer as mãos, para vestir por cima da camisa para aparentar ser melhor, ou até meia manga para colocar junto às mãos para não sujar os punhos da camisa (Moraes, 1813, vol. 2, p. 260).

Manta - Cobertor de cama (Moraes, 1813, vol. 2, p. 262).

Mantéu - O “mantéu da camisa” era uma peça para adornar o pescoço, uma espécie de envolta ao colarinho da camisa; o “mantéu de menino ou saloia” era uma espécie de vestido aberto sem roda, que cobria da cintura para baixo (Bluteau, 1712-1728, vol. 5, p. 300; Moraes, 1813, vol. 2, p. 263). Podia ser uma capa com colarinho usada por frades (Figueiredo, 1996, vol. 2, p. 1621).

Martirológio - Livro que contém a história dos mártires e a narração dos seus tormentos (Moraes & Bluteau, 1789, vol. 2, p. 61).

Nastro - Fitinha com a qual se entrança o cabelo (Moraes & Bluteau, 1789, vol. 2, p. 109).

Ourelo - Tecido de lã grosseira colocada na borda de um pano para não desfiar (Moraes & Bluteau, 1789, vol. 2, p. 142).

Panete - Panos vis; trapos (Moraes & Bluteau, 1789, vol. 2, p. 153).

Paninho - Diminutivo de pano (Moraes & Bluteau, 1789, vol. 2, p. 152).

Pano - Tecido de lã, seda, linho ou algodão; existem vários tipos de pano consoante a largura e terra de origem (Bluteau, 1712-1728, vol. 6, pp. 224-225).

Pardo - Adjetivo para uma cor entre o preto e o branco (Moraes & Bluteau, 1789, vol. 2, p. 159).

Primavera - Certo pano de seda, a que se deu esse nome por ser ornado de flores, artificialmente tecidas (Bluteau, 1712-1728, vol. 6, p. 735).

Relicário - Caixa ou outro objeto destinado a guardar relíquias (Bluteau, 1712-1728, vol. 7, p. 220).

Renda - Tecido de várias larguras e desenhos (Moraes, 1813, vol. 2, p. 597).

Rodilha - Círculo ou roscas de panos que se coloca à cabeça para levar carga sem aleijar e para aliviar o peso, pano ou trapo de cozinha; rodela do joelho (Moraes, 1813, vol. 2, p. 638).

Rosário - Conjunto de contas de rezar, que marcam o Pai Nosso (15) e as Ave Marias (150) (Moraes & Bluteau, 1789, vol. 2, p. 357).

Saia - Vestidura de mulher que cobre o corpo da cintura para baixo (Moraes & Bluteau, 1789, vol. 2, p. 367).

Saragoça - Tecido de lã grosso e escuro (Figueiredo, 1996, vol. 2, p. 2291).

Sarja - Tecido de seda, lã ou algodão entrançado (Moraes & Bluteau, 1789, vol. 2, p. 378).

Seda - Matéria que se fia, produzida pelo bicho-da-seda, através da qual se fazem sedas (Moraes, 1813, vol. 2, p. 676).

Serafina - Tecido de lã para forros e cortinas (Moraes, 1813, vol. 2, p. 691).

Serapilheira - Pano de estopa (cf. estopa) muito grossa (Moraes, 1813, vol. 2, p. 691).

Serguilha - Pano de lã (Moraes & Bluteau, 1789, vol. 2, p. 394).

Sino de Salomão (Sino-samão) - Caracter supersticioso. Dois triângulos atravessados e sobrepostos, formando uma figura quadrangular (Bluteau, 1712-1728, vol. 7, p. 659).

Tabuleiro - Tabuleiro da escada; espaço que fica com largura entre os degraus e uma escada. “Tabuleiro” no sentido de horta ou jardim indica um pedaço de terra separada da outra, onde se criam flores e ervas. “Tabuleiro de igreja” representa o espaço entre alguns degraus e a fachada, porta principal ou lateral da igreja (Bluteau, 1712-1728, vol. 8, p. 11).

Tafetá - Certo pano de seda usado para forros e cortinas (Bluteau, 1712-1728, vol. 8, p. 15; Moraes, 1813, vol. 1, p. 509).

Tira - Pedaço de algum tecido, comprido e estreito (Bluteau, 1712-1728, vol. 8, p. 171).

Toalha - Peça de pano de linho que serve para enxugar as mãos (Moraes, 1813, vol. 2, p. 779).

Touca - Adorno de lençaria que as freiras e viúvas traziam à cabeça e parte da testa (Moraes & Bluteau, 1789, vol. 2, p. 471).

Tocado - Ornamento da cabeça da mulher (Bluteau, 1712-1728, vol. 8, p. 223).

Trapalhão - Roto, trapento, esfarrapado (Bluteau, 1712-1728, vol. 8, p. 252; Moraes & Bluteau, 1789, vol. 2, p. 483).

Trapo - Fragmento de roupa, velho, roto, usado (Moraes & Bluteau, 1789, vol. 2, p. 484).

Vara - Medida de pano que contém palmos geométricos, corresponde a 1,10 metros (Figueiredo, 1996, vol. 2, p. 2572; Moraes & Bluteau, 1789, vol. 2, p. 509).

Veludo - Seda com pelo alto (Moraes, 1813, vol. 2, p. 838).

Verónica - Imagem de rosto ou corpo de algum santo impressa em um lenço, metal ou cera (Moraes & Bluteau, 1789, vol. 2, p. 521).

Vide - Cordão umbilical (Moraes, 1813, vol. 2, p. 851).

Vintém - Antiga moeda de prata mandada lavar, pela primeira vez, por D. Afonso V e que valia vinte réis (Bluteau, 1712-1728, vol. 8, p. 508; Moraes & Bluteau, 1789, vol. 2, p. 527).